



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE LETRAS – FLET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/MESTRADO – PPGL**

Higor Gabriel Freitas Reis

Os bruzundangas: trama, república silenciada e sombras do racismo

**MANAUS
2024**

HIGOR GABRIEL FREITAS REIS

***OS BRUZUNDANGAS: TRAMA, REPÚBLICA SILENCIADA E SOMBRAS DO
RACISMO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Cacio José Ferreira

**MANAUS
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R375b Reis, Higor Gabriel Freitas
Os bruzundangas: trama, República silenciada e sombras do racismo / Higor Gabriel Freitas Reis . 2024
105 f.: 31 cm.

Orientador: Cacio José Ferreira
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Os Bruzundangas. 2. Biopolítica. 3. Necropolítica. 4. Racismo Estrutural. 5. Lima Barreto. I. Ferreira, Cacio José. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

HIGOR GABRIEL FREITAS REIS

***OS BRUZUNDANGAS: TRAMA, REPÚBLICA SILENCIADA E SOMBRAS DO
RACISMO***

BANCA EXAMINADORA

Cacio José Ferreira (PPGL/UFAM)
Presidente

Lucélia de Souza Almeida (PGLB/UFMA)
Membro – Externo

Norival Bottos Júnior (PPGL/UFAM)
Membro - Interno

**MANAUS
2024**

Para todos aqueles que pediram ajuda,
principalmente, por todos aqueles que gritaram
implorando por ajuda.

Marielle, presente!

A insatisfação é nossa lei. Ainda se fôssemos
grandes! - Lima Barreto

[...] Vão falar que você não é nada
Vão falar que você não tem casa
Vão falar que você não merece que anda
bebendo e está perdido
E não importa o que você dissesse
“Cê” seria desmentido
Vão falar que você usa drogas e diz coisas sem
sentido
Se eu for ligar para o que é que vão falar, não
faço nada [...] – *O Mundo*, Capital Inicial

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente...

A minha mãe *Rosele Reis* – a mãe mais má do mundo. Como eu te amo.

Ao meu pai *Daniel Nava* – como um bom geólogo me falou com os olhos cheios de orgulho no dia do meu ingresso ao programa: os seus professores falaram que você é um talento, mas lembre-se que eu fui o primeiro a descobrir a mina que você é.

Ao meu querido professor, orientador e amigo *Cacio Ferreira* – por acreditar em mim e nas minhas ideias, que por meio da reciprocidade, do carinho, e da paciência nos levou a esse Manacial chamado dissertação.

Ao *Carlos Castro* – um amigo/irmão, e um excelente pesquisador na área da Geotecnia que por muitas vezes embarcou comigo pelos rios da literatura só para me fazer companhia.

A *Luanna Gutierrez* – que é a minha pessoa.

Ao *Demetrius Albuquerque* – que nas horas mais difíceis sabia o que dizer.

A *Paloma Durante* – foi a pessoa que me fez gostar de advérbios, e que me jogou nesse mundo da literatura, ela sabia que eu era capaz de voar, e posso dizer com toda sinceridade senão fosse Ela eu não seria capaz de escrever uma linha dessa dissertação. Sinto falta das nossas tardes de domingo.

A minha incrível tríade de profissionais *Rafael Silva, Sandro Gouveia e Vânia Pitt* – sem vocês para cuidarem do meu corpo e minha mente em uníssono eu não seria nada.

Ao *Waldimiro César* – por nunca me deixar desistir e sempre acreditar na minha escrita mesmo quando nem eu mesmo acreditava.

A *Sarah Micaia* – que é o meu bebê, minha parceira e minha dupla nesses últimos dois anos.

A *Gabriela Reis* – a prima que o PPGL me deu, e sim, eu acredito muito no seu potencial.

Agradeço as águas salgadas de Salvador, quando eu estive mais perdido e confuso, elas me trouxeram a margem e me salvaram, e também agradeço ao *Oscar Júnior* que me apresentou essas águas.

Agradeço a todos que atravessaram o meu caminho nesses últimos dois anos direto, mas também indiretamente foi muito bom a troca de conhecimento e carinho.

Por fim, essa dissertação é o resultado do esforço e dedicação de inúmeros brasileiros, que investem tanto o seu tempo, quanto recursos financeiros próprios na busca por um país melhor. De todos que compartilham a crença em um Brasil que ofereça oportunidades para todos e que seja palco de transformações revolucionárias. Por isso, essa dissertação é uma homenagem a

esses guerreiros(as) anônimos(as), que, independentemente de sua profissão, posição social, cor, sexualidade, mantêm viva a chama da esperança em um Brasil melhor.

RESUMO

A biopolítica e a necropolítica são caracterizadas pelas políticas e pelas ideias de sementes de morte em suas relações de poder e de dominação em corpos negros na sociedade sob o viés do racismo. Nesse contexto, Lima Barreto – o primeiro autor declaradamente negro –, em sua obra *Os Bruzundangas* (2021)¹, expõe de forma satírica e irônica um Brasil da Primeira República, com os comportamentos e as relações sociais dessa época, além das consequências desses aspectos sobre as classes mais abastadas. O objetivo principal desta dissertação foi realizar um laço entre a obra *Os Bruzundangas* (2021), o racismo estrutural e as tecnologias de poder. A pesquisa realizou o levantamento de obras críticas que versavam sobre *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto, destacando o autor como indivíduo visionário da estrutura política do início da República e dos problemas sociais que circundavam os agentes republicanos. A biopolítica, é percebida nas entrelinhas de *Os Bruzundangas*, obra que ilustra esse conceito na literatura e na sociedade. Também a definição de necropolítica vem à baila por meio de um olhar atento em relação ao texto de Lima Barreto. Quanto à pesquisa, está se deu por meio bibliográfico de forma que foram utilizadas as obras de Michel Foucault (1978-79), Achille Mbembe (2020), Silvio Almeida (2019), Laurentino Gomes (2019) e Abdias Nascimento (2016). A pesquisa foi concretizada em três etapas: a primeira foi a contextualização da luta do autor Lima Barreto e o racismo como tecnologia de poder em *Os Bruzundangas*. Em um segundo momento, enveredou-se pelo conceito de *biopolítica* nas entrelinhas da obra, em consonância com a sátira que perpassa todo o texto. Em seguida, emergiu o termo *necropolítica*, que é tratada de forma satírica por Lima Barreto para discussão acerca da dominação e da exclusão de grupos. Por fim, houve o entendimento sobre racismo e racismo estrutural, que são abordados na obra do autor.

Palavras-chave: *Os Bruzundangas*. Biopolítica. Necropolítica. Racismo Estrutural. Lima Barreto.

¹A primeira edição da obra é de 1922, porém para esta dissertação foi utilizada a edição da Editora Ciranda Cultural, 2021.

ABSTRACT

Death policies and death seed ideas characterize biopolitics and necropolitics in their relations of power and domination of black bodies in a racist society. In this context, in his work *Os Bruzundangas* (2021), Lima Barreto – the first self-declared black author – satirically and ironically exposes Brazil during the First Republic and its behavior, social relations, and the consequences of these aspects for the wealthy classes. This dissertation aimed to create a connection between *Os Bruzundangas* (2021), structural racism, and technologies of power. This research surveys critical works that dealt with *Os Bruzundangas*, by Lima Barreto, highlighting the author as a visionary personality regarding the political structure of the Republic beginning and the social problems that involved the republican agents. Thus, concerning this author's text, the plot contains traces of biopolitics, perceived between the lines of *Os Bruzundangas*, that illustrates this concept in literature and society. Under an attentive look, the definition of necropolitics can also be found in Lima Barreto's text. This research is bibliographic, and the following works were used: Michel Foucault (1978-79), Achille Mbembe (2019), Silvio Almeida (2019), Laurentino Gomes (2019), and Abdias Nascimento (2016). This work is divided into three parts: the first part contextualizes the author Lima Barreto's struggle and racism as a technology of power in *Os Bruzundangas*; in the second moment, the concept of biopolitics is discussed between the lines of the work and its alignment with the satire. Then, satirically, the term necropolitics is treated in Lima Barreto's production to discuss the domination and exclusion of groups. Finally, there was an understanding of racism and structural racism addressed in the author's work.

Keywords: *Os Bruzundangas*. Biopolitics. Necropolitics. Structural racism. Lima Barreto.

SUMÁRIO

PREÂMBULO	11
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO I A ARTE DE FURTAR: RACISMO COMO TECNOLOGIA DE PODER EM <i>OS BRUZUNDANGAS</i>	24
1.1 Lima Barreto: vida e obra	26
1.2 Os bruzundanguenses de origem javanesa.....	33
1.3 O visconde queria um amanuense chic e lindo	39
1.4 Entrelaçando o capítulo	49
CAPÍTULO II ISTO NÃO É PRÁTICO; QUERO COISAS PRÁTICAS	51
2.1 A biopolítica em <i>Os Bruzundangas</i>	52
2.2 Interseções entre Foucault, Esposito e Agamben	56
2.3 Entrelaçando o capítulo	62
CAPÍTULO III NECROPOLÍTICA E LITERATURA COMO PROCESSO CONSTITUTIVO EM <i>OS BRUZUNDANGAS</i> E NO BRASIL	68
3.1 Um Mandachuva	69
3.2. A Necropolítica no Brasil contemporâneo de 2019-2022	73
3.3. Entrelaçando o capítulo	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS	96

PREÂMBULO

A profícua produção literária do escritor Lima Barreto, por meio de crônicas, artigos, obras, possibilita fazer uma intersecção histórica, literária, social, política e cultural que permeia uma parcela considerável da vida brasileira. Mesmo que a sua vida tenha sido breve, o autor carioca conseguiu abordar, no seu fazer literário, diversos temas devido ao vanguardismo, o que foi fundamental para o debate contemporâneo. Também se pode dizer, sem excessos, que a obra de Lima Barreto não se torna obsoleta ou fora de moda, já que o autor conseguiu antever alguns aspectos da sociedade, da política e da cultura brasileira que seriam notados ao longo do tempo.

De forma unânime por parte da crítica atual quanto à análise da obra de Lima Barreto, é lícito afirmar que ela reflete dois aspectos: o indivíduo com seus traumas e suas frustrações pessoais, ou seja, possui um caráter autobiográfico, concomitantemente, com o pensamento coletivo de um autor que se solidariza, ao seu modo, com o povo brasileiro quando evidencia as mazelas de uma sociedade a qual não tem nenhuma consciência, motivo que se faz necessária a confirmação de um considerável grau de universalidade do produzir literário barretiano, visto que foram poucos escritores que tiveram a ousadia de fazer uma análise tão áspera e categórica do País como o autor de *Os Bruzundangas*.

Nesta investigação é criar um laço, a partir da obra *Os Bruzundangas*, e fazer uma reflexão entre o passado brasileiro, época marcada por ideologias nacionalistas alienantes, que não deixam, porém, de estar presentes em certos aspectos contemporâneos no governo brasileiro de 2019 – 2022.

A parte mais desafiadora desta jornada é apresentar algo novo quando se fala da literatura barretiana. Após um século de sua morte, a produção literária de Lima Barreto constitui *corpus* de várias pesquisas que, inclusive, não se limitam à área de Letras, pois há um esforço “ciclópico” a que o pesquisador está condicionado quando se propõe a tratar de uma herança tão explorada como as obras desse escritor. Desse modo, um estudo científico está intrínseco à arte literária, com maior relevância e com pretensões minimamente inovadoras, mas não pode sujeitar-se a clichês que, claramente, nada acrescentariam à fortuna crítica desse ou daquele escritor. Por outro lado, é importante reconhecer que a originalidade é apenas uma quimera. E isso sedimenta uma tese cristalizada inclusive pelos estudos da literatura quando se postula a inter-relação com a filosofia, a sociologia e as ciências sociais constantes e inevitáveis dos dizeres nos mais diversos textos críticos.

Este trabalho, intitulado *Os Bruzundangas: trama, república silenciada e as sombras do racismo* procura seguir uma esteira teórica capaz de desvendar as nuances ideológicas que o texto barretiano traz ora de modo explícito, ora de maneira subjetiva. Assim se escolheu a obra *Os Bruzundangas*, pelo viés filosófico do racismo, da biopolítica e da necropolítica, uma vez que é um aspecto diferente analisado em relação ao que outras pesquisas sobre a literatura barretiana têm realizado, pois a partir dos estudos filosóficos, sociais e culturais se torna possível identificar uma singularidade dessa temática entre as abordagens mais significativas de Lima Barreto.

Com isso, faz-se necessária uma análise com esse teor temático tentando trazer os fatos e as ideias que nos possibilitam a reflexão acerca de questões sociais, porém de uma sociedade brasileira em seu percurso histórico e político-ideológico do governo federal do período de 2019 – 2022. A arte literária então é vista como um elemento principal da cultura que supera a mera finalidade estética e de fruição. É alentado, portanto, pensar a literatura na condição de um componente crucial da vida de um povo. Nesse sentido, o caso brasileiro é um modelo exemplar, pois o Brasil, enquanto um país jovem e colonizado por uma pequena nação europeia, teve dificuldades históricas no tocante à política e à cultura, o que se reflete até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os Bruzundangas, de Lima Barreto, é uma sátira do cotidiano vivenciado pelo autor no período da Primeira República brasileira, tendo o recorte temporal do fim do século XIX até início do século XX. A escrita simplificada, contudo, aguçada de teor social e crítico, entrelaça temas do cotidiano de forma ácida diante do pseudocenário palaciano vivenciado pela elite brasileira.

Nessa perspectiva, Bernadete Pasold (1999) também destaca que a essência da sátira é constituída de humor fundamentado na fantasia ou no absurdo, corroborando a narrativa de *Os Bruzundangas*. Segundo Antônio Sousa Ribeiro (2019), ainda como busca de compreensão do que é a sátira, destaca o gênero evoca um eu satírico, que se arroga de um poder absoluto e transforma o outro em simples objeto da máquina retórica que põe em movimento.

Nesse diapasão, o texto barretiano da narrativa *Os Bruzundangas* imprime, como já mencionado, relevante manejo da sátira por meio da escrita crítica envolta ao contexto social do período republicano. A retórica espinhosa da palavra de Afonso Henriques de Lima Barreto contesta os principais elementos de uma sociedade constituída de privilégios alcançados por poucos indivíduos. Talvez o contestador estilo de escrita barretiana mencionado tenha sido, ao mesmo tempo, importante para a época, mas desprezado pela crítica.²

Na afirmação, por exemplo, “Os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões” (Barreto, 2021, p. 12), o escritor, no prefácio de *Os Bruzundangas*, empunha elementos satíricos que perpassam toda a obra. A palavra na escritura barretiana funciona como uma espécie de punhal cego devido à aplicação de elementos satíricos. Funciona como elemento que contesta e fere a nobreza, mas também defrauda o certo riso como postulado por Mikhael Bakhtin em sua obra *Problemas da poética de Dostoiévski* (2011):

O riso é uma posição estética determinada diante da realidade, mas intraduzível à linguagem da lógica, isto é, é um método de visão artística e interpretação da realidade e, conseqüentemente, um método de construção da imagem artística, do sujeito e do gênero. O riso carnavalesco ambivalente possuía uma enorme força criativa, força essa formadora de gênero. Esse riso abrangia e interpretava o fenômeno no processo de sucessão e transformação, fixava no fenômeno os dois polos da formação em sua sucessividade renovadora constante e criativa: na morte, prevê-se o nascimento; na vitória, a derrota; na derrota, a vitória; na coroação, o destronamento etc. O riso

²“O certo é que o solteirão Lima Barreto, que jamais teve seus romances ou casos amorosos mais estáveis, dizia que era mesmo casado com a literatura, e com aqueles que a professavam [...]. Tentara por três vezes entrar na Academia Brasileira de Letras, mas sem sucesso – na últimaatê desistiu”. (SCHWARCZ, 2017, p. 15 – 17).

carnavalesco não permite que nenhum desses momentos da sucessão se absolutize ou se imobilize na seriedade unilateral. (Baktin, 2011, p. 189)

Assim como a escrita ácida de Lima Barreto, Maria Tereza Campos (1988), na obra *Lima Barreto*, postula a sátira em sua forma polêmica, abordando temas como racismo, política e artificialidade artística. Já em *História Concisa da Literatura Brasileira*, Alfredo Bosi (2006) analisou a obra de Lima Barreto como satírica por excelência. Nesse viés, *Os Bruzundangas* funciona como um depósito de sátiras em relação ao Brasil republicano.

Sua narrativa cadencia vozes que se articulam em diferentes planos como forma de rir e de contestar uma sociedade falida, conforme expressão a seguir: “É difícil porque lá não há verdadeiramente sociedade estável em geral, a gente da terra que forma a sociedade só figura e aparece nos lugares do tom durante muito pouco tempo” (Barreto, 2021, p. 86). Nesse contexto, Eliane Vasconcellos (2001) traz à baila três aspectos das obras de L.B.: a) o da narrativa de ficção; b) o da narrativa do cotidiano; e c) o da narrativa crítica. Assim, é possível inferir que *Os Bruzundangas* é nutrida pela predominância da crítica cotidiana. Porém a autora pondera sobre o caráter ficcional das obras e a sobreposição dos aspectos por ela estudados:

Creemos não ser preciso mostrar que os textos do item b) podem ser incluídos no item a), assim como alguns do item c) podem participar do item b); tal dificuldade em separar a matéria ficcional da não-ficcional: entre o conto e uma crônica não há às vezes grande distinção, a não ser a da narração, que na crônica cede lugar à simples descrição; e pelas duas narrativas pode passar o raciocínio crítico, de maneira que a intuição criadora e a reflexão crítica constituem as duas faces de uma mesma moeda – a da criação literária. (Vasconcellos, 2001, p. 14).

Seguindo o pensamento de Vasconcellos, a crítica barretiana perpassa pela linguagem que ilustra o pensamento da maioria da sociedade bruzundanguense, pois utiliza um estilo de escrita que se aproxima do popular. Esse recurso estilístico, por si só, já é um elemento presente no conceito da sátira. Valentin Facioli, na obra *República d’Os Bruzundangas: Por que não me ufano de meu país* (1985), na mesma esteira, destaca que no texto de Lima Barreto não predomina a realização artística; talvez porque se proponha, abertamente, como uma literatura de combate: “Por isso, apesar de seus valores estéticos próprios, vale mais um levantamento dos diversos temas abordados, pois parece ter sido intenção de L.B. apresentar um amplo painel dos males da sociedade da Bruzundanga, à semelhança dos da brasileira” (Facioli, 1985, p. 10).

A narrativa *Os Bruzundangas* contém características da catarse aristotélica, ou seja, a crítica, o cotidiano, a aproximação da linguagem popular; os mecanismos da República constituem o gozo impresso na palavra barretiana. A crítica social no contexto de um país fictício se enlaça à realidade da massa republicana criando uma identificação dos leitores com a

obra. Nesse caminho, Lígia Militz da Costa (1992), em *A poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança*, destaca que a catarse é definida como uma purificação ou purgação que era provocada ao público após a representação de uma tragédia grega. O texto que busca na sátira uma forma de alcançar a reflexão no leitor está se propondo a promover a catarse.

Os Bruzundangas, obra postumamente publicada, é composta por 22 capítulos, um *Prefácio* e ainda uma última parte, intitulada *Outras Histórias da Bruzundanga*. Imerso no Pré-modernismo brasileiro, Lima Barreto, afrodescendente, parece caminhar entre as ruas do país fictício da narrativa mencionada. A história de vida do autor está imersa também num momento em que o país vivia o fim do período imperial e a Primeira República (Frazão, 2021). As crônicas de um país fictício chamado de *a República dos Estados Unidos da Bruzundanga* é um celeiro de constituições miméticas de um Brasil em construção, mas eivado de tendências corruptas herdadas do Império. Cada capítulo abarca diferentes assuntos da nação bruzundanguense, perpassando desde a literatura até a Carta Magna do país representado, atravessando ainda pela elite, pelo ensino e pelos heróis daquela sociedade. Outrossim, os temas da obra e o percurso de Lima Barreto são postulados por Maria Tereza Campos, na obra *Lima Barreto: coleção ponto a ponto* (1988), com uma aproximação positiva:

Escritos numa linguagem simples, próxima da coloquial, confirmam seu agudo poder de observação, sua disposição em encarar a realidade e sua modernidade. Sempre se colocando contra os defensores de um gramatiquês que aprisionava a linguagem no artificialismo, não permitindo que ideias e emoções fossem ditas da forma mais direta e espontânea. (Campos, 1988 p. 29).

Conforme o debate mencionado da citação, a escrita coloquial como estilo já é introduzida no prefácio quando narra a incrível problemática de Bruzundanga. O narrador justifica a pretensão de que ela sirva de exemplo a ser evitado pelo Brasil, de modo que “quantos exemplos de lá, bem grandes, nos irão precaver contra os pequeninos de cá [...]” (Barreto, 2021, p. 12). Tal estilo na concretização da escritura invoca um certo riso, uma carnavalização do *modus operandi* do país Bruzundanga por meio do processo satírico.

Nesse contexto, ainda há no prefácio da obra a necessidade de falar de Bruzundanga como uma geografia diferente do Brasil, sendo formado por 18 ou 20 províncias de acordo com a Carta Institucional. Tal processo é uma maneira de reivindicar, de forma inevitável, uma aproximação da realidade brasileira. É quase uma verossimilhança pelas contradições. Assim, a Bruzundanga fornece matéria extensa para livrar o Brasil dos elementos que fomentam a

ruína. “Sua missão é, portanto, como a dos ‘maiores’ da arte, livrar-nos dos outros naturalmente menores” (Barreto, 2021 p. 9).

Nota-se, nesse caminho, que Lima Barreto propõe como solução antagônica, para livrar o Brasil de seus piores males, que o País tome como modelo um lugar ainda pior, na contramão do esperado, que seria se inspirar em bons exemplos. Mas como mensurar se os males são, de fato, menores e menos completos do que os de Bruzundanga? É nesse ponto que a sobreposição entre realidade e ficção se estabelece, de maneira que o leitor não sabe diferenciar se está lendo sobre uma Bruzundanga inspirada no Brasil ou um Brasil inspirado na Bruzundanga. A dúvida gera uma inevitável comparação e um riso ao detectar a similaridade. Nesse contexto, Lima Barreto vaticinou:

Bem precisados estávamos nós disto quando aqui ministros de Estado, que são simples caixeiros de venda, a roubar-nos muito modestamente no peso da carne-seca, enquanto a Bruzundanga os tem que se ocupam unicamente no seu ofício de ministro, de encarecer o açúcar no mercado interno, conseguindo isto com o vendê-lo abaixo do preço da usina aos estrangeiros. Lá, chama-se a isto prover necessidades públicas; aqui, não sei que nome teria [...] (Barreto, 2021, p. 9 -10).

Levando o leitor da época do início da República a realizar a representação do Brasil em relação ao país de Bruzundanga, é possível, de maneira análoga, fazer o mesmo contexto no Brasil de 2019 a 2022, pois as mazelas e as distorções sociais tornaram-se mais evidentes no período mencionado na atualidade. O leitor do século XXI se aproxima, de igual forma, do leitor do início da República. Os anos de diferença entre as épocas tornam-se *aperspectivastas*, ou seja, a junção de tempo. O simulacro impresso em *Os Bruzundangas* traduz períodos diversos da história do Brasil. Contudo, devido à necessidade de delimitação de tempo e escolha de um período crítico na sociedade brasileira, o espaço de tempo comparativo com *Os Bruzundangas* foi o período de 2019 a 2022. A necropolítica e a negação da verdadeira sociedade brasileira são contextos que perpassam o período mencionado. As ações e os gestos da liderança maior do Poder Executivo expuseram condutas que aproximaram o Brasil real da Bruzundanga ficcional.

[...] A constituição da Bruzundanga era sábia no que tocava às condições para elegibilidade do mandachuva [...]; estabelecia que devia unicamente saber ler e escrever; que nunca tivesse mostrado ou procurado mostrar que tinha inteligência; que não tivesse vontade própria; que fosse enfim de uma mediocridade total [...]; nessa parte a Constituição foi sempre obedecida [...] (Barreto, 2021, p. 67).

A Carta Magna da República dos Estados Unidos de Bruzundanga foi seguida à risca pelo Brasil no período de 2019 a 2022, elegendo representantes medíocres, o que culminou em

declarações jocosas, oriundas do maior posto do Poder Executivo, como “o povo brasileiro deveria comprar fuzil em vez de feijão”³, quando a inflação já havia passado de dois dígitos; ou quando afirma em tom misógino: “foram quatro homens... a quinta, eu dei uma fraquejada, e veio mulher”⁴ – uma declaração que se refere à própria família –; dentre outras que colocam Brasil e Bruzundanga lado a lado, concorrendo pelo absurdo.

Nesse sentido, *Os Bruzundangas: trama, república silenciada e as sombras do racismo* entrelaçam à obra de Lima Barreto, com elementos como racismo, biopolítica, necropolítica e a política brasileira de 2019 a 2022, tendo em vista a apropriação da sátira como mecanismo de riso para confrontar. Nesse caminho, por meio de um olhar criterioso, busca-se entender o texto de Lima Barreto enquanto representação satírica do Brasil e sua aplicação no período entre 2019 a 2022. Além disso, discute as representações satíricas vigentes por meio das falácias presidenciais, na esfera pública, política e econômica, comparando-as ao país de Bruzundanga. Por fim, relaciona a obra de Lima Barreto e o preconceito estruturante da sociedade brasileira contemporânea.

Sabe-se que na arte e na literatura a imitação da diversidade presente no mundo é algo utilizado. Assim, a investigação percorre o caminho inverso, isto é, aborda a representação literária como estampa da realidade. Nesse sentido, *Os Bruzundangas* revelam valores, costumes e crenças de uma época, de um povo e, claro, do autor, como os ritos e os critérios que se empregam na escolha de um ministro de Estado, ou como se dá o processo de contratação de um manauense, o que não é muito diferente do governo de 2019 a 2022, quando a mulher responsável pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em um de seus discursos, determina: “Azul é para menino; e rosa é para menina”⁵. Tal declaração é retrógrada, pois no século XXI o mundo discute uma sociedade plural que, por meio de ações de integração social ou afirmativa, insere o indivíduo nos espaços em que ele deseja habitar.

Na obra de Lima Barreto, a literatura está, de modo intrínseco, ligada à formação da responsabilidade social do literato, numa relação entre texto ficcional e realidade representada. A literatura barretiana, como apontado, perpassa por uma escritura debatedora das mazelas

³Matéria: Bolsonaro chama de idiota aqueles que dizem que é melhor comprar feijão do que fuzil. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/27/bolsonaro-chama-de-idiota-quem-diz-que-tem-que-comprar-feijao-tem-que-todo-mundo-comprar-fuzil.ghtml> Acessado em: fev/2024

⁴Matéria: Piada de Bolsonaro sobre sua filha gera revolta nas redes sociais. Disponível em: <https://exame.com/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha-gera-revolta-nas-redes-sociais/> Acessado em: fev/2024

⁵ Matéria: Menino veste azul, menina veste rosa: uma polêmica inútil? Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/menino-veste-azul-menina-veste-rosa/> Acessado em: fev/2024

sociais, das representações periféricas de uma sociedade diante da cegueira da classe abastada. O texto literário invocado por Lima Barreto assume contornos que circundam a República Velha e apresenta ao leitor um núcleo social muito restrito diante da massa periférica. O caso de *Os Bruzundangas*, diário de viagem de um brasileiro que morou por um tempo na Bruzundanga, república que se digladiava num ambiente de colapso do modelo escravocrata, possui uma realidade direta com o governo brasileiro do período de 2019 a 2022, em que a atmosfera do caos e do absurdo se difunde na tentativa de frear a luta de corpos negros pela liberdade. A escravidão ainda persiste na sua forma mais contemporânea. Análoga à República Velha, hoje a sociedade é construída e estruturada para o indivíduo branco atuar na escravidão ideológica, busca a repressão das liberdades culturais, de ocupação dos espaços públicos, de pensamento e de tudo que não se identifique com o que é branco ou ancorado na linha ideológica seguida pelo grupo que se denomina como “cidadão de bem”.

O homem preto hodiernamente, por exemplo, quando não reconhece a luta dos pares, é escravizado ao renegar a história para servir aos interesses de uma estrutura social que sempre o desprivilegiou. Dentro de um contexto de luta, já é precário o acesso a bens culturais, o que no sistema torna ainda mais complexa a relação entre um grupo minoritário e o que se considera superior. Como exemplo disso, tem-se o ex-presidente da Fundação Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cidadania do governo brasileiro, o qual declarou: “Sou o terror dos afromimizentos, da negrada vitimista, dos pretos com coleira. Não tenho medo deles”⁶.

Tal citação tem como agravante o fato de a fundação ser um órgão voltado para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira (Brasil, 2003). Espera-se, portanto, que a existência da instituição contribua para a diminuição do racismo social e estrutural por meio de propostas, projetos de inclusão e políticas de inserção da população negra em locais de trabalho. Entretanto o governo do período de 2019 a 2022 buscou apagar a história da população negra por meio da manipulação de um homem negro que, por andar em companhia de opressores, crê talvez que é por isso menos oprimido, quando, na verdade, é escravo de um projeto de manutenção do racismo. Embora em nossa realidade fosse ex-presidente da fundação, esse personagem encontraria lugar facilmente na obra de L.B., mais especificamente no cargo de um secretário de ministro:

⁶ Matéria: Sérgio Camargo: Sou o terror dos “afromimizentos” e da negrada vitimista. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4947634-sergio-camargo-sou-o-terror-dos-afromimizentos-e-da-negrada-vitimista.html> Acessado em: fev/2024

Ah! Os secretários de ministro! Como são úteis!

Além desses préstimos tão relevantes de que eles não se poupam, ainda por cima são às vezes mártires. Duvidam? Pois vou provar-lhes como é verdade.

Em dias de festas, das festas familiares dos ministros, é de ver como tratam os pimpolhos ministeriais; é de ver como suportam resignadamente o peso de um nas costas, o de um outro nos joelhos, além do incômodo de um terceiro que passou um barbante na boca e simula guiá-lo como cavalo de tálburi. (Barreto, 2021, p. 114)

A citação mencionada pondera entre o fictício e a verossimilhança, destacando elementos que levam o leitor a compreender que a literatura é então tomada como verdade. A representação e a dura realidade convergem para esse cenário, que se intensifica sobretudo a partir do ano de 2019, com o grupo que estava no poder.

Nesse percurso de leitura e de análise da obra *Os Bruzundangas*, nasce o tema da pesquisa devido à necessidade de confrontá-la com a política contemporânea do período de 2019 – 2022 em busca da compreensão dos elementos críticos que compõem a obra de Lima Barreto diante de um Brasil do fim do século XX e início do século XXI. Assim a análise da obra junta-se a acontecimentos da política brasileira do período contemporâneo mencionado construindo um debate do confronto entre a sátira social e a política barretiana com o Brasil contemporâneo e as ações que destoam a verdade para o público leigo, conforme a ideia de Lima Barreto: “O escritor optou por produzir uma literatura subversiva, que é em grande parte de base satírica [...]; a sátira para ele tinha a potência de ser combativa, revolucionária e moral no âmbito de embates das ideias e de práticas daquele começo de século XX” (Barreto, 2016, p. 13).

Contribuindo com o Estado da Arte da obra analisada, as ideias pautadas por Felipe Botelho, em *Lima Barreto: sátiras e outras subversões* (2016); Beatriz Resende, em *Lima Barreto: impressões de leitura e outros textos críticos* (2017); Lilia Schwarcz, *Lima Barreto: triste visionário* (2017), Ana Paula Romão, *Os bruzundangas: uma alegoria da 1.ª República* (2012), Francisco das Chagas Souza e Costa, *O (anti)nacionalismo em Triste Fim de Policarpo Quaresma e Os bruzundangas*(2020), Thiago Venicius de Sousa Costa, *A cidade jurídica da República da Bruzundanga: a burocracia e o espaço em Lima Barreto* (2021), Elizabeth Gonzaga de Lima, *Avesso de utopias: Os bruzundangas e Aventuras do Doutor Bogóloff* (2001), Luciana da Costa Ferreira, *Um personagem chamado Lima Barreto* (2007), subsidiam as discussões levantadas durante a análise da obra de Lima Barreto. Além disso, informações da política brasileira de 2019-2022 entremeiam as discussões do presente trabalho.

Valer-se de narrativas literárias como arcabouço histórico dá margem para que o historiador tenha inserido em seu imaginário um determinado período por meio de uma visão singular do escritor. Sandra Jatahy Pesavento (2006) assegura que a linguagem atribui sentido ao mundo, porém a redação literária tem como singularidade a capacidade de, por meio de figuras de linguagem, majorar o texto, “metaforizando” a realidade e criando uma “verdade do simbólico”. Dessa forma, o historiador/pesquisador, em seu processo de criação de problematizações, alimenta-se do texto literário por seu valor simbólico e de imersão ao imaginário, incorporando à narrativa histórica uma voz que pensou sobre o período estudado a partir de seu lugar social.

Para Lima Barreto, produzir literatura não era um mero ato. A concepção de literatura para o autor de *Os Bruzundangas* trazia consigo a militância; ele alimentava a ideia de que a literatura teria uma função – e uma função das mais elevadas: a de cimentar as almas humanas, operando para um sentido exponencial de incremento de solidariedade e mútua compreensão. Esse entendimento do ser, da essência da literatura, Lima Barreto buscou em autores como Liev Tolstói, *O que é arte* (1994); e Jean-Marie Guyau (2009), *A arte do ponto de vista sociológico*.

A literatura militante de Lima Barreto é a sua marca artística sobre as transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas na Primeira República. O modo literário como o autor entende as aflições e os conflitos sociais permite discuti-los a partir de obras que procuraram interpretar e refletir sobre as especificidades da formação da sociedade brasileira. *Dialética da malandragem* (1970), de Antônio Candido; *As ideias fora do lugar* (2000), de Roberto Schwarz; *Casa grande e senzala* (2006), de Gilberto Freyre; *Retrato do Brasil* (2012), de Paulo Prado; *Raízes do Brasil* (2014), de Sérgio Buarque de Holanda, são obras que possibilitam a problematização dos descompassos que Lima Barreto aponta no romance *Os Bruzundangas* (2021).

Dessa feita, o conceito de representação é aceito para que possamos analisar uma obra literária de forma a nos furtar de falsas problemáticas relativas à falta de legitimidade ligada à literatura. Um livro ficcional não é um tipo de discurso que almeja relatar fatos e, portanto, não pode ser assim compreendido. Por outro lado, o autor escreve a partir de seu contexto vivido, o que garante ao texto traços do período durante o qual ele é produzido. O processo de ficcionalização da realidade e sua representação ocorre a partir de um ponto de vista único.

É a experiência do autor que norteia como será construída a representação literária da realidade por ele observada. Zélia de Almeida Cardoso (1985) enfatiza que:

Não há verdades universais e absolutas. A apresentação da realidade é sempre fragmentada. O mundo objetivo – ou objectual – é conhecido em apenas algumas das infinitas facetas que possui (e aqui incluímos, como parte do mundo objetivo, o próprio mundo interior de cada ser, que, à medida que se torna dele conhecido, passa a funcionar como objeto, como algo que se vê sob determinado prisma). Além do mais, cada pessoa tem sua perspectiva própria, sua maneira de ver as coisas, maneira esta determinada e influenciada por um conjunto imponderável de fatores e razões (Cardoso, 1985, p. 166).

A análise inserida no projeto de pesquisa se baseia em uma visão própria acerca do momento do Brasil a partir de 2019. Para chegar ao poder, democraticamente, o governo anterior apostou num projeto de *marketing* com o qual o poder da mentira contada várias vezes torna-se uma “verdade”; por exemplo, “a mamadeira de piroca”⁷, “kit-gay”⁸, “ameaça”⁹ comunista, dentre outras mentiras que inflaram o medo e a insegurança social durante o processo eleitoral. Dessa forma, conseguiu ser eleito presidente da República por meio de um sufrágio universal chamado de *eleições diretas* no ano de 2018, tendo início o mandato em 2019 até 2022.

Portanto o presente estudo serve para complexificar a figura construída, o “mito” em volta do governo do Brasil, chamado de o “Governo Salvador”, fazendo uma correlação direta com o livro *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto, com seu tempo e discursos posteriores, destacando pontos de vista dissidentes.

Nesse sentido, é importante destacar mais uma vez que ao longo da dissertação foram efetuados diversos debates e análises que coadunam com o objetivo principal, que é a representação satírica de Lima Barreto em *Os Bruzundangas* e o período de 2019 – 2022 da política brasileira. Apesar de enfatizar diversas vezes questões políticas, sociais ou mesmo antropológicas, a dissertação pauta-se no texto literário de Lima Barreto e suas reverberações como construtos literários de contestação. Nesse sentido, como já reforçado, a biopolítica, a necropolítica, o texto barretiano e a política brasileira se entrelaçam como um mote de uma análise crítica.

⁷Matéria: Mamadeira de piroca: Perfis que espalharam boato em 2019 seguem atuando contra o PT. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/8/25/mamadeira-de-piroca-perfis-que-espalharam-boato-em-2019-seguem-atuando-contr-pt-122234.html> Acessado em: fev/2024

⁸ Matéria: Material que originou *fake news* sobre “kit gay” apareceu em 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/material-que-originou-fake-news-sobre-kit-gay-apareceu-em-2010-entenda.shtml> Acessado em: fev/2024

⁹ Matéria: Quase metade da população vê “ameaça comunista” no Brasil, aponta Ipec. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/03/5081369-quase-metade-da-populacao-ve-ameaca-comunista-no-brasil-aponta-ipecc.html> Acessado em: fev/2024

Como fomento direcionador da pesquisa, as perguntas norteadoras foram: *como o texto barretiano, início do século XX dialoga com a política brasileira de 2019 – 2022? No contexto de Os Bruzundangas, a sátira ocorre de forma explícita sendo capaz de caracterizar questões contemporâneas como biopolítica, necropolítica e racismo estrutural? Por que o texto barretiano ainda é tão contemporâneo?*

Assim, ao longo da dissertação, possíveis respostas foram conjecturadas. Contudo algumas hipóteses são levantadas para dialogar com as análises: a obra barretiana apresenta um país fictício, mas enfatiza personagens ficcionais que dialogam com o período de 2019 – 2022 da política brasileira. Também é possível depreender que as entrelinhas do texto barretiano dialogam com os conceitos da biopolítica, necropolítica, racismo estrutural e uma parcela da sociedade esquecida diante da ferocidade de uma política idealizada.

A base metodológica da investigação é bibliográfica a partir da consulta de textos teóricos, ensaios, trabalhos, projetos, teses acerca do autor Lima Barreto e do governo brasileiro de 2019–2022, por meio de pesquisa documental. Durante a primeira parte da pesquisa, realizou-se o levantamento de obras críticas que versavam sobre *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto, destacando o autor como indivíduo visionário da estrutura política do início da República e dos problemas sociais que circundavam os agentes republicanos. Na sequência, tendo como base o texto barretiano, tratar-se-á da confluência da biopolítica com a obra barretiana. Nesse momento o conceito de biopolítica é extraído das entrelinhas de *Os Bruzundangas* enfatizando os seus contornos na literatura e na sociedade. Por último, a definição de necropolítica também vem à baila por meio de um olhar atento em relação ao texto de Lima Barreto. Todos os capítulos são permeados pela circularidade da crítica satírica presente em *Os Bruzundangas*.

Nesse raciocínio a dissertação está disposta em três capítulos. O capítulo I pontua a fortuna crítica referente ao texto de Lima Barreto e o racismo como tecnologia de poder em *Os Bruzundangas*. Assim, nesse momento da pesquisa, busca-se compreender o que motivou Lima Barreto a trilhar na escritura um riso satírico como protesto do oprimido por meio de uma literatura desafiadora para o período do início da República no Brasil.

No capítulo II, é invocada a questão prática da escritura barretiana por meio de elementos constitutivos da escritura que podem conceituar biopolítica e suas ramificações em *Os Bruzundangas* e na política brasileira de 2019 – 2022.

A necropolítica também é um conceito investigado no capítulo III. Busca-se evidenciar a linha tênue entre a literatura e a política brasileira de 2019 – 2022, por meio de ações vivenciadas pela sociedade do país em *Os Bruzundangas*.

Assim sendo, os principais desafios da investigação lançados pela análise de *Os Bruzundangas* com a política brasileira de 2019 – 2022 consistem em compreender e definir por meio do texto de Lima Barreto conceitos diversos e de difícil tradução em palavras, devido ao complexo campo em que estão inseridos. Além disso, há diversas ponderações em relação aos conceitos de biopolítica, necropolítica e racismo estrutural no campo literário.

Portanto o elemento principal de análise dessa investigação é o texto *Os Bruzundangas*. Na sequência, eis os elementos satíricos que estão inseridos na obra como mecanismos de denúncias a exemplo do racismo e da necropolítica. Em outras palavras, é possível compreender a análise na seguinte progressão: *Os Bruzundangas*, sátira, racismo, biopolítica e necropolítica.

CAPÍTULO I

A ARTE DE FURTAR: RACISMO COMO TECNOLOGIA DE PODER EM OS

BRUZUNDANGAS

Conceituada por Michel Foucault, biopolítica é uma ferramenta tecnológica de dominação de controle da vida com a qual a administração da sociedade se dá a partir da “suspensão da morte”. Foucault aborda a ideia de que as pessoas dependem do Estado para viver por meio de seus programas e de suas políticas públicas como o programa *Minha Casa, Minha Vida* e o *Sistema Único de Saúde*. Segundo esse conceito, por meio de um poder soberano, o Estado disciplina e regula o corpo do outro. Esse tipo de poder é vinculado à Monarquia e tem características de centralização, de verticalização e de impessoalidade.

Para Michel Foucault, a ideia inicial de biopoder veio por meio da eclosão do Capitalismo, uma vez que o corpo foi o primeiro bem de que esse sistema econômico se apropriou da população por meio das necessidades do Neoliberalismo a fim de obter uma produção de corpos saudáveis e produtivos, mas esse poder soberano trabalha com a ideia de “fazer viver e deixar morrer”, já que mecanismos de controle como o racismo estão inseridos nesse sistema de dominação.

O filósofo camaronês Achille Mbembe atualiza a teoria de Michel Foucault. Para Mbembe, o filósofo francês trabalhava com a gestão da vida, mas é necessário ter foco na gestão da morte. O filósofo camaronês cria o conceito de *necropolítica*, ou a *política da morte*, que é uma crítica ao Capitalismo, já que este seria responsável por reproduzir, sistematicamente, a exclusão de determinados grupos. A necropolítica vai além da ameaça da vida por meio de armas de fogo; ela tem a ver com o poder estatal de criar segregação de territórios. Essa segregação seria a criação de zonas isoladas como periferias e favelas para certos grupos da população – preta, pobre e favelada –, o que marcaria um estado de exceção em que seria liberado matar sem grandes consequências. Nesse contexto, não há como entender necropolítica sem entender o racismo.

O racismo está atrelado às ideias, às crenças do indivíduo; faz parte da discriminação de uma pessoa ou grupo devido à raça ou etnia. O autor Silvio Almeida aborda o conceito de *racismo estrutural*, que consiste em uma violência direta e que constitui em suas relações uma normalidade. Exemplo disso foi a morte de um grupo de jovens rapazes negros que saíram para

comemorar o primeiro salário, e o carro em que eles estavam foi alvejado com 111 tiros¹⁰, sendo 81 de fuzil e 30 de pistolas, então a população brasileira acha isso algo normal, o que também nos faz pensar na letra do *Funk do Silva* cantada pelo Mc Bob Rum: *era só mais um Silva que a estrela não brilha. Ele era funkeiro, mas era pai de família*¹¹.

Essa adversativa “MAS” na música nos remete à ideia de justificativa, o porquê segundo o qual o Silva – a personagem da história – não deveria ter morrido. Isso nos traz as reportagens de jornalismo da área criminal nas quais mães, pais, filhos e esposas choram pela morte dos seus [Silvas] e seguram na mão uma carteira de trabalho como se esse documento separasse os vagabundos indignos dos trabalhadores merecedores da vida; neste caso, isso nos faz pensar na legitimação social, midiática e policial da pena de morte ao povo pobre do Brasil; é como se a vida do povo negro precisasse de um papel que desse direito de essas pessoas se manterem vivas, ou seja, um termo de posse, uma procuração; no caso, a carteira de trabalho. É como se a vida não fosse digna de ser vivida em si; é como se fosse preciso um “MAS” para que suas existências fossem justificadas. Contudo, a moça branca, estudante de medicina na Universidade Paulista (USP)¹², que desviou quase um milhão de reais da formatura de sua turma no crime de estelionato, é considerada um prodígio e vai voltar ao curso e terminar o último período de Medicina. Para Silvio Almeida, o racismo afeta o grupo negro de três formas: econômica, política e subjetiva; a partir desses três ângulos o indivíduo é constrangido e lembrado de maneira que tal associação faz parte do que eles vivem cotidianamente.

A partir desses conceitos iniciais, esta dissertação tenta analisar a obra *Os Bruzundangas* (2021), de Lima Barreto – o primeiro autor declaradamente negro –, por meio de sua literatura militante¹³, na qual denuncia, em um tom de crítica à sociedade brasileira da Primeira República, o mal que atingiu o povo, que foi entregue a uma classe política que subtraía a própria vida e a dos outros a fim de lograr benefício próprio, o que permite fazer um *link* com

¹⁰Matéria: as vítimas silenciosas de Costa Barros. Disponível em: <https://www.anf.org.br/ha-cinco-anos-em-costa-barros-cinco-jovens-eram-assassinados-pela-policia-militar-111-tiros-foram-disparados-contr-os-rapazes/> Acessado em: fev/2024

¹¹*Funk do Silva* – Mc Bob Rum

¹²Matéria: a aluna de medicina Alicia Muller. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/aluna-volta-aos-estudos-e-e-separada-de-colegas-em-sala-de-aula-e-estagio/> Acessado em: fev/2024

¹³ O termo *militante*, de que tenho usado e abusado, não foi pela primeira vez empregado por mim. O Eça, por quem não cesso de proclamar a minha admiração, empregou-o – creio que em *Prosas Bárbaras* – quando comparou o espírito da literatura francesa com a da portuguesa [...] Ele mostrou que desde muito as letras francesas se preocupam com o debate das questões da época, enquanto os portugueses limitavam-se às preocupações da forma, aos casos sentimentais e amorosos e à idealização da natureza. Aquelas eram militantes enquanto estas eram contemplativas e de paixão. (BARRETO, 2016, p. 130)

as instituições político-histórico-culturais brasileiras com o propósito de identificá-las em suas páginas.

De acordo com Nikolau Sevcenko em sua obra *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república* (1983), cria-se a expressão “literatura como missão” ao falar do criador de Policarpo, já que a missão artística do autor ultrapassaria todas as outras pela eficiência simbólica: “produzir literatura é por isso um gesto de inconformismo” (Sevcenko, 1983, p. 247).

No segundo momento, em “Os bruzundanguenses de origem javanesa”, serão abordadas as teorias de biopolítica e de necropolítica nos estudos de Michel Foucault e Achille Mbembe, erigidas nas obras *Nascimento da Biopolítica* (1978-79) e *Necropolítica* (2020).

Por fim, em “O visconde queria um amanuense *chic* e lindo”, serão discutidos os conceitos de racismo e racismo estrutural com o apoio do texto do professor Silvio Luiz Almeida (*Racismo Estrutural*, 2019). Para compreensão de escravidão e de branqueamento abordados na última parte, utilizaram-se respectivamente os textos e os autores Laurentino Gomes em sua obra *Escravidão Vol. 1* (2019); e Abdias Nascimento em sua obra *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (2016), produções em que os autores reforçam a colonização branca no Brasil.

1.1 Lima Barreto: vida e obra

O autor Afonso Henriques de Lima Barreto, ou somente Lima Barreto (L.B.), nasceu no Rio de Janeiro, no dia 13 de maio de 1881, sete anos antes da data da abolição oficial da escravidão. Ao lado do seu pai, João Henriques comemorou a promulgação da Lei Áurea no Largo do Paço, no Rio de Janeiro. Como naquele período era apenas um menino, não entendia muito bem a importância de tal lei, mas comemorou ao seu modo, já que desconhecia os males da escravidão, porque não havia sido parte do seu cotidiano. Nesse período do abolicionismo a cidade do Rio de Janeiro já não possuía muitas pessoas escravizadas, principalmente nas áreas urbanas. Anos depois, Lima Barreto narraria sobre o fato de seu nascimento ter ocorrido no mês de maio, também conhecido como *mês das flores* e o *mês sagrado para a poesia*.

Estamos em maio, o mês das flores, o mês sagrado pela poesia. Não é sem emoção que o vejo entrar. Há em minha alma um renovamento; as ambições desabrocham de novo e, de novo, me chegam revoadas de sonhos. Nasci sob o seu signo, a treze, e creio que em sexta-feira; e, por isso, também à emoção que o mês sagrado me traz, se misturam recordações da minha meninice. Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia de teus anos.

(Crônica: MAIO, publicada na *Gazeta da Tarde*, 04/05/1911 – In: *Toda crônica*, vol. 1 p. 77)

A coincidência das datas faria no futuro autor toda a diferença na sua arte de fazer literatura, pois as marcas desse período, o preconceito racial e a difícil inclusão dos negros e mulatos¹⁴ na sociedade brasileira nunca deixaram de ocupar o centro de sua obra literária, uma vez que a ideia de liberdade significava um momento decisivo não só para a história do País como também para o projeto literário que L.B. pretendeu realizar. De acordo com o autor:

A missão da literatura é fazer comunicar umas almas com as outras; é dar-lhes um mais perfeito entendimento a elas; é ligá-las mais fortemente, reforçando desse modo a solidariedade humana, tornando os homens mais capazes para conquistar o planeta e se entenderem melhor, no único intuito de sua felicidade. (Barreto, 2017, p. 122)

Lima Barreto foi o primeiro autor brasileiro a se reconhecer e definir como literato negro¹⁵. Em geral o autor é conhecido pelos seus romances *Recordações do escrívão Isaías Caminha* (1909), *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), *Numa e a Ninfa* (1915), *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), *Clara dos Anjos* (datado de 1922, mas publicado pela primeira vez em 1924) e *Os Bruzundangas* (publicado, postumamente, em 1922). Na realidade a literaturabarretiana é autodenominada “militante” e “biográfica”, visto que Lima acaba se tornando as suas personagens numa espécie de simbiose de criador e criatura. Escreveu a obra *O cemitério dos vivos* (1956)¹⁶, na qual narra uma história de uma personagem internada num hospício, que passou por processos de humilhação semelhantes aos vividos pelo autor quando esteve internado no Hospital Nacional, nos períodos de 1914 e 1919.

O autor de *Os Bruzundangas* também é conhecido pelos contos, como *O traidor* (1951), em que Lima faz análises sobre a sua vida e comenta suas lembranças, após a abolição. O autor de *Policarpo Quaresma* também possui publicados textos críticos, como *Lima Barreto: impressões de leitura e outros textos críticos* (2016). Essa obra é um compêndio de escritos

¹⁴“O mesmo não se pode dizer da Marinha. Ela é estritamente militar, e os seus oficiais julgam-se descendentes dos primeiros homens que saíram de Pamir. Não há neles a preocupação de constante mudança de fardamento; mas há a de raça, para que a Bruzundanga não seja envergonhada no estrangeiro possuindo entre os seus oficiais de mar alguns de origem javanesa. Os mestiços de javaneses, entretanto, têm dado grandes inteligências ao país, e muitas”. (BARRETO, 2021, p. 74).

¹⁵Na obra *Contos completos de Lima Barreto*, na introdução – *Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil República*. A professora e historiadora Lilia Moritz Schwarcz ratifica essa informação. (BARRETO, 2010, p. 22).

¹⁶“Eu estava ali que nem um peru, no meio de muitos outros, pastoreado por um bom português, que tinha um ar rude, mas doce e compassivo, de camponês transmontano. Ele já me conhecia da outra vez. Chamava-me de você e me deu cigarros. Da outra vez fui para a casa-forte e ele me fez baldear a varanda, o banheiro onde me deu um excelente banho de ducha de chicote. Todos estávamos nus, as portas abertas e eu tive muito pudor”. (Barreto, 1956, p. 2).

sobre literatura e artigos feitos para jornais e revistas, sempre sobre autores e obras, além de escritos de reflexão teórica.

A necessidade para embarcar definitivamente na literatura começou a ser mais urgente em Lima, pois as suas publicações nas letras estavam restritas a breves colaborações em jornais e revistas. A sua primeira participação foi no jornal estudantil chamado *A lanterna*, em 1902. No ano de 1907 aceitou o convite de ser redator da revista *Fon-Fon*, porém ficou insatisfeito com o pouco espaço para executar as suas atividades como redator, e conseqüentemente os seus textos também não tinham espaços na revista, então se demitiu. Poucos meses depois se juntou com um grupo de amigos e fundou a revista *Floreal*, cuja primeira edição foi a de 25 de outubro de 1907. Como coordenador da revista, o escritor do *Cemitério dos Vivos* logo obteve destaque nas edições e apareceu bastante na capa, assim como os seus textos na revista:

Floreal surgia para disputar o gosto dos leitores na capital. Sua meta, assim definiam os redatores, consistia em “escapar às injunções dos mandarinatos literários [...] ao formulário das regras de toda a sorte”. O alvo declarado era a Academia e o que julgavam ser uma literatura muito pautada por regras gramaticais distantes da linguagem do povo.

O estilo da revista lembra muito o de Lima e seu grupo, que, nas animadas reuniões realizadas nos cafés, ironizava o ‘perfil sensacionalista’ dos demais jornais, os quais, sem meias palavras, eram chamados de ‘imprensa burguesa’, interessada apenas em sucesso comercial e nas altas tiragens. A nova publicação, por sua vez, pretendia denunciar o periodismo em voga, feito de ‘mágica, com encantamentos, alçapões e fogos de bengala’. A ideia era, pois, fazer da Floreal um noticioso ‘por oposição’: eles seriam em tudo contrários aos demais, não teriam preocupações mercantis, apresentariam as notícias de modo isento e mais próximo do que diziam ser o ‘interesse popular’. (Schwarcz, 2017, p. 194-196)

Com o passar dos anos, embora ainda trabalhasse no Ministério da Guerra e auxiliasse os jornais, tinha uma grande dificuldade para publicar os seus livros como *Isaías Caminha* e, posteriormente, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. O autor Lima Barreto havia notado que viver da literatura seria um sonho cada vez mais distante. Tanto as dificuldades da carreira como literato quanto as desilusões da vida – somadas ao agravamento da doença de seu pai – colaboraram para que Lima fosse ao encontro da bebida, que seria o seu recôndito para a dura realidade na qual o autor vivia. Alongava-se nos bares do Rio de Janeiro, conversava com qualquer pessoa, tomava um gole aqui e bebericava ali, começando pela cerveja e terminando na cachaça *Parati*.

Diante desse caos em que a sua vida pessoal se encontrava, porque estava sempre indo de bar em bar, Lima Barreto chegou a cogitar sobre as teorias raciais do darwinismo social¹⁷, que estavam na moda na Primeira República, até para justificar a política de branqueamento abordada pelo psiquiatra Nina Rodrigues com a teoria da degenerescência; esta que aponta que homens negros são mais propensos aos vícios e a certas doenças, ou seja, são vistos como degenerados.

A sua morte ocorreu em primeiro de novembro de 1922 (Dia de Todos os Santos), na “Vila Quilombo”, nome que dava à casa. Lima não teve a vida que gostaria de ter e que a sua meninice lhe tinha prometido por meio daquela alegria no dia da abolição da escravatura¹⁸. A literatura não foi forte o suficiente para lhe dar uma vida próspera, em uma sociedade cheia de problemas e racismos estruturais.

Barreto viveu na era da *belle époque*, durante a qual a cidade do Rio de Janeiro, por meio de seu poder, começou a mudar o regime separando as pessoas por meio da classe social pertencente. Esse período moderno que a cidade atravessava se deu por meio da Reforma Pereira Passos, que transformou radicalmente a fisionomia do centro do Rio de Janeiro. E em poucos anos surgiria uma nova metrópole sobre os escombros da velha cidade, porém esse avanço fez a limpeza da classe negra, pobre e periférica do centro da cidade para as bordas e os morros do Rio. Essa visão ou experiências por que o autor de *Os Bruzundangas* passou é a mesma que dá ao teor dos seus escritos de combate por meio da sátira. Barreto diz:

A sua capital, que é um dos lugares mais pitorescos do mundo, não tem nos arredores casas de campo, risonhas e plácidas, como se veem em outras terras.

Tudo lá é conforme a moda. Um antigo arrabalde da capital, que há quantos anos era lugar de chácaras e casas roceiras, passou a ser bairro aristocrático; e logo os panurgianos ricos, os que se fazem ricos ou fingem sê-lo, banalizaram o subúrbio, que ainda assim é lindo. (Barreto, 2021, p. 89)

Esse período do modernismo instaurado na Primeira República não se refletiu de imediato nas áreas sociais, culturais e econômicas, pois existia um faial entre o povo e a República, e isso deu forças para Lima produzir mais literatura de combate. Além disso, os velhos vícios do regime político anterior ficaram enraizados na República, e vários desses vícios

¹⁷“O medo maior de Lima devia ser imaginar que sua história repetia o que os prognósticos deterministas apontavam: não se escapava da origem e dos estigmas hereditários. Era esse o receio dele diante da loucura do pai; e foi provavelmente esse o temor que sentiu ao acordar no hospital, já sóbrio e mais atento à sua situação” (Schwarcz, 2017, p. 275)

¹⁸“Muitas vezes escritos inacabados funcionam como peças vivas, pois estão sempre sendo alterados por seu autor. No caso, as oscilações no documento acompanham as expectativas de Lima em relação aos diferentes contextos que experimentou. E, nesse que estamos relendo, o menino revelava seus sonhos. Afinal, o momento da Lei Áurea, além de ansiosamente aguardado, vinha repleto de simbolismo e emoção”. (Schwarcz, 2017. p. 62)

são assentados por Lima Barreto em *Os Bruzundangas*. No que toca às áreas sociais e culturais e aos vícios do regime político anterior, que era a Aristocracia, Lima chega à seguinte conclusão.

Um dos toques da mediocridade da sociedade da Bruzundanga é a sua incapacidade para manter um teatro nacional.

O teatro é por excelência uma arte de sociedade, de gente rica. Ele exige vestuários caros, joias, carros – tudo isso que só se pode obter com a riqueza. Pois os ricos da Bruzundanga não animam as tentativas que se têm feito para fazer surgir um teatro indígena, e todas têm fracassado [...]; é o bastante para mostrar de que maneira a aristocracia da Bruzundanga é incapaz de representar o papel normal das aristocracias: criar o gosto, afinar a civilização, suscitar e amparar grandes obras. (Barreto, 2021, p. 89-90)

A literatura de Barreto nos apresenta, fortemente, o contexto político e social e a sua visão sarcástica e crítica da sociedade brasileira. A obra que é analisada nesta dissertação, *Os Bruzundangas* (2021), traz assuntos sobre racismo, política protecionista da República Velha, referência ao estrangeiro, preconceito de classe. Nas palavras de Lima Barreto:

É assim o gosto da gente superior da Bruzundanga, gente feita de doutores e aventureiros, ambos dados à chatinagem e à veniaga, desde os primeiros caçando casamentos ricos e os segundos na cavação comercial e industrial, sem ter tido tempo para se deter nessas coisas de pensamento e arte. (Barreto, 2021, p. 149)

O crítico literário e professor Antonio Cândido, na sua obra *A educação pela noite e outros ensaios* (2003), reforça a ideia de que o autor Lima Barreto, por meio de sua escrita, tentava trabalhar em cima dos problemas da sociedade brasileira. Cândido diz:

Para Lima Barreto a literatura devia ter alguns requisitos indispensáveis. Antes de mais nada, ser sincera, isto é, transmitir diretamente o sentimento e as ideias do escritor, da maneira mais clara e simples possível. Devia também dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular, focalizando os que são fermento de drama, desajustamento, incompreensão. Isso porque no seu modo de entender ela tem a missão de contribuir para libertar o homem e melhorar a sua convivência. (Cândido, 2003, p. 39)

Os Bruzundangas foi publicado em dezembro de 1922 pelo seu editor Jacinto Ribeiro, um mês após a morte de Lima Barreto. O livro contém 160 páginas, nas quais se dividem os 22 capítulos, um *prefácio* e ainda uma última parte, intitulada *Notas Soltas*: sobre o teatro, sobre literatos, sobre a administração, sobre os sábios (a desenvolver), totalizando dez. Foi escrita por Lima Barreto, no início de 1917, para o semanário A.B.C., dirigido por Paulo Hasslocher e Luís Morais.

Da minha viagem à República dos Estados Unidos da Bruzundanga, tenho publicado, no A.B.C., algumas notas das quais organizei um volume que deve sair dentro em breve das mãos do editor Jacinto Ribeiro dos Santos.

Estou fora da Bruzundanga há alguns anos; mas, de quando em quando, recebo cartas de amigos que lá deixei, dando-me notícias de tão interessante terra. (Barreto, 2021, p. 157)

A obra insere crônicas de um país fictício chamado de *a República dos Estados Unidos da Bruzundanga*, no qual faz um paralelismo com o Brasil; tem a sua capital chamada de Bossuet; e é cercado por numerosas províncias: a província dos Bois, dos Rios, da Cana, do Kaphet (essa sendo a província mais rica de todas). Cada capítulo abarca diferentes assuntos dessa nação, que vão desde a literatura até a Constituição, passando pela elite, pelo ensino e pelos heróis daquele universo. O crítico literário Alfredo Bosi, em sua obra *História concisa da literatura brasileira* (2006), afirma:

Com *Os Bruzundangas* Lima Barreto fez obra satírica por excelência [...]. Imaginou um visitante estrangeiro a descrever a terra de Bruzundanga, nada mais nada menos que o Brasil do começo do século. Escrita nos últimos anos, a obra traz forte empenho ideológico e mostra o quanto Lima Barreto podia e sabia transcender as próprias frustrações e se encaminhar para uma crítica objetiva das estruturas que definiam a sociedade brasileira do tempo [...]. A obra de Lima Barreto significa um desdobramento do Realismo no contexto novo da I Guerra Mundial e das primeiras crises da República Velha dos anos de 30. (Bosi, 2006, p. 346)

Nessa esteira, a autora Elizabeth Gonzaga de Lima, em sua obra *Avesso de utopias: Os bruzundangas e as aventuras do doutor Bogóloff* (2001), também destaca que a escrita barretiana tinha a intenção de misturar o satírico com a realidade, assim fortalecendo ainda mais as ideias propostas da narrativa de *Os Bruzundangas*. De acordo com a autora:

[...] a intenção de Lima Barreto era reproduzir na forma e no estilo o caos brasileiro, a República mal feita, as relações sociais e políticas pervertidas, encaixando sob medida, nesse propósito, o grotesco. Ao contrário do que alguns analistas apontaram como certa ingenuidade e falta de manejo estético do autor, são na verdade artifícios de que ele lançou mão ao longo da obra, demonstrando seus conhecimentos dos recursos satíricos (Lima, 2001, p. 46).

O livro é um diário de viagem do brasileiro que passou tempo em Bruzundanga, uma jovem República que lutava num ambiente de colapso do modelo escravocrata. Era um lugar onde cresciam elites obtusas que dominavam o povo, além de constituir um cenário de racismo, pobreza, obsessão por títulos doutorais, literatura de enfeite. De acordo com Barreto:

As páginas que se seguem vão revelá-los e eu me dispense de narrá-los neste curto prefácio. Pobre terra da Bruzundanga! Velha, na sua maior parte, como o planeta, toda a sua missão tem sido criar a vida e a fecundidade para os outros, pois nunca os que nela nasceram, os que nela viveram, os que a amaram e sugaram-lhe o leite, tiveram sossego sobre o seu solo! [...] Contudo, se a posteridade não encontrar nelas algum ensinamento, e as desprezar, os contemporâneos do meu país podem achar nestas rápidas narrações de coisas

de nação tão remota, moldes, receitas e meios para esbodegar de vez o Brasil. (Barreto, 2021, p. 11 e 75)

É notório que Lima Barreto por meio de cada capítulo da obra está disposto a nos mostrar com mais intimidade a parcela da sociedade bruzundanguense, que é formada por uma casta superior. Essa base social é construída por política, nobreza, profissionais liberais e acumuladores de cargos públicos. Para Barreto, essa sociedade está mais preocupada com acumulação de riquezas, o servilismo cultural à Europa, o racismo contra os javaneses, a usurpação de cargos públicos. Lembrando que Bruzundanga não produz os seus intelectuais ou artistas mesmo tendo um espaço para usufruir: “há lá salões literários e artísticos, mas em nenhum deles surgiu um Montesquieu com o Espírito das Leis” (Barreto, 2021, p. 87). No capítulo especial *Os Samoiedas*, Lima Barreto deixa muito bem claro que a pobreza são os literatos e a literatura da Bruzundanga.

O que caracteriza a literatura daquele país é uma curiosa escola literária lá conhecida por “Escola Samoieda” [...] Os Samoiedas, como vamos ver, contentam-se com as aparências literárias e a banal simulação de notoriedade, umas vezes por incapacidade de inteligência, em outras por instrução insuficiente ou viciada, quase sempre, porém, por falta de verdadeiro talento poético, de sinceridade, e necessidade, portanto, de disfarçar os defeitos com politiquices e passes de mágica intelectuais. (Barreto, 2021, p. 18)

Com o passar de cada crônica essa visão vai se espalhando cada vez mais para a sociedade bruzundanguense, que é formada principalmente pela elite do país, o que permite que o leitor entenda as mazelas desse lugar de modo natural. Lá, o narrador-viajante vai descrevendo a educação, a legislação, a política, o processo democrático. O objetivo da escrita já é introduzido no prefácio quando narra a incrível problemática de Bruzundanga.

Nesse sentido, Alfredo Bosi, na obra *História concisa da literatura brasileira* (2006, p. 323) afirma: “Lima Barreto podia e sabia transcender as próprias frustrações e se encaminhar para uma crítica objetiva das estruturas que definiam a sociedade brasileira do tempo”; e ainda conclui a respeito de *Os Bruzundangas*:

[Um] A obra é de amplo espectro. Lá se encontra, por exemplo, a sátira dos costumes literários da *belle époque*: quem não reconhecerá, na crônica sobre a ‘escola samoieda’, o retrato dos simbolistas europeizantes perdidos atrás da ‘harmonia imitativa’ e forjando poéticas que alternavam o cerebrino e o pueril? Mas há críticas mais fundas. O escritor percebeu a tempo a fragilidade da economia do país posta sobre a exportação de um só produto que se valorizava à custa dos demais e da indústria. E, como fino moralista, Lima Barreto volta-se para as ressonâncias desse estado de coisas na conduta das várias classes: são saborosas as páginas que dedica aos moradores cheios de prosápia da Província do Kaphet; ou ao culto do “doutor” e ao

fetichismo das pedras preciosas que se engastam nos anéis dos diplomados, variando na cor e na forma consoante o prestígio do curso feito; ou ainda à vaidade dos intelectuais medíocres que, gravitando na esfera do poder, esperavam subir à força de pirotecnias verbais “Um grande financeiro”. (Bosi, 2006, p. 324)

Nessa toada, antes da discussão do “racismo como tecnologia de poder” na obra de Lima, é imprescindível compreender o que motivou o autor de *Numa e a Ninfa*, um autor negro, pobre e marginalizado, tanto na sua representação, quanto na descrição da dominação burguesa apresentadas a partir da construção cultural que incorporava as aspirações e os protestos do oprimido por meio de uma literatura social e politicamente militante. Isso justifica os pontos que serão destacados a seguir: os conceitos de biopolítica (Michel Foucault) e necropolítica (Achille Mbembe); como o poder político do Estado pode controlar as pessoas e decidir como estas devem viver; e, por fim, a compreensão tanto do racismo de Estado, quanto do racismo enquanto embotamento da dignidade humana.

1.2 Os bruzundanguenses de origem javanesa

Biopolítica, *biopoder* são termos da tecnologia de dominação explorados pelo pensador francês Michel Foucault, segundo o qual a *biopolítica* é o direito soberano do Estado sobre a vida e a morte dos corpos, ou seja, “[...] processos que são próprios da vida, como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc.” (Faucault, 1999, p. 289), por meio de dispositivos de controle e de sujeição dos corpos. Os conceitos sobre *biopolítica* serão abordados de modo mais específico no próximo capítulo: *Isto não é prático; quero coisas práticas*.

Então o soberano tinha a escolha de quem iria matar, mas também de quem iria deixar viver. Com as transformações políticas do século XIX e a Revolução Industrial (1760 a 1840), essa ideia do rei absoluto que executava as práticas de “fazer morrer” (ativo) e “deixar viver” (passivo) se inverteu. Do seu modo Lima Barreto não poderia deixar de dar sua versão sobre *biopolítica*:

— Karpatoso, o orçamento fecha-se sempre com déficit. Este cresce de ano para ano... Tenho que satisfazer compromissos no estrangeiro... Espero que você me arranje um jeito de aumentarmos a receita. Você tem estudos sobre finanças e não será difícil para você...

A isto Felixhimino respondeu com toda a segurança:

— Não há dúvidas! Vou arranjar a cousa.

Três dias após, ele tinha as ideias salvadoras: aumentava do triplo a taxa sobre o açúcar, o café, o querosene, a carne-seca, o feijão, o arroz, a farinha de mandioca, o trigo e o bacalhau; do dobro, os tecidos de algodão, os sapatos, os chapéus, os fósforos, o leite condensado, a taxa das latrinas, a água, a lenha,

o carvão, o espírito de vinho; criava um imposto de 50% sobre as passagens de trens, bondes e barcas, isentando a seda, o veludo, o champagne etc. de qualquer imposto. Calculando tudo, ele obtinha trinta mil contos. [...]

Apresentadas as ideias de Felixhimino à Câmara, muitos deputados se insurgiram contra elas.

Um objetou:

— Vossa Excelência quer matar de fome o povo da Bruzundanga.

— Não há tal; mas mesmo que viessem a morrer muitos, seria até um benefício, visto que o preço da oferta é regulado pela procura e, desde que a procura diminua com a morte de muitos, o preço dos gêneros baixará fatalmente. (Barreto, 2021, p. 31-32)

No século XIX as ordens se invertem: por esse viés o poder estatal atua com olhos voltados para o mercado econômico, uma vez que a única forma de o Estado se sustentar é mediante a espoliação das riquezas alheias, e estas só aparecem por meio da produção e da troca livre entre homens. Em *Estado, governo e sociedade* (2009), Norberto Bobbio cita:

Do ponto de vista de uma definição formal e instrumental, condição necessária e suficiente para que exista um Estado é que sobre um determinado território se tenha formado um poder em condição de tomar decisões e emanar os comandos correspondentes, vinculatórios para todos aqueles que vivem naquele território e efetivamente cumpridos pela grande maioria dos destinatários na maior parte dos casos em que a obediência é requisitada. Sejam quais forem as decisões. (Bobbio, 2009, p. 95)

Dessa feita o Estado, por assim dizer, não produz nada; ele somente tira da população mais carente, mas *é que no peito dos “desafortunados” também tem um coração*¹⁹. Então agora o Estado atua na concepção de “fazer viver” (ativo) e “deixar morrer” (passivo), assim o governante passa a ter direito sobre a vida da população. Sobre esse argumento de que o Estado possa “gerir” a vida da população, Lima deixa bem claro como era feita essa gestão em Bruzundanga. “Bossuet dizia que o verdadeiro fim da política era fazer os povos felizes; o verdadeiro fim da política dos políticos da Bruzundanga é fazer os povos infelizes” (Barreto, 2021, p. 45).

O “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1978-1979) remonta à *biopolítica*, porque cabe ao governante a gestão da vida. Com isso, o posicionamento positivo do “fazer viver” ocorre por meio da gestão de políticas públicas para a potencialização da vida; e, quando o Estado não atua, ele “deixa morrer”. E quais seriam esses corpos que são deixados para morrer? São negros, desempregados, imigrantes, pessoas sem o poder de compra, pessoas da periferia,

¹⁹Desafinado – João Gilberto

indígenas. Barreto reforça a ideia de que a população bruzundanguense tem os seus corpos deixados ou subalternizados devido à falta do poder das políticas públicas e justifica:

– Estou me tratando com o doutor Adhil.

Moças pobres sacrificavam os orçamentos domésticos para irem à consulta do doutor Adhil. [...]

Para se ter a felicidade de sofrer um exame de minutos do milagroso clínico, era preciso que se adquirisse a entrada, isto é, o cartão, com antecedência, às vezes, de dias. O preço era alto, para evitar que os viciosos do grande clínico não atrapalhassem os que verdadeiramente necessitavam das luzes do célebre clínico [...] (Barreto, 2021, p. 98-99)

Sobre esses tipos de projeto de “fazer viver (ativo) e “deixar morrer” (passivo) com que o Estado brasileiro atua, faz-se necessário abordar sobre o caso do genocídio do povo *Yanomami*²⁰ no Estado de Boa Vista. A *Hutukara* – associação dos *Yanomami* – entre os períodos de 2019 e 2022, enviou cerca de 21 ofícios para o Ministério Público Federal, Polícia Federal, Fundação Nacional dos Povos Indígenas e Exército pedindo ajuda e relatando que a terra dos *Yanomami* – a maior terra indígena no Brasil, com cerca de 9 milhões de hectares – estava sendo invadida por garimpeiros, e essa invasão do garimpo ilegal provocou a morte de 570 crianças indígenas por contaminação do mercúrio, malária, desnutrição e fome.

Fazendo analogia ao título do livro *A outra volta do parafuso*²¹, reforçamos a ideia da percepção de força necessária que o ex-governo foi capaz de fazer, e essa volta se deu com muita força, porque o problema do governo de 2019 a 2022 não é que não funcionou; ele funcionou até demais, uma vez que militares do Exército e garimpeiros comungavam um grupo de Whatsapp²² e informavam quando haveria ações no território dos *Yanomami*. Também se faz necessário lançar mão dos discursos de ódio e xenofóbicos que o ex-presidente fazia a respeito dos indígenas, o que incentivava cada vez mais a degradação de um povo que quase foi extinto. Vaticinou:

Pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios. (Correio Braziliense, 12 de abril de 1998).

Se eu assumir [a Presidência do Brasil], não terá mais um centímetro para terra indígena. (Dourados, Mato Grosso do Sul, 8 de fevereiro de 2019)

²⁰ Caso do genocídio dos *Yanomami*. Disponível em: <https://istoe.com.br/nao-e-tragedia-humanitaria-e-genocidio/> Acessado em: fev/2024

²¹ JAMES, Henry. *A outra volta do parafuso*. Editora Companhia das Letras, 2011.

²² Matéria: Militares do Exército tinham grupo de Whatsapp com garimpeiros. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2023/1/26/militares-do-exercito-tinham-grupo-de-whatsapp-com-garimpeiros-para-avisar-sobre-aes-no-territorio-yanomami-130593.html> Acessado em: fev/2024

Essas falas com o hiato de 20 anos nos mostram que desde sempre o projeto de biopolítica do ex-chefe do Poder Executivo já estava inserido no nosso cotidiano, já que o ex-presidente sempre fez questão de salientar a defesa explícita do garimpo. Lima Barreto com a sua escrita de combate já conseguia prever o futuro cem anos antes quando abordava sobre as ideias obtusas e a mediocridade dos políticos em relação ao seu povo.

Os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a coisas estranhas à terra que dirigem, para achar solução às dificuldades do governo.

A primeira coisa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e sangue diferente do resto da população.

O valor de separação entre ele e a população que tem de dirigir faz-se cada vez mais profundo. (Barreto, 2021, p. 45)

Um fato curioso que não passou despercebido foi uma ação sigilosa do Banco Central comandada pelo seu presidente, o senhor Roberto Campos Neto (indicação do ex-presidente), a qual pode ter sido crucial no aumento do genocídio dos *Yanomami* e no amplo crescimento do garimpo ilegal e criminoso nas terras indígenas. Em relação à escolha do presidente do Banco Central, Lima Barreto aborda sobre a especulação de cargos públicos e “Pixuleco”. Nas palavras do autor:

Em uma sala se ouve conversa das senhoras, digo senhoras; a preocupação não é outra se não saber se fulano será ministro, para dar tal ou qual comissão ao marido ou ao filho. Uma outra criticará tal ou qual pessoa poderosa porque não arranjou para o pai uma concessão qualquer [...]; a política não é uma grande cogitação de guiar os nossos destinos; porém um vulgar especulação de cargos e propinas. (Barreto, 2021, p. 87)

Então, no ano de 2021, o Banco Central²³ adquiriu em apenas três meses a maior quantidade de ouro em décadas, o que duplicou a reserva do Brasil e ajudou na valorização do metal, aumentando a lucratividade do garimpo ilegal nas terras indígenas. O fato curioso é que o Banco Central tentou esconder a compra e se negou a responder aos questionamentos, mesmo após o uso da Lei de Acesso à Informação, porém em março de 2022 o BC tornou públicos, de modo parcial, os dados referentes à compra do ouro. Em Bruzundanga, o “mandachuva” (presidente) age de maneira semelhante sobre a divulgação de informações pertinentes, pois

²³ Matéria: Banco Central facilitou o genocídio *Yanomami*. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2023/02/banco-central-facilitou-o-genocidio-yanomami-ao-comprar-ouro-e-aumentar-o-lucro-do-garimpo-legal/#:~:text=Em%202021%2C%20o%20Banco%20Central,reservas%20em%20ouro%20em%202021. Acesso em: fev/2024>

“ele autoriza a publicação de atos oficiais do governo de sua província, cujas contas o erário departamental paga generosamente” (Barreto, 2021, p. 71).

De acordo com Michel Foucault, a primeira ideia da *biopolítica* se deu com a inserção do Capitalismo, já que o corpo foi o primeiro objeto de que esse sistema econômico se apropriou; e em segundo lugar houve as necessidades geradas pelo Neoliberalismo, o que trouxe uma potencialização da vida para a produção de corpos saudáveis e produtivos. Por fim, eclodiu o Estado Moderno, ou seja, um Estado racionalizado e burocrático no qual cabe o papel do governo de gerir a população e de gestar a vida, o qual assim será capaz de se apropriar do controle da natalidade, da mortalidade, da produção.

Biopoder é um poder regulamentador, no qual o racismo está inserido entre os mecanismos de poder e de controle do Estado.

O racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de confronto, mas uma relação de tipo biológico, que permite a extrapolação biológica do tema do inimigo político e a inscrição da função morte na economia do biopoder, que realiza assim um corte no *continuum* biológico e resgata, com isso, o velho direito soberano de matar. (Foucault, 2008, p. 354-55)

Esse conceito traz a ideia de que a população em geral corresponderia a um corpo biológico; e, para manter esse corpo saudável, seria necessária a eliminação de seus inimigos.

O conceito de raça²⁴ separou as pessoas superiores e as inferiores, e seria importante eliminar alguns corpos em prol de outros. O autor camaronês Achille Mbembe, cientista social e professor de História e Ciências Políticas na Universidade de *Wiwatersrand*, em Joanesburgo, África do Sul, reconhece que a ideia foucaultiana de biopoder é relevante, porém, para Achille Mbembe, o autor francês (Foucault) deu mais ênfase à gestão da vida, todavia o racismo é uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, então se faz necessário ter foco na gestão da morte – a *necropolítica*, também chamada de *política da morte*. É uma política de controle social pela morte, ou seja, são formas com que o poder político pode controlar as pessoas; não por decidir como estas devem viver, a partir de regras, leis e normas, mas sim por decidir quem vive e quem morre e como devem morrer; esse conceito de necropolítica será abordado no capítulo III.

²⁴ O conceito de “raça”, inserida nesta dissertação deriva do ensaio: O Genocídio do Negro do Brasil – Abdias Nascimento para o colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, realizado em Lagos, Nigéria, entre os dias 15 de janeiro e 12 de fevereiro de 1977.

Segundo Achille Mbembe, em sua obra *Necropolítica*, (2020) que atualizou a ideia de biopolítica de Michel Foucault, “biopoder é aquele domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu controle” (Mbembe, 2020, p. 5), então a necropolítica atualiza o sentido de poder narrando que este não incide somente sobre a vida, mas também sobre uma série de medidas que produzem a morte e as condições para tal.

Não se entende necropolítica sem entender o racismo, porque é necessário entender o racismo como elemento para a eliminação desses corpos. O Estado é o ator soberano que estabelece normas gerais para exercitar a soberania em sua máxima expressão, que é exercer o controle sobre a mortalidade. Então “a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (Mbembe, 2020, p. 14). Nessa esteira o poder político do Estado se apropria da morte como objeto de gestão e produz uma estrutura de destruição de alguns corpos tais como os de pretos, pobres, periféricos, mulheres, LGBTQIAPN+, estrangeiros, indígenas.

Analisando os conceitos de biopolítica e necropolítica, é nesse cenário que a obra *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto, buscou na sátira uma maneira mais simples de tratar um tema tão delicado como o racismo brasileiro na Primeira República. “Bruzundanga, país rico. Café, cacau e borracha. Não há pretos” (Barreto, 2021, p. 126). No início do século XX o autor de *Os Bruzundangas* já abordava o assunto da desigualdade do País, onde havia uma República que expulsa, de modo deliberado, negros e pobres para as periferias cada vez mais distantes. Achille Mbembe chama as periferias de *colônias*, que são habitadas por selvagens e são locais onde não há organização estatal nem um mundo humano (Mbembe, 2020, p. 23). Em Bruzundanga se venera a riqueza e se despreza quem não a tem a ponto de considerar que pobre não vale nada. Lima Barreto, um escritor carioca e suburbano, afirma:

[..] o seu pior mal provém de um exagerado culto ao dinheiro. Quem não tem dinheiro nada vale, nada pode fazer, nada pode aspirar com independência. Não há metáfora de classes. A inteligência pobre que se quer fazer tem que se curvar aos ricos e cifrar a sua atividade mental em produções incolores, sem significação, sem sinceridade, para não ofender os seus protetores. A brutalidade do dinheiro asfixia e embrutece as inteligências. (Barreto, 2021, p. 119)

Outro ponto que se destaca na obra de Barreto é o próprio preconceito dos bruzundangueses com a população javanesa, a qual é equivalente ao *mulato*. Em sua narrativa, Barreto critica os estereótipos raciais e culturais existentes na sociedade brasileira, usando a imagem da população javanesa para ilustrar seus pontos. Por meio de sua sátira, Lima Barreto apresenta uma visão crítica e provocativa da sociedade e da política brasileira, levantando

questões vitais sobre igualdade, diversidade e preconceito em uma época em que essas questões eram pouco discutidas.

Quando, porém, se diz lá fora que, na sua população, há milhões de javaneses e mestiços deles (o que é verdade), imediatamente todos se aborrecem, zangam-se, lançando tristemente o labéu de vergonha sobre os seus compatriotas de tal extração. (Barreto, 2021, p. 125)

Com esse tipo de pensamento que dura três séculos e um pouco mais é que a sociedade de Bruzundanga vai criando a segregação entre raças, uma vez que os bem-nascidos subjugam a cor, a origem e a procedência dos seus cidadãos menos abastados. A crítica social presente na obra de Lima Barreto ainda é relevante nos dias de hoje, porque o Brasil ainda lida com as questões relacionadas ao preconceito, à desigualdade e à corrupção. Por essa razão, a narrativa de Lima Barreto continua sendo estudada e considerada uma obra histórica e literária significativa para o avanço da compreensão da cultura brasileira.

1.3 O visconde queria um amanuense chic e lindo

Para entender o racismo estrutural, primeiro se deve analisar o racismo, que se manifesta por meio de ações, crenças e sistemas políticos; ele parte da discriminação de indivíduos devido a sua raça ou etnia, que são consideradas inferiores. De acordo com o filósofo, advogado e professor Silvio Almeida, o racismo é a “manifestação normal de uma sociedade; não um fenômeno patológico que expressa algum tipo de anormalidade”, (Almeida, 2019, p. 21). O racismo perpassa por todas as nossas relações, tais como trabalho, acesso a direitos básicos (educação, saúde, moradia e saneamento básico), as nossas relações familiares, afetivas e práticas culturais, bem como o âmbito da segurança econômica e política, em que promove, de modo direto ou indireto, o preconceito ou a segregação racial.

Infelizmente, o Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão, no ano de 1888, porém, mesmo livres, mais de um milhão e meio de pessoas negras foram colocadas na sociedade brasileira sem nenhum suporte. O jornalista Laurentino Gomes afirma:

Aos poucos, porém, a dura realidade foi se impondo. Passadas as noites de festas e danças, os ex-escravos perceberam que não havia para onde ir. Ninguém lhes daria trabalho. Grupos famintos e esfarrapados continuaram a perambular, a esmolar de casa em casa, de fazenda em fazenda, em busca de comida e amparo. Outros se dirigiam aos centros de cidades e vilarejos, tentando encontrar algum amparo das autoridades – o que não aconteceu em lugar algum. (Gomes, 2022, p. 382-383)

Logo depois que os negros foram libertados e sem indenização ou direitos à terra²⁵, gerou-se o estigma de que eles eram preguiçosos e não gostavam de trabalhar. Então nesse momento a sociedade, os lugares e as oportunidades ainda preservavam um pensamento escravocrata. Não foram elaboradas leis que combatessem o abismo social causado pelas décadas anteriores inserindo os negros na sociedade, porém muitos escravos “livres” ainda permaneceram trabalhando nas fazendas de modo informal, e “os novos contratos eram feitos entre partes desiguais” (Gomes, 2022, p. 383) ao mesmo tempo que os parâmetros para as criações de leis²⁶ seguiam um pensamento europeu que defendia brancos, cristãos e homens. Recém-libertos, os escravos foram morar onde ninguém queria morar; por exemplo, na periferia do Rio de Janeiro e São Paulo, o que chamamos de *morros* e o que daria início às favelas.

Depois de 135 anos da abolição ainda é muito difícil a população negra ascender economicamente no Brasil. É devido a essa herança histórica de centenas de anos de escravidão que nasce o que chamamos de *racismo estrutural*. Por exemplo, a alta carga tributária no País contribui para a manutenção do racismo estrutural, pois com juros mais altos quem terá menos poder de compra no Brasil serão as mulheres negras, uma vez que elas recebem menos que as mulheres brancas e homens brancos, assim a estrutura econômica segue reproduzindo um modelo de sociedade em que a mulher preta terá menos chances de ascensão social. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –IPEA de 2016 apontam que mulheres brancas recebem 70% a mais que mulheres negras²⁷. O racismo estrutural também se manifesta quando torna lugares ou posições sociais intransponíveis para negros seja em cargos de liderança em grandes empresas, seja em situações corriqueiras em restaurantes, seja entre crianças negras nas principais escolas privadas do País.

É muito importante afirmar que o racismo não tem como alvo apenas populações negras, mas também populações indígenas, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência. Vale lembrar que no Brasil o racismo é crime inafiançável e imprescritível, ou seja, ele pode ser julgado, independentemente de quando foi cometido.

Ao falar sobre o racismo, é importante pontuar “O mito da democracia racial”, do autor Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (2006). Segundo o autor a sociedade colonial

²⁵Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de terras: negros não podem ser proprietários).

²⁶Em 1890, dois anos após da promulgação da Lei Áurea, foi estabelecida por legislação (Decreto n.º847, de 11 de outubro de 1990) a definição do crime de “vadiagem”. Ou seja, se uma pessoa andasse na rua e não comprovasse estar trabalhando, poderia ser levada à delegacia. O “crime” rendia até 30 dias de prisão.

²⁷ Estudo *Retrato das desigualdades de gênero e raça IPEA*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf> Acessado em: fev/2024

brasileira começou a produzir uma miscigenação racial e uma espécie de relação harmoniosa entre negros, índios e brancos tendo como base uma igualdade de direitos, porém com o passar dos anos essa teoria foi negada, pois até hoje as pessoas de outras etnias e raças sofrem violência noite e dia por conta de suas características físicas e culturais.

É importante frisar que o racismo passa por uma hierarquia de raças, ou seja, no racismo existe uma relação de poder tendo a raça como a questão principal. Então a população branca tem uma posição mais privilegiada. O professor Silvio Almeida destaca “que raça corresponde a uma construção socio-histórica, bem como é um elemento essencialmente político” (Almeida, 2019, p. 31). É necessário voltarmos e analisarmos a nossa história brasileira e verificarmos que a população negra foi escravizada por anos pela população europeia e retirada à força de seus países de origem. Como salienta o jornalista e escritor Laurentino Gomes em sua obra, *Escravidão Vol. 1* (2019), “O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio. Recebeu, sozinho, quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América” (Gomes, 2019, p.15).²⁸

Laurentino Gomes evidencia que a escravidão foi uma das principais bases da economia brasileira ao longo de mais de três séculos e teve um profundo impacto na formação da sociedade; a escravidão no Brasil não se ateve à economia, mas também teve uma forte influência na cultura, nas relações sociais e nas instituições políticas; destacam-se os movimentos abolicionistas, que lutaram por seus direitos e pela liberdade ao longo do tempo.

Tais quantitativos são ratificados pelo professor universitário e ativista dos direitos civis e humanos Abdias Nascimento em sua obra *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (2016).

Há uma estimativa razoável dando 4 milhões de africanos importados e distribuídos conforme as seguintes proporções: aproximadamente 38% para o porto do Rio de Janeiro, de onde eles foram redistribuídos para os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás; 25% para o Estado da Bahia; 13% para o Estado de Pernambuco; 12% para o Estado de São Paulo; 7% para o Estado do Maranhão; e 5% para o Estado do Pará. (Nascimento, 2016, p. 59)

Estima-se que mais de 5 milhões de africanos foram trazidos à força para o País, tornando o Brasil o maior receptor de escravos do mundo. Os escravos africanos eram capturados em suas regiões de origem por traficantes e eram vendidos como mercadorias para

²⁸ GOMES, Tatiana Emília Dias. Racismo fundiário: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor. Salvador: CPT-Regional Bahia, 2019. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/4669-racismo-fundiario-aelevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor>. Acesso em: fev/2024

escravagistas tanto europeus, quanto brasileiros. Muitos viajantes morreram de doenças, enfermidades e acidentes ao longo de sua jornada. No Brasil, os escravos trabalhavam principalmente em atividades agrícolas, incluindo cana-de-açúcar, café e plantações de agave, bem como na construção e nos serviços domésticos. Eram submetidos a condições desumanas de trabalho, violência física e psicológica, e tinham poucos direitos e liberdades.

Nesse pequeno recorte de tempo se faz necessário apontar a desumanização dos indivíduos racializados, coisa que não ocorreu com o homem branco; e os seus efeitos estão até os dias atuais. Por exemplo, no ano de 2023, 207 pessoas – das quais 198 eram baianas; e nove, gaúchas – foram encontradas na serra de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, trabalhando em regime análogo à escravidão durante a colheita da uva para as vinícolas Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton. Mesmo estando no século XXI, esse tipo de atitude das vinícolas do Rio Grande do Sul nos traz de volta ao período da República Oligárquica, quando grandes proprietários de terra utilizavam de sua influência política e econômica em *Os Bruzundangas*:

Estes, em geral, são completamente inábeis para dirigir qualquer coisa, indignos de função que a obscura mancha das coisas depositou em suas mãos. Pouco instruídos, apesar de formados, nisto ou naquilo, e sem iniciativa de qualquer natureza, despidos de qualquer sentimento de nobreza e generosidade para com os seus inferiores, mais ávidos de riqueza que o mais feroz taverneiro, pimpões e arrogantes, as suas fazendas ou usinas são governadas por eles, quando o são, com a dureza e os processos violentos de uma antiga fazenda brasileira de escravos. (Barreto, 2021, p. 76)

Os trabalhadores (leiam-se *escravos*) labutavam cerca de 15 horas por dia, sem pausa e com folga apenas aos sábados; recebiam comida estragada; e embora tivessem sido retirados do seu estado com a promessa de ganhar um salário de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelo serviço realizado no fim de dois meses, esses mesmos trabalhadores já chegaram devendo o traslado do Estado da Bahia para o do Rio Grande Sul, já que não foram avisados de que eles próprios arcariam com a despesa da viagem. Quanto a essa estratégia de exploração da população pobre e carente em busca de melhorias, Lima Barreto faz a seguinte consideração:

O regímen de propriedade agrícola lá, regímen de latifúndios com toques feudais, faz que o trabalhador agrícola seja um pária, quase sempre errante de fazenda em fazenda, donde é expulso por dá cá aquela palha, sem garantias de espécie alguma – situação mais agravada ainda pela sua ignorância, pela natureza das culturas, pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietários. (Barreto, 2021, p. 75)

O pesquisador e advogado Diego Barbato Cerqueira, em seu artigo *Um estudo introdutório sobre a escravidão contemporânea* para o livro *Escravidão contemporânea*

(2017), aborda sobre uma das características que configuram crime de escravidão contemporânea:

O aliciamento de vítimas, encaminhando-as para laborar em outra cidade ou outro estado, é um dos padrões de conduta observados. Essa prática leva ao isolamento do sujeito passivo que, uma vez deslocado, vê-se incapaz de retornar ao seu local de origem.

Nessa condição de vulnerabilidade, é então subjugado e acaba por prestar serviços em condições sub-humanas. (Cerqueira, 2017, p. 35)

Algo semelhante ocorreu com os trabalhadores escravizados de Bento Gonçalves, uma vez que foram surpreendidos com as condições do trabalho no Sul do Brasil; tentaram ir embora, mas foram ameaçados e espancados. Outro ponto a salientar sobre a degradação que esses trabalhadores sofriam era o fato de que, como já relatado acima, a comida que eles ganhavam era estragada; e, caso quisessem comprar produtos ou itens de higiene básica, só poderiam adquiri-los em um mercadinho específico próximo do alojamento, com preços superfaturados, cujo valor gasto era descontado do salário, assim os trabalhadores fechavam o mês devendo, pois o consumo superava o valor da remuneração.

Quando esse caso repercutiu nas TVs brasileiras o CIC/BG – Centro de Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves, cuja missão é “Representar, integrar e desenvolver a Indústria, o Comércio, os Serviços e demais segmentos econômicos, contribuindo para o seu crescimento e a sustentabilidade”²⁹, se pronunciou com uma nota análoga à escravidão. Segue a nota:

Na condição de entidade fomentadora e defensora do desenvolvimento sustentável, ético e responsável dos negócios e empreendimentos econômicos, o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves vem acompanhando com atenção o andamento das investigações acerca de denúncias de práticas análogas à escravidão no município. É necessário que as autoridades competentes cumpram seu papel fiscalizador e punitivo para com os responsáveis por tais práticas inaceitáveis.

Da mesma forma, é fundamental resguardar a idoneidade do setor vinícola, importantíssima força econômica de toda microrregião. É de entendimento comum que as vinícolas envolvidas no caso desconheciam as práticas da empresa prestadora do serviço sob investigação e jamais seriam coniventes com tal situação. São, todas elas, sabidamente, empresas com fundamental participação na comunidade e reconhecidas pela preocupação com o bem-estar de seus colaboradores/cooperativados por oferecerem muito boas condições de trabalho, inclusive igualmente estendidas a seus funcionários terceirizados. A elas, o CIC-BG reforça seu apoio e coloca-se à disposição

²⁹ Missão do Centro da Indústria, Comércio e Serviços Bento Gonçalves – RS. Disponível em: <https://www.cicbg.com.br/institucional> Acessado: fev/ 2024

para contribuir com a busca por soluções de melhoria na contratação do trabalho temporário e terceirizado.

Situações como esta, infelizmente, estão também relacionadas a um problema que há muito tempo vem sendo enfatizado e trabalhado pelo CIC-BG e Poder Público local: a falta de mão de obra e a necessidade de investir em projetos e iniciativas que permitam minimizar este grande problema. Há uma larga parcela da população com plenas condições produtivas e que, mesmo assim, encontra-se inativa, sobrevivendo por meio de um sistema assistencialista que nada tem de salutar para a sociedade.

É tempo de trabalhar em projetos e iniciativas que permitam suprir de forma adequada a carência de mão de obra, oferecendo às empresas de toda microrregião condições de pleno desenvolvimento dentro de seus já conceituados modelos de trabalho ético, responsável e sustentável. (CIC/BV, 2023)

Traduzindo as palavras do CIC/BG, que é uma empresa que leva consigo princípios fundamentais³⁰ como lealdade, solidariedade, comprometimento, ética: só houve escravidão porque a falta de mão de obra se deriva de programas assistenciais do governo federal, ou seja, as vinícolas foram obrigadas à escravidão devido às pessoas que ganham *Bolsa Família*.

Essa nota é de um nível tão elevado de racismo e de xenofobia para com o trabalhador, para com o pobre. Lima Barreto aborda de modo jocoso essa realidade da falta de mão de obra que os senhores de terras impõem aos empregados bruzundanguenses, pois, depois de muito explorados com baixos salários, conta que “todos os salários têm subido na Bruzundanga, menos os dos trabalhadores agrícolas” (Barreto, 2021, p.76).

Na crônica *Um Ministro*, na obra *Os Bruzundangas*, o autor mais uma vez reafirma essa ideia que o CIC/BG tem em relação que à escravidão, que só houve devido aos programas assistenciais. O autor destaca:

Como os grandes agricultores e seus parentes são políticos, e deputados, e senadores, e ministros, logo que sentem o êxodo dos naturais, começam a berrar há falta de braços. Publicam uns fascículos desonestamente otimistas, onde há as maiores hipérboles laudatórias ao clima e à fertilidade da Bruzundanga e atraem emigrantes incautos. [...]. A manobra dos fazendeiros e outros agricultores é mudar, de quando em quando, a nacionalidade dos emigrantes que vão buscar. Assim, eles conseguem manter o fogo sagrado e ter trabalhadores abnegados. (Barreto, 2021, p. 76-77)

Colocando lado a lado a ficção com a realidade, o país da República dos Estados Unidos da Bruzundanga não é tão diferente do nosso Brasil, pois nessa nação habitam médicos ricos, advogados, afreguesados, tabeliões, políticos, acumuladores de cargos públicos. Todos

³⁰ Princípios fundamentais do Centro da Indústria, Comércio e Serviços Bento Gonçalves – RS. Disponível em: <http://www.cicbg.com.br/institucional> Acessado em: fev/2024

“cidadãos de bem” em busca de tirar proveito de algo ou de alguém a fim de obter algum tipo de lucro; “são todos arrivistas e vivem a melhor parte da vida tiranizados pela paixão de ganhar dinheiro, seja como for” (Barreto, 2021, p. 86).

É claro nem todo brasileiro é um bruzundanguense, porém essas pessoas não são bem vistas pela sociedade, já que tirar proveito já faz parte da cultura dos “maiores” da sociedade brasileira; e mais uma vez o escritor de *Todos os Santos* acerta em afirmar sobre aqueles que estão indo no contrafluxo.

Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriquecem pelo comércio ou pela indústria honestamente, se é possível admitir que se enriqueça honestamente.

Esses, porém, fatigados, embotados, não formam bem a sociedade [...] (Barreto, 2021, p. 86)

Por fim, não podemos esquecer que só no primeiro semestre de 2023 houve outros casos de trabalho análogo à escravidão, como os 212 trabalhadores³¹ que foram resgatados e que estavam tanto em usinas de álcool, quanto em produção de cana-de-açúcar no Estado de Goiás; os 86 trabalhadores³² em uma fazenda de café na cidade Sítio D’Abadia foram resgatados por meio de ação em conjunto de vários órgãos públicos. São tantos relatos de sobreviventes de trabalho análogo à escravidão que isso nos faz pensar que a escravidão é muito mais profunda do que uma perna com correntes.

Dessa forma, devemos entender que o racismo é um crime histórico que contribuiu e contribui para o genocídio da população negra e que está presente em toda a nossa sociedade.

Em *Os Bruzundangas* (2021), Lima Barreto explora de forma satírica o racismo que a sociedade bruzundanguense tinha com o povo de origem javanesa, por meio de uma personagem, o Visconde de Pancome. Essa personagem é descrita como um homem grande e gordo, com características internas voltadas para arrogância, vaidade e preconceito, além de desprezo pela classe do povo javanês. Visconde de Pancome foi criado como uma crítica social a qual retratava com sua hipocrisia a elite opressora da sociedade brasileira do século XIX por meio de seus valores arcaicos.

³¹Matéria: Trabalho análogo à escravidão: 212 trabalhadores são resgatados em Goiás. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/03/5081154-novo-caso-de-trabalho-analogo-a-escravidao-resgata-212-pessoas-em-go.html> Acessado em: fev/2024

³² Matéria: Ação resgata 86 trabalhadores em fazenda de café, em Sítio D’Abadia. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/08/11/acao-resgata-86-trabalhadores-em-situacao-analoga-a-escravidao-em-fazenda-de-cafe-em-sitio-dabadia-go.ghtml> Acessado em: fev/2024

Uma das suas quizílias era com os feios e, sobretudo, com os bruzundanguenses de origem javanesa – coisa que equivale aqui aos nossos mulatos.

Constituíam o seu pesadelo, o seu desgosto; e não julgava os indivíduos dessas duas espécies apresentáveis aos estrangeiros, constituindo eles a vergonha da Bruzundanga, no seu secreto entender. (Barreto, 2021, p. 121)

Ainda na crônica *Pancome, as suas ideias e o amanuense*, o autor aborda sobre o sonho de visconde de Pancome de ter uma Bruzundanga sem javaneses.

[..] secretamente, revoltava-se contra o determinismo de sua história, condicionado pela sua situação geográfica, pelo seu povoamento, pelos seus climas, pelos seus rios, pelos seus acidentes físicos, pela constituição do seu solo etc.; e desejava muito infantilmente fabricar, no palácio do seu ministério, uma Bruzundanga peralvilha e casquilha, gênero *boulevard*, sem os javaneses, que incomodavam tanto os estrangeiros e provocavam os remoques dos caricaturistas da República das Planícies, limítrofe, e tida como rival da Bruzundanga. (Barreto, 2021, p. 121)

Esse tipo de ideia que Lima Barreto insere em sua crônica se denomina a ameaça da “mancha negra” (Nascimento, 2016, p. 83), já que “estabelecer o tipo mulato na primeira escada da branquitificação sistêmica do povo brasileiro [...] é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil.” Esse processo de “branquitificação” é imposto pela sociedade, a qual valoriza a raça branca e diminui as outras raças ou etnias, como a negra ou a indígena, ou seja, é uma forma de deslegitimar o indivíduo por causa da sua cor tornando-o abjeto para a sociedade.

Esse processo de branquitude pode se derivar de diversas formas: por meio da miscigenação forçada (estupro colonial), do apadrinhamento de novos padrões estéticos de beleza (branca); da segregação social e da negação de outras culturas; ou do racismo científico, ou seja, os europeus, por meio de uma visão eurocentrista, defendem que os povos de origem europeia seriam mais inteligentes e mais capazes de prosperar, enquanto os negros e os indígenas seriam considerados inferiores. Abadias Nascimento diz:

Nutrido no ventre do racismo, o “problema” só podia ser, como de fato era, cruamente racial: como salvar a raça branca da ameaça do sangue negro, considerado de forma explícita ou implícita como “inferior”.

Nina Rodrigues, o psiquiatra da Bahia, no fim do século XIX, iniciou o que veio a ser conhecido como “estudos científicos” sobre o africano no Brasil, sendo considerado o pioneiro dos estudos afro-brasileiros. Ele próprio um mulato, Nina Rodrigues beatamente assumiu os postulados de certa ciência europeia. Os trabalhos que deixou tipificam a visão prevalecente naquela época a respeito da África e da raça negra: “Para a ciência, não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural.” O que explicaria, segundo o cientista, “esta verdade – que até hoje não se puderam os negros constituir em povos civilizados”. Consequentemente, ele

prosegue: “A raça negra no Brasil [...] há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”. (Nascimento, 2016, p. 60)

Isso ratifica o estigma de racismo no Brasil que perdura até os dias atuais no sentido de “aglutinar novos padrões” para se encaixar na sociedade. Na crônica *A outra nobreza da Bruzundanga*, o escritor de Todos os Santos narra sobre a “nobreza de palpite”; seriam tipos de indivíduos que não são doutores ou não advêm de uma família rica, mas que, para se encaixarem nos lugares mais rendosos do Estado, encontram outro meio de inclusão. Nessa perspectiva o criador de *Os Bruzundangas* aborda:

Um cidadão da democrática República da Bruzundanga chamava-se, por exemplo, Ricardo Silva da Conceição. Durante a meninice e a adolescência foi conhecido assim em todos os assentamentos oficiais. Um belo dia, meteu-se em especulações felizes e enriquece. Não sendo doutor, julga o seu nome muito vulgar. Cogita mudá-lo de modo a parecer mais nobre. Muda o nome e passa a chamar-se: Ricardo Silva de la Concepción. Publica o anúncio no Jornal do Comércio local e está o homem mais satisfeito da vida. Vai para a Europa e, por lá, encontra por toda a parte príncipes, duques, condes, marqueses da Birmânia, do Afeganistão e do Tibete. “Diabo!”, pensa o homem. Todos são nobres e titulares e eu não sou nada disso.

Começa a pensar muito no problema e acaba lendo em um romance folhetim de A. Carrillo – nos Cavalheiros do Amor, por exemplo – um título espanhol qualquer. Suponhamos que seja: Príncipe de Luna y Ortega. O homem diz lá consigo: “Eu me chamo Concepción, esse nome é espanhol, não há dúvida que eu sou nobre”; e conclui logo que é descendente do tal Príncipe de Luna y Ortega. Manda fazer cartões com a coroa fechada de príncipe, acaba convencido de que é mesmo príncipe, e convencendo os seus amigos da sua prosápia elevada. (Barreto, 2021, p. 41)

Silvio Almeida (2019), aborda que existem três tipos de racismo: o individual, o institucional e o estrutural. O racismo individual é aquele que considera a responsabilidade apenas do indivíduo como se a pessoa racista tivesse algum tipo de transtorno psicológico, comportamental ou similar, ou seja, o racismo como subjetividade, que é tanto “patológico” quanto anormal. Desse modo “não haveria sociedades ou instituições racistas, mas sim indivíduos racistas, que agem individualmente ou em grupo”. (Almeida, 2019, p. 36).

O racismo institucional vai além do individual e coloca que o negro é um mal no funcionamento das instituições, as quais têm atitudes e parâmetros discriminatórios. Com isso, ocorrem privilégios e desvantagens baseados no afastamento social, o que confirma a manutenção da hegemonia do grupo racial branco no poder. Segundo o *site O Globo*, no último trimestre de 2022, por meio de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrou-se que a hora de um trabalhador preto valeu 40,2% menos que a de um branco.

O racismo estrutural define que o racismo não é anormal, ou que é uma prática individual; ao contrário, ele vê o racismo como algo normal, ou seja, está presente em todas as nossas relações e ações de forma consciente e inconsciente. De acordo com o filósofo Silvio Almeida, “é uma decorrência da própria estrutura social, pois [se estabelece] do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional” (Almeida, 2019, p. 50).³³

O professor Silvio Almeida nos remete ao conceito de *discriminação racial*, que “é atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”, (Almeida, 2019, p. 23).³⁴ Esse tipo de discriminação tem como objetivo principal o *poder*. Seria a possibilidade do uso efetivo da força, sem a qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça.

Retornando à crônica de *Pancome, as suas ideias e o amanuense*, Barreto dá um exemplo ímpar de como o racismo institucional por meio da discriminação racial era feito de modo normal, pois, mesmo havendo o concurso público com base na meritocracia, mesmo um negro tendo tanto conhecimento, habilidades e atitudes, não logrou o cargo; e isso acontece até hoje de forma direta ou indireta.

A sua atrapalhão estava na tal história do concurso, pois até ali, devido à tão tola formalidade, não conseguira ter nos cargos de amanuenses moços bonitos e demais para fazer concursos; sempre apareciam uns rebarbativos candidatos de raça javanesa, com os quais ele embirrava solenemente.

Da última vez, até, quase que um atrevido javanês puro consegue o primeiro lugar, tal era o brilho de suas provas; Pancome, porém, arranhou as cousas tão lealmente diplomáticas que o rapaz perdeu a última prova.

Não queria que a cousa se repetisse e estudava o modo de, evitando o concurso, encontrar um candidato bonito, bem bonito, não sendo em nada javanês, que pudesse oferecer aos olhares do ministro da Coreia ou do Afeganistão um belo exemplar da beleza masculina da Bruzundanga. (Barreto, 2021, p. 127-28)

O racismo institucional é um tipo de racismo que sai da esfera pessoal e perpassa para um plano maior; ele acontece nas esferas das instituições públicas ou privadas. Essas instituições tratam de forma diferenciada ou até segregam alguns grupos a partir das suas características físicas como cor da pele, etnia e elaboram práticas discriminatórias ou segregadoras, as quais dificultam a participação e o acesso de alguns grupos a esses espaços.

³³ ALMEIDA, S. L. Republicanismo e questão racial. In: SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. (org.). Dicionário da república: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

³⁴ *Ibidem* item 33

Vemos isso na população negra, uma vez que essa população tem a menor escolaridade, o menor acesso à saúde, o menor salário, a menor participação em cargos de poder, a maior taxa de desemprego, o maior índice de encarceramento e a menor participação em cargos políticos. Com isso, Lima Barreto encerra a crônica com o visconde não contratando o javanês, mas sim uma pessoa chamada *Sune Wolf*, um rapaz “bonito, bonitinho mesmo, desbotado de cútis, e parecia até fabricado em *Saxeou em Sèvres*” (Barreto, 2021, p. 129), porém que não sabia redigir cartas ou exercer qualquer simples atividade de uma amanuense, mas era bonito, elegante e bom dançarino.

1.4 Entrelaçando o capítulo

A obra *Os Bruzundangas* (2021) nos mostra as mazelas e as aspirações do povo negro por meio de um narrador-viajante, de forma sarcástica e irônica, a fim de nos alertar sobre os males do Brasil: “A *Bruzundanga* fornece [alertas] de sobra para livrar-nos, a nós do Brasil, de piores males, pois possui maiores e mais completos. Sua missão é, portanto, como a dos ‘maiores’ da *arte*, livrar-nos dos outros, naturalmente menores” (Barreto, 2021, p. 9). O autor Lima Barreto não perdia a oportunidade de denunciar os males sociais como as injustiças e os preconceitos dos quais também era vítima; e dedicou suas obras à desmoralização da falsidade dos poderosos, já que gostava de ridicularizar os culpados por meio de sua escrita simples e de combate, que chegava a todos que lessem suas obras, em vez de uma linguagem refinada.

No subcapítulo 1.2 denominado *Os bruzundanguense de origem javanesa*, foi inserido, de modo geral o conceito de *biopolítica* concebido pelo filósofo Michel Foucault sobre as tecnologias de dominação, segundo o qual o Estado tem o direito soberano à vida e à morte dos corpos, ou seja, de quem iria matar, mas também a quem deixaria viver. Um exemplo contemporâneo foi o genocídio dos índios *Yanomami* gerado no governo federal do período de 2019 a 2022; há também o conceito de *necropolítica* ou a política da morte, erigido pelo cientista Achille Mbembe, quando afirma que a ideia foucaultiana de biopoder é relevante, mas Foucault dava ênfase à vida, enquanto na verdade seria a política de controle social pela morte. Lima Barreto consegue juntar de uma só vez a *biopolítica* e a *necropolítica* de modo satírico quando expõe o Brasil como um país racista ao fazer alusão à Bruzundanga, que é um país rico, em que se planta café, cacau e borracha, mas no qual não há pretos embora essa população seja a mola propulsora para fazer de Bruzundanga um país rico.

Em *O visconde queria um amanuense chic e lindo*, esse subcapítulo abordou o tema racismo e racismo estrutural pelo viés do ministro da Cidadania Silvio Almeida em seu livro

Racismo Estrutural (2019), que explica o conceito de racismo como “uma forma sistêmica de discriminação que tem a raça como fundamento”. Foi abordada a escravidão e a escravidão contemporânea, como no caso das vinícolas do Rio Grande do Sul que mantinham os seus empregados em caso análogo à escravidão. Foi dado ênfase ao racismo institucional, conforme o qual instituições públicas ou privadas criam mecanismos para que a população negra não tenha acesso a espaços como a educação, ao poder de compra, a bons empregos, por meio da sátira da crônica *Pancome, as suas ideias e o amanuense*, que aborda a história de um javanês que, mesmo tendo melhores conhecimentos, habilidades e atitudes, não logrou o cargo público, porque o ministro Pancome tinha uma prática segregadora e discriminatória de não contratar pessoas de origem javanesa para o seu ministério.

Lima Barreto³⁵ desejava o bem comum, a união de todas as raças, sem nenhuma distinção por cor, credo ou classe social. Nutria uma profunda esperança nas pessoas; uma esperança aflita cheia de pressa pela qual desejava ser reconhecido; e um reconhecimento seria um farol com que suas palavras poderiam modificar algo ou alguém, pois, se as pessoas o aceitassem, seria porque também acreditavam nos ideais do autor e se identificavam com os males que prejudicavam o crescimento de uma nação.

O capítulo II, intitulado *Isto não é prático; quero coisas práticas*, abordará, de modo específico, a temática da *biopolítica* expandida por meio de conceitos de outros autores e as características dessa prática na obra *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto, em paralelo com o período de 2019-2022.

³⁵Lima nos incita a transgredir a fronteira do passado, atuando como um guia inesperado, um timoneiro que não abre mão de incluir em sua obra suas batalhas, idiosincrasias, brincadeiras, afetos e broncas. Um narrador que nunca se apaga diante do que acredita ser seu e de direito. Ele que brigou, insurgiu-se, apoiou-se, vetou, enfim fez todo o barulho que podia para que a República se tornasse uma *res publica*: o governo de todos para todos, e por todos. Outro Brasil, que é o mesmo também. Aquele dos mais despossuídos; de alma grande como “seu” Manuel Cabinda, e que carregam uma dor maior que o mundo, mas que jamais se deixam, simplesmente, apanhar ou vencer. Ao contrário, lutam sem cessar”. (SCHWARCZ), Lima Barreto: triste visionário, 2017, p. 19.

CAPÍTULO II

ISTO NÃO É PRÁTICO; QUERO COISAS PRÁTICAS

Michel Foucault anuncia o conceito de *biopolítica* em dois momentos. O primeiro, no livro *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (2012), no capítulo intitulado *Direito de morte e poder sobre a vida*; o segundo, durante o curso *Em defesa da sociedade*, proferido no *Collège de France* (2005). O destaque dessa aula se manifesta na exposição cronológica que Foucault faz ao pensar na política da guerra. A temática impele o autor à análise da guerra de raças, isto é, o racismo, um dos assuntos que está atado à obra de Lima Barreto. Nesse sentido, de acordo com o Rômulo Filizzola Nogueira (2010):

Ao conferir importância à experiência individual dos habitantes do Rio de Janeiro da Primeira República, Lima Barreto desenvolveu um discurso de resistência ao modelo oficial baseado nas ideias de ordem, progresso, civilização e higiene. A escrita de Lima Barreto rompia com os padrões de acadêmicos, sendo visível a sua preocupação em dar voz aos indivíduos que também eram segregados pela cor, tal como o que ocorreu com ele próprio. O escritor elabora em seus romances, contos, crônicas e diários, uma argumentação que coloca em tensão a cidade dos indivíduos excluídos, neste caso os castelenses, e a identidade nacional que se pretendia forjar com as reformas urbanísticas do início do século XX. (Nogueira, 2010, p. 106)

Em *Os Bruzundangas*, Lima Barreto, enquanto escritor negro, tem propriedade para abordar o delicado tema de “fazer viver e deixar morrer” tanto pelo viés militante, quanto pelo satírico presente na obra. Dado que o biopoder se materializa no ato de “fazer viver ou deixar morrer”, Foucault se apresenta como protetor da vida ao mesmo tempo em que produz corpos matáveis, descartáveis. É por esse caminho que raça, etnia, minoria, orientação sexual e pensamento político tornam-se critérios fundamentais para a produção de corpos matáveis, como se fosse legítimo que alguns corpos morressem em detrimento de outros.

Barreto tem sua forma particular de abordar a Biopolítica, o que já se enuncia no *prefácio* de *Os Bruzundangas*, no qual a política de morte pode ser claramente observada: “Vivos, os bons são tangidos daqui para ali, corridos, vexados, se têm grandes ideais; mortos, os seus ossos esperam que os grandes rios da Bruzundanga os levem para fecundar a terra dos outros, lá embaixo muito longe...” (Barreto, 2021, p. 2).

Embora Foucault tenha sido pioneiro no que tange à discussão fundamental sobre o conceito de biopolítica, o debate é um lastro. Após Foucault, uma série de autores trabalharam com esse tema, como Giorgio Agamben e Roberto Esposito. Desse modo, a seção 2.1, aborda *A biopolítica em Os Bruzundangas*, abordará as características da biopolítica verificadas na

mencionada obra. Em seguida, a seção 2.2, *Interseções entre Foucault, Esposito e Agamben*, discorrerá sobre as visões e contribuições dos referidos autores para a compreensão da biopolítica tal qual a conhecemos atualmente. Finalmente, a discussão se afunila na seção 2.3, *Entrelaçando o capítulo*, na qual a biopolítica presente na obra de Barreto é discutida pelas lentes de Foucault, Esposito e Agamben.

2.1 A biopolítica em *Os Bruzundangas*

Francisco Reis destaca a biopolítica como técnicas diversas que controlam a população, corpos ou indivíduos, conforme postulação a seguir:

O biopoder envolve um certo número de técnicas que permitem o controle da população e dos corpos ou seres individuais. Dessa forma, o biopoder se divide em dois ramos: a anatomopolítica e a biopolítica. Por um lado, o biopoder será exercido por meio da anatomopolítica, que se refere ao controle do corpo e se encontra no nível individual. Este ramo irá proibir certos comportamentos considerados anômalos ou inadequados para a sociedade, como as perversões, a homossexualidade, os comportamentos anti-higiênicos, entre outros. Por outro lado, o biopoder será exercido em nível populacional por meio da biopolítica, seu segundo ramo. A biopolítica ficará encarregada de regular o nível de saúde da população, as estratégias de vacinação, o controle de doenças, a natalidade, entre outros. Esses dados populacionais, referentes às suas características de vida, são periodicamente documentados para que constituam estatísticas sobre a evolução das características biológicas da sociedade. (Reis, 2022, p. 394)

O conceito de biopoder, que se desdobra em anatomopolítica³⁶ e biopolítica, reflete-se de maneira profunda na obra *Os Bruzundangas*. Essa obra, caracterizada por sua crítica mordaz à sociedade e às instituições, proporciona um terreno fértil para analisar como o controle dos corpos e das populações se manifesta na ficção e atrelado aos conceitos de Michel Foucault.

Michel Foucault introduziu o conceito de biopoder para descrever as técnicas por meio das quais os estados modernos regulam a vida das populações e dos corpos individuais. Esta regulação se desdobra em dois ramos: a anatomopolítica, que controla o corpo individual, e a biopolítica, que gerencia a população como um todo.

Em *Os Bruzundangas* estão presentes várias ilustrações desses conceitos. O controle econômico é um exemplo. Barreto descreve como os ministros da Bruzundanga manipulam o mercado para controlar a população, vendendo açúcar a preços mais baixos no exterior

³⁶ O conceito de “anatomopolítica”, inserida nesta dissertação deriva do livro: História da Sexualidade, V. 1 A vontade de Saber – Michel Foucault. 22ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012

enquanto encarecem o produto internamente. Aqui, demonstra-se o uso de políticas econômicas como uma ferramenta para regular a vida social dos cidadãos “Enquanto a Bruzundanga os tem que se ocupam unicamente, no seu ofício de ministro, de encarecerem o açúcar no mercado interno, conseguindo isto com o vendê-lo abaixo do preço da usina aos estrangeiros” (Barreto, 2021, p. 9).

Outro aspecto relevante é o controle sobre a saúde pública e as práticas médicas. Barreto critica a manipulação dos serviços médicos por figuras políticas para manter seu poder, caracterizando a anatomopolítica de Foucault, com enfoque no controle individual dos corpos pela regulação da saúde e dos comportamentos higiênicos:

Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos do Hospital dos Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e inspetores dos telégrafos; há, na Bruzundanga, engenheiros que são a um só tempo professores de grego no Ginásio Secundário do Estado, professores de oboé, no Conservatório de Música, e peritos louvados e vitalícios dos escombros de incêndios (Barreto, 2021, p. 37).

Outra ferramenta de controle presente na obra é a propaganda, utilizada para moldar a percepção da realidade e sustentar o *status quo*. Os governantes de Bruzundanga publicam livros inflando as riquezas do país e os distribuem gratuitamente, o que manipula a opinião pública. O Estado regula o pensamento e a cultura para controlar a população: “As obras que a república manda editar para a propaganda de suas riquezas e excelências, logo que são impressas completamente, distribuem-se a mancheias por quem as queira” (Barreto, 2021, p. 35).

A educação, por outro lado, é apresentada como um meio de manter a hierarquia social. Barreto descreve uma sociedade onde os doutores e outros profissionais educados possuem privilégios especiais, ilustrando a biopolítica por meio do controle do acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, ao poder:

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de Direito e as de Engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro qualquer país, isto pode se dar; na Bruzundanga, não. (Barreto, 2021, p. 35)

Lima Barreto, em *Os Bruzundangas*, oferece uma crítica contundente das práticas da biopolítica em sua época, valendo-se da sátira de um país fictício. O autor demonstra como os governantes utilizam o controle econômico, a saúde pública, a propaganda e a educação para exercer poder sobre a população, alinhando-se assim com as teorias de biopolítica de Michel Foucault.

A necessidade de interpretar as contradições e violências que permeiam a atualidade trazem ainda o conceito de necropolítica. A necropolítica diverge da biopolítica e estabelece que o biopoder global, na periferia, não ocorre como no centro capitalista. O que traz a lume outro tipo de poder, o de matar com uso de tecnologias e dispositivos legais e ilegais, cujos efeitos se revelam muito mais radicais (Reis, 2022, p. 394). A necropolítica, diferentemente da biopolítica, não apenas regula a vida, mas decide sobre a morte (Reis, 2022, p. 394).

Barreto expõe diversas formas de violência institucional que ressoam com o conceito de necropolítica. A violência e o abuso de poder são elementos centrais na narrativa, onde as autoridades utilizam de tecnologias e dispositivos legais e ilegais para exercer controle e, em última instância, determinar quem deve viver e quem deve morrer. Um exemplo disso é a forma como os ministros manipulam recursos e políticas econômicas para seu próprio benefício:

Com esse apoio forte, apoio que resiste às revoluções, às mudanças de regime, eles tratam, no poder, não de atender as necessidades da população, não de lhes resolver os problemas vitais, mas de enriquecerem e firmarem a situação dos seus descendentes e colaterais.

Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; não há lá político influente que não se julgue com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República.

No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida. (Barreto, 2021, p. 47)

Barreto também aborda como as decisões políticas influenciam diretamente na sobrevivência da população, exemplificando a necropolítica por meio da manipulação dos sistemas de saúde e economia. A exploração e o abandono da população mais vulnerável são formas de exercer este poder de morte: “Basta dizer, para se avaliar a triste situação interna da extravagante nação de que lhes dou notícias, que, nos arredores da capital, se morria à míngua, à fome, as terras estavam abandonadas” (Barreto, 2021, p. 126).

Lima Barreto se apropria da sátira e do sarcasmo para descrever situações que, com efeito, eram condizentes com a sociedade brasileira da época. Homens entravam na política por títulos e a sociedade, por outro lado, estava fadada ao esquecimento e marginalização, enquanto os mais nobres tripudiavam sobre os mais fracos, assim como ainda ocorre atualmente (Barbosa *et al.*, 2014, p. 5).

Os Bruzundangas ainda consegue ser contemporâneo em sua representação de um Brasil constituído por pessoas cujo valor maior é a riqueza comercial, o reconhecimento e o poderio. Não importa como, desde que seja possível alcançar essa posição e mantê-la face a um acúmulo de capital que desconhece os limites impostos pela honestidade (Barbosa *et al.*, 2014, p. 8). Esse contexto é ainda mais enfatizado na descrição dos bruzundanguenses feita pelo autor:

É deveras difícil dizer qualquer coisa sobre a sociedade da Bruzundanga. É difícil porque lá não há verdadeiramente sociedade estável. [...] São todos arrivistas e viveram a melhor parte da vida tiranizados pela paixão de ganhar dinheiro, seja como for. Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriqueceram pelo comércio ou pela indústria, honestamente. [...] Os que formam diretamente a grande sociedade são os médicos ricos, os advogados afreguesados, os tabeliães, os políticos, os altos funcionários e os acumuladores de empregos públicos. (Barreto, 2021, p. 86)

Em vista do contexto econômico e político, Brasil e Bruzundanga convergem na história e na literatura. No aspecto econômico, identifica-se negligências praticadas por ambas as “nações” na vida pública, ainda que, eventualmente, essas negligências estivessem à disposição do interesse de grupos restritos. Dessa maneira, segundo Freitas:

Na Bruzundanga, o ensino é cotejado de maneira a valorizar a aquisição do diploma. Em outras palavras, o "saber" está condicionado à obtenção de um título acadêmico sem que, para isso, o seu detentor tenha adquirido, de fato, algum conhecimento. Importa mais, neste sentido, as conseqüências sociais que a aquisição de um diploma proporciona àqueles que o possuem. *Status*, poder, distinção social: fatores que apontam para uma perspectiva cultural que, passando pelo cenário da educação, vislumbram um panorama pouco animador no tocante ao atendimento da população como um todo. (Freitas, 2008, p. 40)

Percebe-se que há uma acentuação da divisão social, ainda sutil, mas contínua, expondo as entranhas de uma sociedade empenhada em privilegiar o pequeno grupo dos “doutores”. O autor, todavia, propõe saídas, sugere alternativas para que a “classe doutoral” seja superada no seio da Bruzundanga. Nesse sentido, Freitas avalia:

[...] uma sociedade que privilegia o "diploma" como uma espécie de abstração nobiliárquica traz consigo uma visão de mundo que se estreita dentro de seus limites territoriais. Em outras palavras, não se pode esperar, numa tal conjuntura, que exista algum sentimento de identidade nacional que faça com que a Bruzundanga seja reconhecida internacionalmente: "O ideal de todo e qualquer natural da Bruzundanga é viver fora do país (Barreto, 2021). Nesta perspectiva, a diplomacia da Bruzundanga só poderia tender mesmo ao fiasco. Na esteira da ostentação de seus "diplomas", os "doutores" que se aventuram à errância da diplomacia acabam se constituindo em meros pseudo-diplomatas, na medida em que se travestem de um saber que não possuem em nome de um país com o qual não se identificam: "A Bruzundanga é um país

de terceira ordem e a sua diplomacia é meramente decorativa. (Freitas, 2008, p. 41).

O trecho mencionado destaca como o biopoder opera em duas frentes principais: no nível individual, onde regula e normatiza comportamentos considerados anômalos ou inadequados, e no nível populacional, onde se manifesta através da biopolítica, responsável por regular aspectos como a saúde pública, vacinação, controle de doenças e natalidade (Reis, 2022, p. 394). Esta abordagem pode ser vista na obra de Barreto, na qual o autor descreve uma sociedade que, sob a aparência de progresso e civilização, exerce um controle rígido sobre os cidadãos, buscando moldar comportamentos e práticas conforme os interesses das classes dominantes.

2.2 Interseções entre Foucault, Esposito e Agamben

Michel Foucault aborda a relação entre poder e sexualidade por meio da lente da biopolítica, o filósofo argumenta que, ao contrário da crença popular de que a sexualidade é reprimida pela sociedade, há uma proliferação de discursos sobre o sexo, todos regulados e normatizados para servir aos interesses do poder:

[...] a repressão do sexo seria, mesmo, uma evidência histórica? O que se revela numa primeiríssima abordagem — e que autoriza, por conseguinte, a colocar uma hipótese inicial — seria realmente a acentuação ou talvez a instauração, desde o século XVII, de um regime de repressão ao sexo? (Foucault, 2012, p. 15)

Esta passagem indica a dúvida de Foucault sobre a narrativa histórica de repressão sexual, propondo que, em vez disso, o discurso sobre o sexo se multiplicou e se tornou um meio de exercer poder sobre os indivíduos. Segundo Foucault, a repressão do sexo é uma ideia que precisa ser questionada, pois a proliferação de discursos sobre sexualidade, especialmente a partir do século XVII, sugere uma estratégia de poder que vai além da simples proibição: “Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna” (Foucault, 2012, p. 16). Foucault propõe assim que a proliferação de discursos sobre o sexo, incluindo confissões, investigações científicas e práticas médicas, são formas de controle social e normatização.

O filósofo observa que, ao contrário de ser reprimido, o sexo tornou-se objeto de um discurso incessante que o analisa, classifica e regula. Esta “incitação aos discursos” é vista não apenas na confissão religiosa, mas também em práticas médicas, jurídicas e pedagógicas, onde o corpo e a sexualidade são minuciosamente observados e controlados. A ideia de que o sexo é um segredo a ser revelado tornou-se central, e a sociedade moderna investiu pesadamente na produção de conhecimento sobre o sexo, o que Foucault chama de *Scientia sexualis* (Foucault, 2012, p. 51).

No entanto, Foucault vai além ao afirmar que o sexo e a sexualidade não são apenas regulados pelo discurso, mas também pela normatização do corpo. Ele argumenta que o poder biopolítico é exercido não apenas por proibições, mas também por uma complexa rede de práticas discursivas e institucionais que produzem e regulam a sexualidade. O poder sobre o sexo não opera simplesmente por meio de negação ou interdição; ele trabalha por meio da produção de saberes, da incitação ao discurso e da multiplicação de dispositivos de controle (Foucault, 2012, p. 56).

Foucault também aborda a questão da confissão como uma prática central na governança da sexualidade, institucionalizada pela Igreja e expandida para outras esferas sociais, como a medicina e a psicologia:

Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; em fim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação. (Foucault, 2012, p. 61)

Para ele, a proliferação de discursos sobre a sexualidade não é apenas uma forma de repressão, mas também uma estratégia para aumentar o controle sobre os corpos e as vidas das pessoas. Ele escreve “O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e falsidade, que a verdade do sexo tenha-se tornado coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida; em suma, que o sexo tenha sido constituído em objeto de verdade” (Foucault, 2012, p. 68). A multiplicação de discursos sobre o sexo serve para produzir e normatizar a sexualidade, criando categorias de

normalidade e anormalidade que são usadas para exercer poder sobre os indivíduos, o discurso sobre a sexualidade é um meio de disciplinar e regular a sociedade (Foucault, 2012, p. 68).

Ele também examina a relação entre poder e saber articuladas no discurso que “veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras” (Foucault, 2012, p. 96). Esta análise destaca a importância do discurso científico na biopolítica. Foucault ainda expande sua análise e estabelece que o poder se dá dentro de um contexto específico e particular:

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (Foucault, 2012, p. 104)

Roberto Esposito amplia o conceito de biopolítica ao examinar como a vida biológica (bios) é incorporada na política moderna. Esposito se baseia em Foucault para explorar como a biopolítica se manifesta na gestão das populações, mas também vai além ao discutir a imunização, um conceito que implica proteção por meio da exclusão ou destruição de elementos considerados perigosos.

Esposito critica a abordagem foucaultiana ao sugerir que a biopolítica não é apenas sobre a regulação da vida, mas também sobre a produção de um “corpo político imune”. Ele afirma:

Quando Michel Foucault forjou o termo biopolítica, poderia-se dizer que a análise desenvolvida em sua elaboração, apesar de sua riqueza, deixou insuficientemente determinados dois aspectos que estudos posteriores não poderiam deixar de se esforçar por retomar e esclarecer. O primeiro aspecto a que nos referimos consiste na[...] natureza da passagem entre o exercício do poder como poder soberano [...] e um poder biopolítico. O segundo aspecto reporta-se à ambiguidade com que este trânsito é avaliado. (Esposito, 2010, p. 12)

Esposito desenvolve a ideia de que a imunização “é uma protecção negativa da vida. Ela salva, assegura, conserva o organismo, individual ou coletivo, a que é inerente – mas não de uma maneira direta, imediata, frontal; submetendo-o, pelo contrário, a uma condição que ao

mesmo tempo lhe nega, ou reduz, a força expansiva” (Esposito, 2010, p. 24). Este conceito amplia a compreensão de Foucault sobre biopolítica ao incluir a dinâmica de exclusão e proteção como central para a gestão da vida.

Para Esposito, a imunização é um mecanismo biopolítico essencial que visa proteger a vida ao mesmo tempo em que exclui e destrói aquilo que é considerado uma ameaça. Para ele, a biopolítica moderna não pode ser compreendida sem reconhecer a centralidade da imunização, que atua não apenas para proteger, mas também para excluir e eliminar (Esposito, 2010, p. 35). Assim, a biopolítica não é apenas sobre a regulação da vida, mas também sobre a gestão da morte e a exclusão.

Um aspecto interessante da análise de Esposito é sua discussão sobre a relação entre imunização e comunidade. Ele sugere que a biopolítica de imunização pode paradoxalmente enfraquecer a própria comunidade que pretende proteger, ao criar divisões e exclusões dentro do corpo político. “O maior perigo que ameaça a comunidade, em suma, é a sua subtração preventiva ao perigo. Uma vez imunizada, ela não corre perigo de ser ferida, mas justamente por isso recolhe-se no seu interior, bloqueando qualquer possibilidade de relação com o exterior e, portanto, de crescimento” (Esposito, 2010, p. 151). Este paradoxo reflete a complexidade das práticas biopolíticas e suas implicações para a coesão social.

Esposito também explora como a biopolítica se manifesta na gestão da saúde pública, para excluir ou isolar indivíduos, usando como pano de fundo os desdobramentos do nazismo “[...] os médicos operavam, no sentido especificamente cirúrgico da expressão, a incisão mortífera. Por paradoxal que possa parecer, foi, em suma, para a sua missão terapêutica que eles se fizeram carrascos daqueles que consideravam ou não essenciais ou nocivos à melhoria da saúde pública” (Esposito, 2010, p. 166). Esta análise amplia a compreensão da biopolítica ao incluir a saúde pública como uma área central de intervenção.

Aqui Esposito traz a lume a relação entre biopolítica e bioética, mostrando que a bioética moderna frequentemente incorpora uma lógica de imunização. Isto é, as práticas bioéticas, ao regularem a vida e a morte, também exercem uma forma de controle biopolítico. A bioética moderna, ao estabelecer normas e regulamentos para a vida e a morte, frequentemente refletem a lógica da imunização, onde certas vidas são protegidas enquanto outras são excluídas, enfatizando como as práticas éticas podem ser usadas para exercer controle sobre a vida.

Giorgio Agamben, em *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua* (1998), aprofunda a discussão sobre biopolítica ao introduzir o conceito de “vida nua”, que se refere à vida humana exposta ao poder soberano sem a proteção da lei (Agamben, 1998, p. 71). Nas palavras dos autores André Duarte, em *Vidas em risco: crítica do presente Heidegger, Arendt e Foucault* (2010) e Giorgio Agamben:

Então, o que é o homo sacer? É uma figura do direito arcaico romano, possui previsão expressa na Lei das XII Tábuas de 450 a.C (*Lex Decemviralis*), em específico na Tábua VIII, referente aos delitos, ao dispor que, se um patrono causa dano a seu cliente, que seja declarado sacer (saceresto), podendo ser morto como vítima devotada aos deuses. O homo sacer é aquele que cometeu um crime e tornou-se “matável”, mas, ao mesmo tempo, tornou-se insacrificável segundo os ritos comuns da punição. Portanto, o homo sacer (homem sacro) seria aquele que tendo cometido um crime não poderia ser sacrificado segundo os ritos da punição e, no caso de ser morto, o seu executante não seria punido; este ser é paradoxal porque cometeu um crime além de qualquer punição, é indesejado pelos deuses e pelos homens, está fora da “jurisdição” de ambos, é “insacrificável”, mas “matável” (Agamben, 1998, p. 2)

Assim, Agamben compreende o caráter biopolítico da política ocidental a partir da análise dos vínculos necessários entre os conceitos de vida nua, poder soberano, estado de exceção e campo de concentração, os quais encontrariam na modernidade sua máxima saturação. (Duarte, 2010, p. 273-303)

Agamben considera que a instituição do soberano não pode ser compreendida sem a simultânea criação de “vidas nuas”, expostas à captura e à morte fora de qualquer marco legal, mas autorizadas legalmente pelo estado de exceção, que suspende os direitos e suas garantias. Ele critica Foucault por não abordar suficientemente a questão da soberania uma vez que considera que a biopolítica moderna é inseparável da soberania, onde a vida é continuamente exposta à decisão soberana. Agamben escreve:

O paradoxo da soberania se enuncia: “O soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico”. Se o soberano é, de fato, aquele no qual o ordenamento jurídico reconhece o poder de proclamar o estado de exceção e de suspender, deste modo, a validade do ordenamento jurídico, então “ele permanece fora do ordenamento jurídico e, todavia, pertence a este, porque cabe a ele decidir se a constituição, *in toto* possa ser suspensa.” (Schmitt, 1922, p. 34).

A especificação “ao mesmo tempo” não é trivial: o soberano, tendo o poder legal de suspender a validade da lei, coloca-se legalmente fora da lei. Isto significa que o paradoxo pode ser formulado também deste modo: “a lei está fora dela mesma”, ou então: “eu, o soberano, que estou fora da lei, declaro que não há um fora da lei.” (Agamben, 2004, p. 23)

Com isso o autor chama atenção para o fato de o estado de exceção, que inicialmente fora uma medida temporária para lidar com crises, tornou-se uma técnica permanente de governo na biopolítica moderna, maculando a distinção entre a lei e a violência.

Agamben também enfatiza a relação entre o campo de concentração e a biopolítica moderna. Ele argumenta que o campo é um espaço onde o estado de exceção se torna a regra, e onde a “vida nua” é exposta ao poder absoluto do soberano. Dessa forma, “[...] o campo é também o mais absoluto espaço biopolítico que jamais tenha sido realizado, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação. Por isso o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-se biopolítica e o *homo sacer* se confunde virtualmente com o cidadão” (Agamben, 1998, p. 178). Essa análise do campo como um espaço biopolítico extremo fornece uma visão crítica das práticas de governança moderna.

Foucault, Esposito e Agamben compartilham a preocupação com a regulação do corpo e da vida. Foucault discute como o poder se exerce sobre os corpos através de discursos sobre sexualidade, enquanto Esposito e Agamben ampliam essa discussão para incluir a ideia de imunização e a vida nua. Esposito destaca a imunização como uma forma de biopolítica que protege a sociedade ao excluir ou eliminar o que é percebido como uma ameaça, enquanto Agamben enfoca o poder soberano de decidir sobre a vida e a morte.

Esposito, por sua vez, entende que a imunização não é apenas uma proteção contra algo externo, mas também uma regulação interna que define quem pertence ao corpo político e quem deve ser excluído. Ele vê a biopolítica como um processo de inclusão e exclusão, onde o corpo político é constantemente protegido contra ameaças internas e externas.

Um ponto comum nas obras de Foucault e Esposito é a proliferação de discursos como uma forma de exercer poder. Foucault argumenta que os discursos sobre sexualidade são formas de controle, e Esposito expande essa ideia ao considerar como esses discursos se relacionam com a imunização e a criação de um corpo político. Ambos concordam que o discurso é uma ferramenta central na biopolítica.

A relação entre biopolítica, morte e imunização é um tema central nas obras de Foucault, Esposito e Agamben. Para Foucault, a biopolítica não apenas regula a vida, mas também a morte, onde o poder de fazer viver e deixar morrer se torna uma questão de gestão das populações. Esta ideia de que o poder biopolítico inclui a capacidade de gerir a morte é

fundamental para entender a complexidade das práticas biopolíticas modernas. Esposito, ao discutir a imunização, sugere que a biopolítica de exclusão pode levar à destruição de vidas que são consideradas uma ameaça. Esta relação entre imunização e morte revela como a biopolítica pode ser uma prática de gestão da vida e da morte, onde a exclusão é uma forma de proteção.

Agamben também discute a relação entre biopolítica e genocídio, argumentando que os genocídios modernos podem ser vistos como uma extensão das práticas biopolíticas. Para ele, os genocídios modernos representam a culminação da biopolítica, onde a exclusão e a destruição de vidas são realizadas em nome da proteção e da purificação do corpo político. Esta análise destaca como a biopolítica pode levar à violência extrema e à destruição em massa. Enfatiza também a importância de compreender a biopolítica no contexto da globalização e em como ela intensificou as práticas biopolíticas, ampliando o alcance e o impacto do poder soberano.

A obra de Foucault, quando analisada à luz das contribuições de Roberto Esposito e Giorgio Agamben, revela uma complexa teia de poder, controle e regulação da vida humana. Esposito enriquece a discussão sobre biopolítica ao introduzir a imunização, enquanto Agamben fornece uma crítica fundamental ao destacar a relação entre biopolítica e soberania. Juntas, essas obras oferecem uma visão multifacetada da biopolítica moderna e suas implicações na gestão da vida e do corpo.

2.3 Entrelaçando o capítulo

Os Bruzundangas, é uma sátira mordaz da sociedade e política brasileira do início do século XX. Por meio de uma crítica ácida e bem-humorada, Barreto expõe as fraquezas e corrupções da sociedade fictícia de Bruzundanga, uma representação alegórica do Brasil. Esta obra oferece uma rica oportunidade para explorar como as dinâmicas de poder e controle social são manifestadas e mantidas levando em conta o que se discutiu no capítulo até então.

A sociedade fictícia criada pelo autor reflete, de maneira crítica e satírica, as condições políticas e sociais do Brasil. A narrativa é permeada por descrições detalhadas de um país onde a corrupção, a incompetência e a desigualdade social são normalizadas. Barreto usa personagens arquetípicos para simbolizar os diferentes aspectos dessa sociedade disfuncional, desde políticos corruptos até cidadãos comuns que sofrem as consequências de um governo ineficiente e moralmente falido.

A corrupção é um tema central em *Os Bruzundangas*, uma sociedade na qual a corrupção não é apenas comum, mas institucionalizada e aceita como parte do funcionamento normal do governo. Isso pode ser observado na descrição dos ministros da Bruzundanga, que utilizam suas posições para enriquecer pessoalmente às custas do bem-estar público: “E semelhante ministro daqueles ‘maiores’ de que na *Arte* nos fala, destinados a ensinar-mos como nos livrar dos nossos modestos caixeiros de mercearias ministeriais” (Barreto, 2021, p. 10).

Nota-se nesse trecho que a corrupção permeia todas as camadas do governo, tornando-se uma prática institucionalizada que prejudica a sociedade como um todo. Pela lente biopolítica de Foucault, podemos entender essa corrupção como um mecanismo de controle social, onde o poder é exercido não apenas como repressão direta, mas também através da manipulação de recursos e da criação de desigualdades estruturais.

A corrupção na Bruzundanga é sistemática e profundamente enraizada nas práticas governamentais. Barreto apresenta uma visão cínica de um governo onde os líderes são motivados por interesses pessoais e financeiros, em vez de pelo bem comum. A corrupção é retratada como um elemento fundamental da estrutura política, influenciando todas as decisões e ações do governo. A narrativa de Barreto critica a falta de ética e de integridade entre os líderes políticos, sugerindo que a corrupção é um mal endêmico que afeta todas as esferas da sociedade:

O mal da província não está só nessas pequenas vaidades inofensivas; o seu pior mal provém de um exagerado culto ao dinheiro. Quem não tem dinheiro nada vale[...]. A inteligência pobre que se quer fazer, tem que se curvar aos ricos e cifrar a sua atividade mental em produções incolores, sem significação, sem sinceridade, para não ofender os seus protetores. A brutalidade do dinheiro asfixia e embrutece as inteligências. (Barreto, 2021, p. 119)

Outro aspecto destacado por Barreto é a hipocrisia e a manipulação política que caracterizam a elite governante de Bruzundanga. Os políticos e líderes são retratados como figuras que dizem uma coisa e fazem outra, utilizando suas posições para obter vantagens pessoais enquanto fingem trabalhar pelo bem comum: “Como não poderíamos aproveitar aquele caso de um doutor da Bruzundanga, ele mesmo açambarcador de cebolas, que vai para uma comissão, nomeada para estudar as causas da carestia da vida, e propõe que se adotem leis contra os estancadores de mercadorias?” (Barreto, 2021, p. 10).

Barreto também critica a política de defesa nacional da Bruzundanga, que beneficia apenas os ricos e exclui os pobres. Ele descreve como a elite utiliza a defesa nacional como uma desculpa para enriquecer ainda mais, ignorando as necessidades da população:

Outra coisa curiosa da Bruzundanga, das grandes, das extraordinárias, é a sua ‘Defesa Nacional’.

Lá, como em toda a parte, se devia entender por isso a aquisição de armamentos, munições, equipamentos, adestramento de tropas, etc.; mas os doges do Kaphet (*vide* texto) entenderam que não; que era dar-lhes dinheiro, para elevar artificialmente o preço de sua especiaria. (Barreto, 2021, p. 11).

A política de defesa nacional na Bruzundanga é retratada como uma farsa, onde os recursos destinados à defesa são desviados para enriquecer a elite. Barreto critica a falta de responsabilidade e de compromisso dos líderes políticos com a segurança e o bem-estar da população. Essa prática, por meio da noção de imunização de Esposito, pode ser entendida como uma forma de proteger os interesses da elite às custas da exclusão e marginalização da população comum. A elite cria um “corpo político imune” que se isola das dificuldades enfrentadas pelo resto da sociedade, mantendo seus privilégios enquanto exclui os mais vulneráveis.

Utilizando a perspectiva de Esposito sobre imunização, podemos ver como a elite de Bruzundanga se protege e se isola das dificuldades enfrentadas pela população comum. A descrição de Barreto sobre a desigualdade e a exclusão na Bruzundanga ilustra como essas dinâmicas de poder operam na prática, retratando a desigualdade como uma consequência direta das políticas e práticas governamentais que favorecem a elite.

A falta de equidade e de justiça social é uma característica estrutural da sociedade de Bruzundanga. A narrativa expõe as divisões sociais e econômicas, revelando como a elite utiliza seu poder para manter sua posição privilegiada, enquanto a maioria da população é deixada para sofrer. A descrição dos abusos de poder e da manipulação política na Bruzundanga exemplifica a “vida nua” de Agamben, onde os cidadãos são expostos à arbitrariedade do poder: “Aprendemos por aí a conhecer os nossos ‘menores’. Poderia muito bem falar de outros grossos casos de lá, capazes de nos livrar dos tais pequenos daqui” (Barreto, 2021, p. 11).

A ironia de Barreto ao descrever as práticas corruptas da elite política mostra como a vida dos cidadãos comuns é precarizada pela falta de uma verdadeira justiça. A violência institucional na Bruzundanga é retratada como uma consequência direta da manipulação e da corrupção governamental. Barreto critica a falta de proteção e de justiça para os cidadãos

comuns, sugerindo que a violência é uma ferramenta utilizada pelos poderosos para manter seu controle. A narrativa expõe a arbitrariedade e a brutalidade do poder, revelando como a lei é manipulada para servir aos interesses da elite.

Agamben considera que a vida nua é uma condição em que os indivíduos são reduzidos à sua mera existência biológica, desprovidos de direitos e expostos à violência do poder soberano. Em *Os Bruzundangas*, Barreto apresenta personagens que, desprovidos de proteção e justiça, vivem à mercê dos caprichos do poder.

A produção de discursos é uma prática central na política de Bruzundanga. Os líderes utilizam discursos para legitimar seu poder e justificar suas ações, mesmo quando essas ações são claramente corruptas ou prejudiciais para a população. Barreto expõe essa dinâmica ao descrever como os políticos de Bruzundanga utilizam discursos vazios e enganosos para manter seu controle:

Em face de um país com uma população já numerosa em relação ao território ocupado efetivamente – na Bruzundanga, os seus políticos só pedem e proclamam a necessidade de introduzir milhares e milhares de forasteiros.

Dessa maneira, em vez de procurarem encaminhar para a riqueza e para o trabalho a população que já está, eles, por meio de capciosas publicações, mentirosas e falsas, atraem para a nação uma multidão de necessitados cuja desilusão, após certo tempo de estadia, mais concorre para o mal-estar do país. (Barreto, 2021, p. 45)

O discurso não apenas reflete a realidade, mas também a constrói. Nesse contexto, a produção de discursos falsos é uma ferramenta poderosa utilizada pelos líderes políticos da Bruzundanga para criar uma realidade que legitima seu poder e oculta suas verdadeiras intenções.

Ao entrelaçar a obra de Lima Barreto com as teorias de Foucault, Esposito e Agamben, podemos observar uma série de interseções e complementariedades que enriquecem a compreensão sobre a biopolítica. Foucault, ao abordar a proliferação dos discursos, destaca como isso pode ser usada como meio de exercer poder sobre a vida. Em *Os Bruzundangas*, a crítica à corrupção e à manipulação política mostra como esses discursos podem ser utilizados para manter o poder e controlar a população.

Esposito, ao introduzir a ideia de imunização, oferece uma visão sobre como a biopolítica atua para proteger a sociedade através da exclusão e da marginalização. A descrição

de Barreto sobre a elite da Bruzundanga, que se isola e se protege enquanto o resto da população sofre, exemplifica essa dinâmica. A elite cria um “corpo político imune”, mantendo seus privilégios enquanto exclui e marginaliza os vulneráveis da Bruzundanga.

Agamben, ao discutir a vida nua e o estado de exceção, revela como o poder soberano pode expor os indivíduos à violência sem proteção legal. Barreto, por meio de sua sátira, ilustra como a lei é manipulada pelos poderosos para beneficiar seus próprios interesses, deixando os cidadãos comuns desprovidos de justiça e proteção. A criação de estados de exceção na Bruzundanga reflete a crítica de Agamben sobre a normalização dessas práticas na biopolítica moderna.

Lima Barreto utiliza a sátira não apenas como uma forma de entretenimento, mas como uma ferramenta crítica poderosa. Barreto expõe as falhas e corrupções da sociedade brasileira, utilizando-se de personagens e situações exageradas, criando um espelho grotesco da realidade. Essa abordagem permite que o leitor veja as absurdidades e injustiças da sociedade de uma nova perspectiva, destacando a necessidade de mudança e reforma.

A sátira de Barreto é eficaz porque exagera as características e comportamentos dos personagens para destacar as falhas e corrupções da sociedade. Por exemplo, ao descrever ministros que são “simples caixeiros de venda” e que “roubam modestamente no peso da carne-seca” (Barreto, 2021, p. 9), Barreto mostra como a corrupção se infiltrou nas mais altas esferas do governo, transformando o sistema político em um jogo de interesses pessoais e manipulações.

Embora *Os Bruzundangas* tenha sido escrito no início do século XX, sua relevância continua atual. As questões de corrupção, desigualdade e manipulação política que Barreto aborda ainda são prevalentes. A obra serve como um lembrete poderoso de que, apesar do progresso em muitas áreas, as dinâmicas de poder e controle que Barreto critica continuam a influenciar nossas vidas.

A análise de *Os Bruzundangas* pelas lentes das teorias de Foucault, Esposito e Agamben não apenas ilumina a obra de Barreto, mas também nos sensibiliza quanto às dinâmicas de poder que permeiam nossa sociedade. As críticas de Barreto à corrupção, à hipocrisia e à manipulação política são ecoadas nas discussões teóricas sobre biopolítica, imunização e vida nua, mostrando como essas questões são universais e atemporais.

A sátira literária de Barreto não apenas entretém, mas também oferece uma visão crítica e esclarecedora sobre como o poder é exercido e mantido na sociedade. A obra de Barreto serve como um exemplo vivo dessas dinâmicas, oferecendo uma janela para entender melhor como o poder funciona na prática. Essa análise demonstra como a biopolítica, conforme discutida por Foucault, Esposito e Agamben, não é apenas um conceito teórico, mas uma realidade vivida que pode ser observada nas práticas cotidianas de poder e controle.

CAPÍTULO III

NECROPOLÍTICA E LITERATURA COMO PROCESSO CONSTITUTIVO EM OS *BRUZUNDANGAS E NO BRASIL*

O “deixar morrer” abordado tanto de modo geral no capítulo I, quanto especificamente no capítulo II, de Michael Foucault, leva-nos ao pensador negro Achille Mbembe e sua propriedade para desenvolver a *necropolítica*. A análise de Foucault sobre a biopolítica presente nos discursos de poder, implícitos nas áreas mais diversas, como Direito, Medicina, Mídia, é expandida por Mbembe, que reconhece que a biopolítica, por si, não é mais suficiente para explicar o mundo contemporâneo. Por meio do seu ensaio, o autor reflete em como morre um corpo hegemônico, um corpo branco, um corpo heterossexual em comparação a como morre um corpo preto, um corpo indígena, um corpo LGBTQIAPN+.

A seção 3.1, denominada *Um mandachuva*, esboça um perfil do Chefe de Estado do Governo Federal do período de 2019 – 2022, pontuando seus ideais, sua organização política como um agente da morte e mecanismos para regular os corpos, e gerir sobre corpos cuja continuidade da vida não lhe interessava. Paralelo a isso, um comparativo entre a figura de Bolsonaro e o “Mandachuva” de Bruzundanga são discutidos. As características de ambos são avaliadas lado a lado e observado como a obra é capaz de extrapolar a ficção e o tempo para explicar fenômenos sociais contemporâneos.

No tópico 3.2, intitulada *Necropolítica contemporânea no Brasil Contemporâneo de 2019 – 2022* inicia abordando o tema pela visão Achille Mbembe. Baseado em Mbembe, segue a discussão por meio de um resgate histórico do período de 2019-2022. Identifica-se, dessa forma, os momentos mais emblemáticos do referido período e chama-se atenção às tecnologias de poder da Necropolítica que estiverem presentes em cada uma dessas ocasiões. Destaca-se como esse período foi organizado pela morte, pelo extermínio e pela espoliação como forma do Estado de lembrar uma parcela fundamental da população, que esta não tem nenhuma condição como sujeito, ou que essa população não existe como sujeito.

Por fim, a seção 3.3, *Entrelaçando o capítulo*, interliga as seções anteriores e os capítulos anteriores por meio do confronto entre os conceitos de Mbembe, a obra de Barreto e a passagem do Brasil pelo “vale da Necropolítica”, no período de 2019-2022.

3.1 Um Mandachuva

O Governo de Jair Bolsonaro, eleito Presidente da República do Brasil em 2018, foi caracterizado por uma série de crises políticas, sanitárias e sociais. Com uma carreira política de mais de três décadas como vereador e deputado federal, marcada pelo apoio de militares e conservadores, o então presidente destacou-se como defensor de melhores condições para essa categoria, adquirindo entre eles significativo prestígio desde os anos de 1980 (Mattos, 2022, p. 26).

Nasce, então, o que ficou conhecido como “bolsonarismo”. O bolsonarismo é compreendido como um fenômeno neofascista que mobilizou a pequena burguesia e frações assalariadas médias e superiores, configurado como uma reemergência de ideologias extremistas, similares ao fascismo europeu do século XX (Mattos, 2022, p. 30). Esse fenômeno pode ser visto como uma manifestação recente da longa tradição autocrática da dominação burguesa no Brasil. A burguesia brasileira dependente da intervenção estatal para garantir tanto a acumulação de capital quanto a repressão das lutas trabalhistas, encontrou no governo Bolsonaro um continuador dessa tradição (Mattos, 2022 p. 35).

De modo análogo, na obra de Lima Barreto, o “mandachuva” da Bruzundanga, isto é, o presidente, representa a continuidade de uma tradição autocrática e elitista, onde o poder é exercido de forma arbitrária e centralizadora. O que é evidenciado quando a obra barretiana se apropria da sátira para descrever os requisitos de elegibilidade da constituição do país fictício adotava para o presidente “Estabelecia que devia unicamente saber ler e escrever; que nunca tivesse mostrado ou procurado mostrar que tinha alguma inteligência; que não tivesse vontade própria; que fosse, enfim, de uma mediocridade total” (Barreto, 2021, p. 67).

A ascensão de Bolsonaro se deu em um contexto de crise econômica e perda de legitimidade dos governos anteriores, instaurando um cenário propício para o surgimento de lideranças populistas e autoritárias (Mattos, 2022 p. 35). Semelhantemente, o “mandachuva” da Bruzundanga é escolhido em um cenário de crise e incerteza, sendo uma figura incompetente que não se destaca por méritos próprios, mas por ser um mediador de interesse dos poderosos: “Na Bruzundanga, em geral, o mandachuva é escolhido entre os advogados, mas não julgam que ele venha dos mais notáveis, dos mais ilustrados, não: ele surge e é indicado dentre os mais néscios e os mais medíocres” (Barreto, 2021, p. 69).

Durante o governo bolsonarista, os movimentos sociais enfrentaram um cenário adverso, caracterizado pelo fechamento do diálogo com o Estado e pela repressão crescente. A paralisação das políticas de assentamento rural e a interrupção dos processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas evidenciam essa postura repressiva (Medeiros, 2020, p. 507). O desmonte de políticas públicas foi uma marca do governo Bolsonaro. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a transferência de suas competências para outros ministérios desarticularam as estruturas de apoio à agricultura familiar e aos assentamentos rurais (Medeiros, 2020, p. 505).

Na obra, *Os Bruzundangas*, o governo do “mandachuva” também é marcado por repressão e desestruturação das políticas públicas por uma administração caracterizada por negligência e desprezo pelas necessidades populares: “Os preponderantes e influentes têm todo o interesse em não fazer subir os inteligentes, os capazes” (Barreto, 2021, p. 70).

A relação entre políticos e burocratas no governo bolsonarista foi marcada por um conflito contínuo, com estratégias de opressão política e resistência. A abertura de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) contra burocratas por motivos arbitrários e a implementação de normativas restritivas exemplificam essa opressão (Silva et al., 2021, p. 13-15).

Os burocratas reagiram à opressão com sabotagem, reuniões informais e documentação de discordâncias. A vocalização formal por meio de sindicatos e ações judiciais também foram estratégias adotadas para resistir às políticas opressivas do governo (Silva et al., 2021, p. 17-22). Da mesma forma, o “mandachuva” da Bruzundanga enfrenta resistência dentro de sua própria administração, resultado dos conflitos internos gerados por sua incompetência e autoritarismo: “O cargo dá-lhe certos incômodos, mas muitas vantagens: não paga selo nas cartas, não paga bonde, trem, nem teatros, onde continua a quase não ir. O que o aborrece, sobretudo, são as audiências públicas – uma importunação para esse parente de São Luís” (Barreto, 2021, p. 72).

Outra característica notável nesse governo foi a formação de uma coalizão convergente antifeminista, com atores conservadores ocupando posições de destaque na gestão pública, além de políticas focadas na proteção da “família tradicional” e na oposição ao aborto (Lotta et al., 2023, p. 14-16). Essa coalizão adotou uma perspectiva familista, promovendo políticas que reforçam a ordem familiar tradicional e bloqueiam iniciativas feministas. Uma estratégia mais

ampla de enfraquecimento das agendas progressistas dentro do governo, alinhando-se ao conservadorismo extremo (Lotta et al., 2023, p. 9-14).

Em *Os Bruzundangas*, a sociedade e o governo igualmente refletem valores conservadores e uma resistência a mudanças sociais, a elite política, sobretudo, contribui para reforçar estruturas patriarcais e tradicionais: “É este homem que assim viveu a parte melhor da vida, é este homem que só viu a vida de sua pátria na pacatez de quase uma aldeia; é este homem que não conheceu senão a sua camada e que o seu estulto orgulho de doutor da roça levou a ter sempre um desdém bonachão pelos inferiores” (Barreto, 2021, p. 69).

Durante a pandemia do COVID-19, o governo Bolsonaro adotou uma postura de negação e negligência. A gestão inadequada resultou na maior tragédia de saúde pública da história do Brasil, com mais de 700 mil mortes registradas (Silva, 2020, p. 1478-1485). As narrativas variaram desde a minimização do vírus até a promoção de tratamentos ineficazes, como o uso da cloroquina. Bolsonaro frequentemente contradisse as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), atacou governadores e prefeitos que implementaram medidas restritivas, e demitiu ministros da saúde que defendiam o isolamento social. Essa abordagem não só prejudicou a gestão da pandemia, mas também semeou desinformação e insegurança na população (Silva, 2020, p. 1485).

De forma similar, o “mandachuva” da Bruzundanga demonstra uma administração desastrosa e negligente, frequentemente ignorando as necessidades da população e tomando decisões que agravam as crises existentes. A descrição do “mandachuva” e de sua carreira presente em *Os Bruzundangas* poderia, em certo grau, confundir-se com a de Bolsonaro “É este homem cuja cultura artística se cifrou em dar corda no gramofone familiar; é este homem cuja única habilidade se resume em contar anedotas; é um homem destes, meus senhores, que depois de ser deputado provincial, geral, senador, presidente de província, vai ser o mandachuva da Bruzundanga” (Barreto, 2021, p. 69-70).

Uma narrativa central do governo Bolsonaro foi o confronto entre a saúde pública e a economia. O presidente insistiu na reabertura do comércio e na manutenção das atividades econômicas, argumentando que os danos econômicos seriam mais prejudiciais do que o próprio vírus. Essa dicotomia falsa entre salvar vidas e proteger empregos gerou confusão e resistência às medidas de isolamento social, especialmente entre as classes trabalhadoras que não podiam se dar ao luxo de ficar em casa (Silva, 2020, p. 1486).

Essa narrativa se alinhou com o discurso conservador mais amplo do governo, que prioriza o capital e minimiza a importância das políticas públicas de saúde e proteção social (Silva, 2020, p. 1486). Analogamente, o "mandachuva" da Bruzundanga frequentemente toma decisões econômicas que beneficiam a elite, enquanto negligencia as necessidades básicas da população: "Para distrair-se, o esclarecido mandachuva compra um bom gramofone e instala no palácio um cinema. É conveniente lembrar que, nesse mesmo palácio, ao tempo em que a Bruzundanga era império, executores famosos no mundo inteiro tinham tocado obras-primas musicais, no violino e no piano" (Barreto, 2021, p. 72).

A crise política no governo Bolsonaro foi exacerbada pela pandemia. A falta de uma resposta eficaz à crise sanitária, somada às constantes agressões à imprensa, à ciência e às instituições democráticas, ampliou a instabilidade política. Diversos pedidos de *impeachment* foram apresentados, mas a falta de consenso entre os partidos de oposição e a base de apoio político de Bolsonaro no Congresso dificultaram o avanço desses processos (Silva, 2020, p. 1483).

A habilidade de Bolsonaro em manter alianças políticas estratégicas, mesmo em meio a tantas crises, mostra sua capacidade de navegar e manipular o cenário político para evitar processos de *impeachment* (Silva, 2020, p. 1483). No caso do "mandachuva", a instabilidade política também é uma constante, agravada por sua incapacidade de lidar com as crises de forma eficaz e por suas alianças voláteis. "O seu primeiro cuidado, e também da mulher, é fechar diversos aposentos para diminuir o número de serviçais, de modo a fazer economias na verba de representação" (Barreto, 2021, p. 72).

O governo Bolsonaro foi caracterizado por políticas autoritárias, repressão a movimentos sociais, desmonte de políticas públicas, conflitos com a burocracia e gestão inadequada da pandemia. As estratégias narrativas do presidente e seus seguidores contribuíram para agravar as crises sanitária e política no Brasil, resultando em um cenário de desconfiança e insegurança. A falta de liderança eficaz e a manipulação de informações para manter apoio político comprometeram seriamente a resposta do país às crises enfrentadas. Analogamente, o governo do "mandachuva" na Bruzundanga é um reflexo de incompetência e autoritarismo, onde as decisões são tomadas em detrimento do bem-estar público e as crises são agravadas por uma liderança ineficaz e centrada em interesses próprios. Com isso, nota-se um entrelaçamento entre Literatura, ficção, realidade, tempo e história, demonstrando a riqueza e atemporalidade da obra de Lima Barreto.

3.2. A Necropolítica no Brasil contemporâneo de 2019-2022

A necropolítica pode ser tomada como uma extensão do biopoder. Nela, a soberania é expressa de forma mais radical, principalmente pela violência e capacidade de matar ou deixar viver. O poder soberano atinge sua máxima expressão na habilidade de definir quem está destinado a viver e quem pode ter a vida interrompida. O Biopoder e a necropolítica são, portanto, aspectos complementares de um mesmo processo de soberania. Enquanto o biopoder se preocupa com a administração da vida, a Necropolítica se preocupa com a administração da morte. Em ambos os casos, o corpo humano é centralizado como o objeto de controle (Mbembe, 2020, p. 4).

Os campos de concentração nazistas são um exemplo extremo de necropolítica, onde a soberania do Estado se manifestava na gestão sistemática da morte. Esses campos não eram apenas lugares de extermínio, mas também de experimentação biopolítica. A modernidade trouxe consigo novas formas de exercer esse controle, muitas vezes, utilizando a ciência e a tecnologia como justificativas para políticas de extermínio ou de exclusão. O uso da biologia para justificar o racismo e a eugenia é um exemplo de como a ciência pode ser instrumentalizada para servir a Necropolítica (Mbembe, 2020, p. 4).

A modernidade também trouxe uma transformação na forma como a soberania é concebida e exercida. Em vez de simplesmente governar, os estados modernos passaram a gerir populações, incorporando práticas de biopoder que incluem a promoção da saúde, a educação e a segurança. No entanto, essa gestão da vida é inseparável da gestão da morte. A guerra, por exemplo, é uma forma de Necropolítica em que o Estado exerce seu poder soberano ao decidir quais vidas são sacrificáveis em nome do bem maior. A guerra, portanto, não é apenas um meio de alcançar a soberania, mas uma expressão da soberania em si pela qual vida e morte são administradas em larga escala (Mbembe, 2020, p. 2).

Essa relação entre soberania e morte é complexa e multifacetada. Não é apenas uma questão de matar, mas de determinar as condições sob as quais a morte ocorre. O Estado pode, por exemplo, decidir não fornecer assistência médica a determinados grupos, ou criar políticas que aumentem a vulnerabilidade de certas populações (Mbembe, 2020, p. 6). Essas decisões, embora não sejam diretamente homicidas, têm um efeito necropolítico ao criar condições que levam à morte. Assim, a necropolítica se manifesta tanto nas ações diretas quanto nas omissões deliberadas.

O estado de exceção é um conceito fundamental para entender a necropolítica, pois é nesse estado que as normas legais são suspensas e o poder soberano é exercido de maneira absoluta. O estado de exceção permite ao soberano operar fora dos limites da lei, justificando ações que, em tempos normais, seriam consideradas ilegais ou imorais. Essa suspensão da lei é frequentemente justificada por uma ameaça à segurança nacional ou à ordem pública, criando um ambiente onde a violência pode ser exercida sem restrições (Mbembe, 2020, p. 9).

Na prática, o estado de exceção pode se manifestar de várias formas, incluindo o estado de sítio, a lei marcial ou outras formas de controle autoritário. Durante esses períodos, o soberano tem o poder de determinar quem vive e quem morre, muitas vezes sem prestar contas a qualquer sistema legal ou judicial. Essa capacidade de decidir sobre a vida e a morte sem restrições legais é uma das expressões mais claras da necropolítica. No estado de exceção, a distinção entre amigos e inimigos é frequentemente usada para justificar a eliminação de indivíduos ou grupos considerados perigosos (Mbembe, 2020, p. 9).

O racismo desempenha um papel central no estado de exceção, pois ele facilita a classificação de pessoas em categorias de vida e morte. O racismo justifica a violência ao desumanizar certos grupos, tornando-os alvos legítimos de políticas de extermínio ou exclusão. Isso foi claramente evidenciado no regime nazista, que usou o “racismo biológico” para justificar o genocídio de judeus, ciganos e outras minorias. A necropolítica, nesse contexto, não é apenas uma prática de governo, mas uma prática de “purificação social”, onde o objetivo é eliminar aqueles que são considerados indesejáveis ou impuros (Mbembe, 2020, p. 11).

Além do racismo, a necropolítica, no estado de exceção, também se manifesta nas práticas de securitização. A securitização é o processo pelo qual questões são tratadas como ameaças à segurança, justificando medidas excepcionais. Isso pode incluir a criação de zonas de exclusão, a deportação de refugiados, ou a implementação de políticas de vigilância em massa. Essas medidas são justificadas pela necessidade de proteger a população “normal” de ameaças externas ou internas, mas frequentemente resultam na marginalização e eliminação de grupos vulneráveis (Mbembe, 2020, p. 10).

O colonialismo histórico exemplifica como o estado de exceção e a necropolítica podem ser utilizados para justificar a violência extrema. Nas colônias, os colonizadores frequentemente operavam fora das leis que se aplicavam na metrópole, criando um ambiente onde a violência era a norma. A exploração econômica, o trabalho forçado e o genocídio eram práticas comuns nas colônias. Os colonizados eram tratados como menos que humanos. A

necropolítica, nesse sentido, é uma continuação das práticas coloniais quando a vida dos “outros” é considerada dispensável em nome do progresso ou da civilização (Mbembe, 2020, p. 28).

Na contemporaneidade, a necropolítica é visível em contextos de ocupação e conflito, onde o poder de decidir sobre a vida e a morte é exercido de forma explícita e sistemática. A ocupação de territórios, como a Palestina, é um exemplo claro de necropolítica moderna, onde as tecnologias de controle são utilizadas para monitorar e regular os movimentos da população ocupada. A “política da verticalidade” é uma técnica específica usada nesses contextos, que envolve o controle do espaço não apenas horizontalmente, mas também verticalmente (Mbembe, 2020, p. 29).

Esse tipo de controle é facilitado pelo uso de tecnologias avançadas, como drones e sistemas de vigilância, que permitem uma monitoração constante e uma capacidade de intervenção precisa. O uso de drones para ataques cirúrgicos é uma manifestação extrema da necropolítica, onde a morte é administrada de forma remota e impessoal. Esse tipo de operação torna a violência invisível e a morte uma questão técnica, removendo o elemento humano da equação. A necropolítica, nesse sentido, se torna uma forma de guerra asséptica, onde a vida e a morte são decididas com base em cálculos de eficiência e risco (Mbembe, 2020, p. 42).

As máquinas de guerra são outro componente essencial da necropolítica contemporânea. Essas máquinas, que incluem grupos armados não estatais como milícias e organizações paramilitares, operam fora das estruturas estatais formais, mas desempenham um papel importante na manutenção da ordem e na exploração. Essas entidades, muitas vezes, agem em cooperação com Estados ou empresas multinacionais, formando redes complexas de poder e violência. As máquinas de guerra utilizam a violência como uma forma de governança, impondo regimes de terror e exploração em áreas onde o estado é fraco ou ausente (Mbembe, 2020, p. 41).

A violência estrutural e simbólica também compõe esse fenômeno que, embora não matem diretamente, criam condições de vida insustentáveis, que se dão pela negação de direitos básicos, como saúde, educação e moradia. O *modus operandi* da necropolítica é, dessa forma, deixar morrer lentamente pela marginalização. A gestão de crises humanitárias e a precarização do trabalho podem também ser citados como forma menos explícita, mas igualmente mortal de promover necropolítica ao integrá-la às estruturas de poder existentes (Mbembe, 2020, p. 40).

Não é apenas uma questão de guerra ou violência explícita, mas também de práticas cotidianas de governança que marginalizam e excluem certas populações. Essas práticas são frequentemente justificadas pela necessidade de segurança ou progresso, mas resultam na desumanização e eliminação de grupos vulneráveis. A necropolítica, nesse sentido, é uma forma de poder que se preocupa não apenas com a morte, mas com a criação de vidas "matáveis", onde certas vidas são consideradas menos dignas de proteção e cuidado.

Em muitos casos, as políticas públicas e as decisões governamentais criam condições que levam à morte prematura de certos grupos, seja pela negação de assistência médica, pela falta de infraestrutura básica ou pela imposição de condições de trabalho insalubres. Essas formas de exercer a necropolítica podem passar despercebidas, mas têm impacto igualmente profundo que resultam em mortes evitáveis e sofrimentos desnecessários.

Além disso, a necropolítica pode ser vista na forma como as sociedades contemporâneas lidam com crises humanitárias e desastres naturais. A resposta a essas questões podem revelar uma hierarquia de valor humano, isto é, algumas vidas são consideradas mais dignas de salvamento do que outras. Isso pode ser visto na distribuição desigual de recursos, na resposta lenta ou inadequada a crises em regiões pobres ou em países não ocidentais, e na criminalização de migrantes e refugiados (Mbembe, 2020, p. 40).

Há, assim, implicações para a ética e a política, sobretudo no que diz respeito ao valor da vida humana. A prática de decidir quem deve viver e quem deve morrer levanta questões fundamentais sobre justiça, igualdade e direitos humanos. Em um mundo onde a vida é cada vez mais administrada e regulada por tecnologias e políticas de segurança, a necropolítica desafia as noções tradicionais de soberania e governança. Ela revela as contradições e os limites das democracias liberais, que, em determinadas circunstâncias, justificam a violência em nome da segurança ou do progresso (Mbembe, 2020, p. 10).

A análise da necropolítica nos permite entender as dinâmicas de poder em um nível mais profundo, revelando as formas como o poder soberano se manifesta não apenas na administração da vida, mas também na gestão da morte. Ela nos desafia a repensar as bases éticas e políticas das nossas sociedades e a questionar as estruturas de poder que perpetuam a violência e a exclusão. Em última análise, a necropolítica é um chamado à ação, uma urgência para que construamos sociedades mais dignas, onde a vida de todos seja valorizada e protegida.

O Brasil enfrenta uma guerra contínua e complexa que se estende desde os tempos coloniais até os dias atuais, caracterizada por um projeto racista, misógino e assassino que visa

excluir todas as formas de diferença. Esta guerra assumiu uma virulência extrema sob o governo de Jair Bolsonaro, que conduziu uma “guerra cultural bolsonarista/olavista” caracterizada pela necropolítica. Necropolítica, conforme discutido anteriormente, tendo como base Achille Mbembe, é a instrumentalização da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações, um conceito que se alinha ao *modus operandi* do governo Bolsonaro. Durante a pandemia de COVID-19, esta política da morte se consolidou de maneira ainda mais clara e eficiente (Kohan, 2020, p. 3).

A pandemia de COVID-19, desencadeada pelo vírus SARS-CoV-2, emergiu como uma crise global sem precedentes, impactando profundamente as estruturas sociais, econômicas e políticas em todo o mundo. No Brasil, essa crise não apenas revelou, mas também intensificou desigualdades sociais preexistentes, expondo a população mais vulnerável a maiores riscos de contaminação e agravando as vulnerabilidades sociais (Bardi et al, 2020, p. 496).

O primeiro caso confirmado de infecção no país ocorreu em fevereiro de 2020, seguido pela primeira morte em março do mesmo ano. A partir daí, o número de casos e mortes aumentou exponencialmente, estabelecendo o país como um dos epicentros globais da pandemia. As principais recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para conter a propagação do vírus incluíam a lavagem frequente das mãos, o uso de máscaras e o distanciamento social. No entanto, a implementação dessas medidas encontrou desafios significativos no Brasil devido à desigualdade social e à postura contraditória do governo federal (Bardi et al, 2020, p. 499).

As primeiras respostas do governo federal brasileiro às recomendações da OMS foram, em muitos casos, inadequadas e contraditórias. O presidente Jair Bolsonaro minimizou repetidamente a gravidade da pandemia, chamando-a de “gripezinha” e se opôs às medidas de isolamento social impostas por governadores e prefeitos (Bardi et al, 2020, p. 500). Essa postura negacionista não só comprometeu os esforços de contenção do vírus, mas também gerou confusão e desinformação entre a população.

Além disso, o sistema de saúde brasileiro, já sobrecarregado e subfinanciado, enfrentou dificuldades sem precedentes para lidar com o aumento súbito no número de pacientes. Hospitais em várias regiões do país rapidamente ficaram sem leitos de UTI e equipamentos essenciais, como ventiladores mecânicos. A falta de planejamento e a resposta tardia do governo federal agravaram a situação, resultando em uma tragédia humanitária que poderia ter sido mitigada com uma ação mais coordenada e eficaz (Bardi et al, 2020, p. 501).

A pandemia também teve um impacto devastador na economia brasileira. As medidas de distanciamento social necessárias para conter a propagação do vírus resultaram no fechamento de empresas e na perda de milhões de empregos. Setores como turismo, comércio e serviços foram particularmente afetados, levando muitas famílias à pobreza extrema (Bardi et al, 2020, p. 502).

A necropolítica, no contexto da pandemia, pode ser interpretada pela falta de políticas eficazes e o desinvestimento em saúde pública que resultaram em um maior número de mortes. A postura negacionista do presidente Jair Bolsonaro, que minimizou a gravidade da pandemia e se opôs às medidas de distanciamento social, exemplifica essa política de morte (Bardi et al, 2020, p. 501).

A pandemia de COVID-19 expôs e aprofundou as desigualdades sociais no Brasil. A população mais pobre, que já enfrentava desafios consideráveis antes da pandemia, viu suas condições de vida se deteriorarem ainda mais. Muitos brasileiros sem acesso a água potável e saneamento básico, viram-se impossibilitados de seguir as recomendações básicas de higiene. Além disso, a necessidade de trabalhar para garantir a subsistência tornou o distanciamento social impraticável para uma grande parte da população (Bardi et al, 2020, p. 500).

A atuação do governo federal foi marcada por uma série de controvérsias e decisões políticas que muitas vezes contrariaram as recomendações científicas e da Organização Mundial de Saúde (OMS). A falta de um plano coordenado e eficaz para combater a pandemia resultou em uma resposta fragmentada e ineficaz, com impactos desastrosos. A necropolítica do governo brasileiro se manifestou na forma de decisões políticas que priorizam a economia em detrimento da vida humana, resultando em um número desproporcional de mortes (Bardi et al, 2020, p. 506).

As políticas de austeridade implementadas resultaram em um desinvestimento significativo em saúde pública, educação e assistência social. Isso culminou em hospitais superlotados, falta de equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde e insuficiência de leitos de UTI. (Bardi et al, 2020, p. 506).

Milhões de brasileiros perderam seus empregos ou tiveram sua renda drasticamente reduzida devido ao fechamento de empresas e à desaceleração da economia. O auxílio emergencial fornecido pelo governo federal, embora essencial, foi insuficiente para atender às necessidades básicas de muitas famílias, deixando-as em situação de insegurança alimentar e pobreza (Bardi et al, 2020, p. 503).

As regiões mais ricas e desenvolvidas do Brasil receberam uma proporção maior de vacinas e equipamentos médicos, enquanto as áreas mais pobres e periféricas foram deixadas de lado. Essa disparidade no acesso a cuidados de saúde exacerbou ainda mais as desigualdades sociais, resultando em taxas de mortalidade mais altas entre as populações marginalizadas (Bardi et al, 2020, p. 502).

A assistência oferecida à população marginalizada foi insuficiente e, muitas vezes, inexistente. Organizações não governamentais e iniciativas comunitárias tentaram preencher a lacuna deixada pelo Estado, oferecendo alimentos, produtos de higiene e assistência básica. No entanto, essas ações, embora fundamentais, não conseguiram suprir todas as necessidades dessa população, revelando a falência das políticas públicas em garantir a proteção e o cuidado necessários (Bardi et al, 2020, p. 502).

A população em situação de rua, os trabalhadores informais e as comunidades indígenas e quilombolas enfrentaram desafios adicionais devido à falta de acesso a recursos e serviços essenciais, deixando-os ainda mais desamparados. A ausência de políticas públicas direcionadas e efetivas para proteger essas populações resultou em um número desproporcional de mortes e sofrimento (Bardi et al, 2020, p. 505).

Os trabalhadores informais sem a possibilidade de trabalhar remotamente e, às vezes, sem acesso a direitos trabalhistas básicos, foram expostos a riscos elevados de contaminação para suprirem suas necessidades. O auxílio emergencial de R\$ 600,00 instituído pelo Governo Federal foi uma medida importante, mas insuficiente, além de sua implementação ter enfrentado problemas burocráticos e de acesso (Bardi et al, 2020, p. 503).

As comunidades tradicionais e indígenas enfrentaram desafios significativos durante a pandemia. A falta de acesso a serviços de saúde adequados, água potável e saneamento básico, combinada com as mudanças na política de demarcação de terras indígenas e a invasão de seus territórios por garimpeiros e madeireiros, agravaram o quadro e aumentaram a exposição dessas populações ao vírus (Bardi et al, 2020, p. 504).

Todas as escolas foram obrigadas a fechar suas portas, um evento sem precedentes na história. Este fechamento forçado trouxe à tona a diferença radical entre as escolas públicas e particulares, e mais amplamente, entre a educação pública e privada. A maioria das famílias de baixa renda não possuía acesso adequado à internet ou aos dispositivos necessários para acompanhar a educação à distância. Esta falta de infraestrutura tornou a educação remota

impraticável para muitos estudantes e enlanguesceu ainda mais as diferenças sociais (Silva e Silva, 2020, p. 6).

Enquanto durante a primeira semana de junho de 2020, o país ultrapassava a marca de 35 mil mortes, o presidente declarava: “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo.”³⁷ O governo bolsonarista negligenciou medidas básicas de contenção do vírus, com completo e evidente descaso pela vida humana. Enquanto a Argentina adotou isolamento estrito já em março de 2020, tendo como resultado significativamente menos casos e mortes, o Brasil registrou números alarmantes de infectados e mortos devido à gestão irresponsável da pandemia. Em junho de 2020, o Brasil tinha mais de 650.000 casos e mais de 35.000 mortes, enquanto a Argentina registrava pouco mais de 21.000 casos e 632 mortes (Kohan, 2020, p. 5).

A minimização da gravidade do vírus fez parte de uma estratégia mais ampla para promover a política da morte. A desvalorização das vidas perdidas, principalmente a de idosos e pessoas com deficiência, foi um exemplo claro desta postura quando Bolsonaro afirmou: “Vão morrer alguns [idosos e pessoas mais vulneráveis] pelo vírus? Sim, vão morrer. Se tiver um com deficiência, pegou no contrapé, eu lamento” (Kohan, 2020, p. 3), aqui a necropolítica se evidencia pela naturalização e passividade perante a morte de segmentos específicos da população.

A militarização também foi um elemento central que se intensificou na agenda política do Bolsonarismo que, desde o início do governo, cercou-se de militares. Esse processo não se limitou às esferas administrativas; ele também permeou a sociedade civil, com o incentivo ao armamento da população como forma de “defesa contra a tirania”. Propagou-se a ideia de que uma população armada é essencial para a preservação da liberdade, uma noção que ressoa com muitos apoiadores, especialmente aqueles inclinados a uma visão conspiratória do Estado. Essa postura reflete uma visão de mundo em que a força militar é vista como a última garantia contra o caos social e político (Ribeiro, 2020, p. 472).

Isso nos leva ao próximo ponto, a repressão. Desde o período colonial, práticas de repressão têm sido direcionadas principalmente contra negros e pobres. Esse padrão de violência é uma continuação do legado da escravidão, onde a violência era usada como uma ferramenta para manter a ordem social e a subordinação de grupos racializados.

³⁷ Matéria: A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo', diz Bolsonaro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/a-gente-lamenta-todos-os-mortos-mas-e-o-destino-de-todo-mundo-diz-bolsonaro.shtml> . Acessado em jul/2024

Mesmo após a abolição da escravatura, a marginalização dos afro-brasileiros persistiu por meio de legislações discriminatórias e práticas sociais excludentes. A criminalização de manifestações culturais afro-brasileiras, como a capoeira e as religiões de matriz africana, é um exemplo de como o Estado continuou a exercer controle sobre a população negra. A polícia, nesse contexto, atuou como um instrumento de repressão, aplicando a lei de forma seletiva e frequentemente violenta (Wermuth et al, 2020, p. 1067-1069).

A violência policial foi e continua a ser um dos principais mecanismos de exclusão e controle social. As operações em favelas e periferias urbanas sempre caracterizadas por uma abordagem militarizada, onde a presença policial é marcada pelo uso excessivo de força. Dados estatísticos revelam que a maioria das vítimas de homicídios cometidos por policiais são jovens, homens, negros e moradores de áreas pobres. Essas ações são justificadas sob o pretexto de combate ao crime, mas muitas vezes resultam em abusos de poder e execuções extrajudiciais (Wermuth et al, 2020, p. 1067-1069).

A mídia, por outro lado, retrata jovens negros como criminosos ou perigosos, reforçando estereótipos negativos que justificam a repressão policial, um estereótipo que se fortaleceu durante o governo Bolsonaro. Essa representação contribui para a desumanização dessas populações, criando uma percepção pública de que a violência estatal é uma resposta necessária e legítima. A cobertura tendenciosa dos eventos de violência policial, muitas vezes omitindo abusos e focando em justificativas de segurança, contribui para a manutenção da conformidade social com essas práticas extrajudiciais (Wermuth et al, 2020, p. 1069-1070).

A cultura política brasileira também foi profundamente afetada pela ascensão do Bolsonarismo. Uma parcela significativa da população foi atraída por discursos extremistas e autoritários, alimentados por uma retórica que demonizou adversários políticos e grupos sociais, como ativistas de direitos humanos, jornalistas e comunidades LGBTQIAPN+. A normalização desse discurso extremo tem implicações de longo prazo para a coesão social e para a capacidade do país de resolver pacificamente seus conflitos políticos e sociais. O Bolsonarismo fomentou uma cultura de ódio e violência, que se manifestou tanto no discurso quanto em ações concretas, como ataques a manifestantes e a tentativa de silenciamento de vozes dissidentes (Ribeiro, 2020, p. 478).

Os discursos são formas de poder que estabelecem o que pode ser dito e quem tem o direito de falar, configurando uma “ordem do discurso” que exclui ou inclui determinados sujeitos. A aplicação desses conceitos pôde ser observada nas políticas culturais e educacionais,

como cortes de financiamento para áreas específicas voltadas à formação do sujeito crítico, silenciando vozes dissidentes e promovendo uma visão de mundo alinhada com interesses arbitrários (Viana, 2022, p. 62).

A construção de “sujeitos morais” durante o governo, criou identidades por meio de regimes da verdade, que impunham o que é considerado verdadeiro ou falso e quem é sujeito legítimo de conhecimento. No caso do governo Bolsonaro, essa construção foi influenciada por discursos religiosos e conservadores, que foram utilizados para consolidar o controle sobre a sociedade e marginalizar grupos que divergissem das normas sociais predominantes (Viana, 2022, p. 66).

Uma das especificidades do Bolsonarismo, segundo Ribeiro (2020, p. 468), é a adoção de uma ideologia de extrema-direita não personificada por um intelectual ou corrente de pensamento clássico, mas por alguém que mistura esoterismo e charlatanismo em tempos de redes sociais e *fake news*. Ele aponta que a base ideológica do Bolsonarismo se encontra no neoprotestantismo e na defesa do legado da ditadura militar, com a religião e o autoritarismo se entrelaçando e reproduzindo a linguagem da violência como tática política.

O neoprotestantismo desempenhou um papel central na sustentação de uma identidade reacionária e na promoção de uma agenda moralista e conservadora. Essa corrente religiosa, que contemplou uma grande parcela de denominações evangélicas, contribuiu para a construção de uma visão de mundo que privilegia valores tradicionais, patriarcais e heteronormativos. O Bolsonarismo utilizou essa base para legitimar suas posições políticas, reforçando a ideia de uma sociedade organizada em torno de uma moralidade cristã rígida (Ribeiro, 2020, p. 478).

A retórica religiosa é usada para justificar posições autoritárias e para mobilizar uma base de apoio comprometida com a defesa de uma visão de mundo conservadora. O uso de *slogans* religiosos, como “Deus acima de todos”, teve a função de sacralizar a figura do presidente e apresentar suas políticas como derivadas de uma verdade absoluta e inquestionável. Essa instrumentalização da fé contribuiu para a criação de uma narrativa em que a política se confunde com a religião, e a obediência ao líder se torna uma expressão de fé (Ribeiro, 2020, p. 478).

Os discursos do presidente vilanizaram opositores políticos e minorias, utilizando a religião como um escudo para justificar políticas discriminatórias e excludentes, como a glorificação da força e a defesa da repressão como meio de manter a ordem social. Essa abordagem é evidente na forma como Jair Bolsonaro e seus seguidores frequentemente evocam

o período da ditadura militar no Brasil como um tempo de ordem e progresso, ao passo que ignoram os abusos e violações de direitos humanos cometidos durante aquele regime (Ribeiro, 2020, p. 472).

O discurso de ódio foi uma constante nesse período e foi usado para desumanizar opositores políticos e grupos sociais marginalizados. Com declarações públicas e ações simbólicas, o presidente e seus aliados promoveram uma visão maniqueísta da política, na qual qualquer crítica ao governo era vista como uma ameaça existencial. Buscava-se com isso mobilizar os medos e inseguranças da população para consolidar o poder (Ribeiro, 2020, p. 474).

3.3. Entrelaçando o capítulo

Em *Os Bruzundangas*, Barreto oferece uma crítica ácida à soberania exercida pela elite política e econômica da fictícia Bruzundanga, um país imaginário que reflete as características da sociedade brasileira do início do século XX:

O povo sempre os recebe com o respeito que nós tínhamos, aqui, pelo Príncipe Ubá II, d'África. A gente civilizada e rica, entretanto, não pensa assim, leva-os a sério e os seus títulos são berrados nos salões como se estivessem ali um Montmorency, um Conde de Vidigueira, um Duque d'Alba, que, porsinal, foi tomado para ascendente de um grave senhor da Bruzundanga, que desejava a incorporação do proletário à sociedade moderna. (Barreto, 2021, p. 43)

Nesse trecho, o autor denuncia a corrupção e a exploração econômica praticada pelo governo da Bruzundanga que se realiza na prática de vender produtos essenciais a preços reduzidos para o exterior, enquanto a população local está subjugada ao consumo de produtos com preços elevados. No período de 2019-2022, o Brasil enfrentou situação semelhante quando as exportações para o exterior aumentaram em cerca de 62% no ano de 2020, privilegiando o consumidor estrangeiro enquanto brasileiros disputavam por sua sobrevivência na “fila dos ossos” (BBC, 2020a; G1, 2021a). Isto é, tanto na representação no país fictício da Bruzundanga quanto no Brasil real, as condições de vida dos cidadãos foi precarizada em prol de interesses estrangeiros por meio do exercício econômico do necropoder (Mbembe, 2020).

É que este doutor dos “maiores” de que nos fala o célebre livrinho sabia perfeitamente que não estancava e tinha o hábito de reservas mentais. Não açambarcava, mas “aliviava” logo uma grande porção de mercadorias para o estrangeiro, por qualquer cousa, de modo que... *Le pauvre homme!* Podia até iludir o nosso pobre Beckman! (Barreto, 2021, p. 10)

Aqui, Barreto explora a hipocrisia e a convivência entre os interesses econômicos privados e o poder legislativo. A figura do “doutor açambarcador de cebolas”, que sugere leis

contra práticas nas quais ele mesmo está incluído, destaca como a legislação pode ser manipulada para beneficiar uma elite. Nessa passagem, pode-se fazer um paralelo com o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles, que foi investigado por atuar em desfavor do próprio ministério que exercia para atender os pleitos de empresas madeireiras e facilitar a exportação de madeira brasileira, ainda que contrariamente às recomendações da área técnica do Ibama, além de nomear para cargos mais altos pessoas envolvidas no atendimento aos pedidos (G1, 2021b-c).

Mbembe (2020) discute como a soberania pode ser exercida por múltiplos sistemas de poder, incluindo o religioso, conforme se verifica na obra de Barreto:

Conheci na Bruzundanga um rapaz (creio que está nas “Notas”), de rabona de sarja e ares de familiar do Santo Ofício, mas tresandando a Comte, senão a anticlericalismo, que, de uma hora para a outra, se fez reitor do Asilo de Enjeitados, apandilhado com padres e frades, depois de ter arranjado um rico casamento eclesiástico, a fim de ver se, com o apoio da sotaina e do solidéu, se fazia ministro ou mesmo mandachuva da República. (Barreto, 2021, p. 10)

A aliança entre o poder religioso e o político, nesse contexto, mostra como as instituições se aliam para exercer o controle social. A figura do "reitor do Asilo de Enjeitados", que se utiliza de sua posição eclesiástica para ascender politicamente, exemplifica como a soberania pode ser exercida não apenas pelo Estado, mas também pelas instituições religiosas que, em conluio com o poder político, controlam e disciplinam a população. Essa questão foi bem evidenciada no governo de Bolsonaro, (Aversa, 2021, p. 45) destaca que a manipulação da massa evangélica foi um projeto bem articulado e com propósito nesse governo:

[...] a figura de Bolsonaro passou por uma “construção” antes das eleições de 2018, tendo se aproximado mais ao público evangélico e pentecostal, se convertendo (pois era católico) e sendo batizado no Rio Jordão. Toda essa construção arquetípica e o apelo religioso fazem parte do culto à personalidade do soberano. Vimos isso acontecer por diversas vezes durante o século XX, como são os casos de Mussolini, Hitler, Franco e o próprio Vargas.

[...] o modelo político de Bolsonaro, aquele no qual vai servir de verdadeiro estímulo para suas ações, é a Necropolítica, tal qual Mbembe nos aponta. Afinal, a Necropolítica se ocupa da morte e da vida, por meio do controle e opressão de corpos, que é o exato teor do discurso bolsonarista. Já o “Cristofascismo” vai ser o tema que justifica toda a violência e agressão por parte de Bolsonaro e sua equipe. (Aversa, 2021, p. 45)

A obra de Lima Barreto, em outro momento, critica aqueles tidos como sábios e literatos: “Os médicos da Bruzundanga imaginam-se sábios e literatos. Pode-se afirmar que não são nem uma coisa nem outra” (Barreto, 2021, p. 142). Este trecho critica a falsa autoridade e

a incompetência dos que são intitulados intelectuais e especialistas, mas não passam de mais um meio de concretização das políticas de morte e controle. Segundo Mbembe (2020), nesses casos, a autoridade científica é usada para justificar práticas de dominação e controle social. A “falsa erudição” mencionada por Barreto é um exemplo de como o domínio se disfarça de legitimidade, utilizando-se de uma fachada de sabedoria e competência para perpetuar a desigualdade.

No Brasil, durante a pandemia, tivemos em evidência a Dra. Nise Yamaguchi, que serviu aos desígnios do governo na promoção do uso da cloroquina para tratamento da Covid-19, mesmo que a comunidade científica tenha comprovado a ineficácia do fármaco (BBC, 2021a). A suposta autoridade no assunto, representada na figura da médica, foi usada para sustentar o discurso dos que se encontravam no topo e precisavam apresentar uma falsa solução para o problema que não tinham interesse em solucionar e assim “deixar morrer”. Para isso, manter a sociedade na ignorância foi uma forma de sujeita-la às decisões da elite que controla o conhecimento.

“A indústria nacional da Bruzundanga tem por fim espoliar o povo com os altos preços dos seus produtos” (Barreto, 2021, p. 143). A exploração econômica como forma de opressão por meio de preços elevados também é salientada em os Bruzundangas, o que se traduz em uma dinâmica de “vida nua” (Mbembe, 2020) pela qual a população é desvalorizada em detrimento de uma minoria dominante.

A habilidade dos governantes da Bruzundanga é tal, e com tanto e acendrado carinho velam pelos interesses da população, que lhes foram confiados, que os produtos mais normais à Bruzundanga, mais de acordo com a sua natureza, são comprados pelos estrangeiros por menos da metade do preço pelo qual os seus nacionais os adquirem. (Barreto, 2021, p. 143)

A soberania é exercida como arma de subordinação para a população local. Aqui, a obra de Barreto mais uma vez mostra-se em consonância com a história vivida pelo Brasil no período de 2019-2022, época na qual o governo vendeu a Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, abaixo do preço de mercado enquanto os brasileiros passavam por uma intensa crise sanitária (CNN, 2021a).

Os Bruzundangas abordam também a desvalorização do conhecimento local: “É sábio, na Bruzundanga, aquele que cita mais autores estrangeiros; e quanto mais de país desconhecido, mais sábio é” (Barreto, 2021, p. 142).

A valorização do conhecimento estrangeiro em detrimento do saber local reflete uma forma de colonialismo intelectual, em que a autoridade e a legitimidade se atribuem com base na proximidade com o estrangeiro. A dependência cultural e a alienação mencionadas por Barreto destacam como a soberania é enfraquecida quando um país subordina seu conhecimento e práticas às normas e valores de outras nações, perpetuando a dominação e a exploração. Se por um lado, a Bruzundanga sofria desse complexo, por outro, o conhecimento brasileiro passaria por um de seus momentos mais críticos no final do governo Bolsonaro. O Governo Federal fez cortes na Educação da ordem de 1 bilhão, além de sucessivos bloqueios e congelamento do orçamento de universidades e institutos federais. Residentes de Medicina ficaram desamparados e bolsistas de pesquisa tiveram suas bolsas interrompidas (G1, 2022a-b).

O luxo e a ostentação da elite intelectual e política também são colocados em pauta na obra barretiana: “Os sábios são nababos, têm carros e automóveis de luxo, palácios; frequentam teatros caros, durante temporadas completas; dão festas suntuosas nos seus hotéis, etc., etc” (Barreto, 2021, p. 142). Esse escrito demonstra como o poder soberano cria uma divisão entre aqueles que estão dentro do círculo de influência e aqueles que estão fora. A ostentação de riqueza e domínio serve para reforçar essa divisão, perpetuando a desigualdade e a exclusão. A necropolítica, neste contexto, é exercida pela criação de uma elite que se beneficia às custas da marginalização e da exploração da maioria. Como exemplo do período 2019-2022 no Brasil, o presidente à época, ostentava ao comer picanha no valor de 1.799,00 R\$ o quilo. Enquanto isso, a população se abstinha de consumir carne bovina devido aos altos preços (O Globo, 2021).

Aqui, Barreto chama atenção para a distinção de gênero nas expressões culturais “A música, na Bruzundanga, é, em geral, a arte das mulheres” (Barreto, 2021, p. 143). O biopoder pode se manifestar pela imposição de papéis de gênero e da segregação cultural. A divisão de funções e a gerência sobre quem pode participar de certas esferas culturais é uma forma de manobrar as ações da sociedade e propagar desigualdades de autoridade e *status*. Essa questão pôde ainda ser observada na fala da ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, ao afirmar que o país estava entrando em uma nova “era”, na qual “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (G1, 2019a). A metáfora contida nessa declaração foi um recado de que aquela seria uma gestão de exclusão e limitação de gênero. Não tardou para os efeitos serem sentidos na prática:

(...) passou a vigorar uma agenda neoconservadora de restrição do papel social feminino, enfatizando uma concepção de família baseada em estereótipos de

gênero. Diante desse cenário, os desafios para a implementação de políticas de igualdade de gênero ficaram ainda maiores devido à falta de recursos, à desarticulação entre os órgãos governamentais, à redução das áreas de políticas públicas e à retórica hostil aos direitos das mulheres. (IPEA, 2023).

Barreto se utiliza da metáfora médica para descrever como as leis e políticas são aplicadas para manter a ordem social: “As leis são o esqueleto das sociedades, mas a feição de saúde ou doença destas, as suas necessidades terapêuticas ou cirúrgicas, são dadas pelo prévio conhecimento e exame, no momento, do estado de certas partes externas e dos seus órgãos vitais.” (Barreto, 2021, p. 69). Mbembe (2020) argumenta que a biopolítica e a necropolítica são exercidas por meio de sistemas legais e administrativos. A metáfora de “terapias” ou “cirurgias” sociais reflete a forma como as leis podem ser usadas para “curar” ou “eliminar” elementos indesejados. Essa gestão da vida e da morte pela lei é uma característica central da necropolítica, na qual a soberania se manifesta pela capacidade de decidir sobre a inclusão ou exclusão dos indivíduos da ordem social.

Ainda nessa temática, ele destaca a hipocrisia e a seletividade na aplicação da lei, onde a constituição é mais uma fachada do que uma realidade prática “A constituição afirmava que ninguém podia ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei” (Barreto, 2021, p. 67). A necropolítica frequentemente envolve a suspensão ou manipulação das leis para servir aos interesses do poder soberano. A constituição, enquanto documento legal, pode ser usada para legitimar práticas de exclusão e controle, criando uma aparência de justiça enquanto perpetua a desigualdade e a opressão. Traspassando da ficção barretiana para a realidade brasileira, um momento marcante que delineou esse cenário foi o segundo turno das eleições de 2022, em que Polícia Rodoviária Federal realizou *blitz* e que dificultou a movimentação de eleitores, sobretudo no Nordeste, onde o adversário eleitoral do presidente Bolsonaro tinha larga vantagem, o que culminou na posterior prisão do ex diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques, acusado de conluir para interferir no pleito (G1, 2023a).

A marginalização e a expulsão dos indivíduos talentosos e idealistas que são frequentemente forçados a deixar o país ou são ignorados é uma questão levantada em *Os Bruzundangas*: “Vivos, os bons são tangidos daqui para ali, corridos, vexados, se têm grandes ideais; mortos, os seus ossos esperam que os grandes rios da Bruzundanga os levem para fecundar a terra dos outros, lá embaixo, muito longe” (Barreto, 2021, p. 2). A metáfora dos “ossos levados para fecundar a terra dos outros” reflete a perda de talentos e recursos humanos, que beneficiam outras nações enquanto o país de origem sofre.

Nessas circunstâncias, no período de 2019-2022, após embates com o então presidente Bolsonaro sobre os números do desmatamento no país, assistimos ao isolamento de um respeitado cientista, Ricardo Galvão, do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE). O cientista foi exonerado de seu cargo de direção por não cumprir aos propósitos de manipulação da agenda do governo, o que fica explícito nas próprias palavras de Bolsonaro: “Se quebrar a confiança vai ser demitido sumariamente. Se for possível, se não tiver mandato, não tem desculpa para nenhum ato, por parte de quem quer que seja” (G1, 2019b). Essa marginalização é um meio pela qual a vida daqueles que poderiam contribuir positivamente para a sociedade é desvalorizada e descartada.

A esperança e a ilusão de oportunidades da população têm lugar na sátira de Barreto: “O povo da Bruzundanga é doce e crente, mais supersticioso do que crente, e entre as suas superstições está esta do ouro. Ele nunca o viu, ele nunca sentiu o seu brilho fascinador; mas todo o bruzundanguense está certo de que possui no seu quintal um filão de ouro” (Barreto, 2021, p. 50). A “superstição” do ouro representa uma forma de alienação pela qual a população se mantém em um estado de expectativa e esperança, apesar das condições reais de pobreza. Essa ilusão serve para desviar a atenção da realidade e manter a sociedade em um estado de passividade.

Isso pôde ser notado nos apoiadores do governo que, mesmo após a crise sanitária da covid-19, cortes na educação, alta de preços, desemprego, declarações polêmicas, dentre outros, continuavam esperançosos e acreditando em um falso progresso. Segundo estudo de Paula *et al.* (2021, p. 44) isso talvez esteja ligado ao fato de que o governo criou um “bode expiatório” para direcionar as responsabilidades de seus erros, materializado na “demonização” da esquerda, do PT: “O bolsonarismo constrói vários inimigos, mas nenhum mais forte do que o PT, partido que para os adeptos de Bolsonaro sintetiza tudo que há de errado com o Brasil, da decadência moral à corrupção política” (Paula et al., 2021, p. 44).

Barreto destaca a corrupção sistêmica na política da Bruzundanga: “A política não é aí uma grande cogitação de guiar os nossos destinos; porém, um vulgar especulação de cargos e propinas” (Barreto, 2021, p. 87). O autor mostra que governo está mais preocupado em distribuir cargos e benefícios entre seus membros do que em governar para o bem comum, isto é, a máquina pública é instrumentalizada para ganhos pessoais. Esse desvio de recursos e esforços revela o desprezo pela vida pública e a priorização de autoridade e riqueza para poucos. O enlace da realidade do país com a obra de Barreto, nesse contexto, defronta-se com o

escândalo das “rachadinhas”, esquema criminoso em que o servidor é cooptado para repassar uma parte de seu salário de volta ao político que o contratou (CNN, 2024a).

A desconexão entre os governantes e a nação é uma questão presente em Bruzundanga “A nação acaba não mais compreendendo a massa dos dirigentes, não lhe entendendo estes a alma, as necessidades, as qualidades e as possibilidades” (Barreto, 2021, p. 45). O trecho aponta para uma falta de compreensão e empatia por parte dos dirigentes do país fictício, pois estão distantes, isolados das realidades e das necessidades do povo. O escrito remete à convivência da liderança de Bruzundanga com políticas prejudiciais que não levam em consideração o impacto sobre a vida das pessoas. Durante a pandemia da covid-19, foi pôde-se perceber na prática o que Barreto denunciava em os Bruzundangas, quando o governo recusou por 11 vezes a compra de vacina, ao mesmo tempo em que amazonenses sufocavam sem oxigênio e eram sepultados em valas comuns (G1, 2020a, 2021d).

Barreto destaca a instabilidade social e a superficialidade das relações sociais na Bruzundanga: “Todos são nobres e titulares, e eu não sou nada disso” (Barreto, 2021, p. 41). A falta de uma sociedade estável e coesa impede a formação de resistências organizadas e permite que a elite mantenha o controle sem oposição significativa. A instabilidade social também gera um ciclo de incerteza e medo como forma de domínio, conforme se verificou durante o último governo “a Controladoria Geral da República, subordinada à Presidência, abriu procedimento contra dois professores que haviam criticado Bolsonaro enquanto uma circular constrangeu pesquisadores do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ligado à pasta da Economia, a não divulgar nada sem a estrita supervisão da cúpula” (El País, 2021).

Para eles, a Bruzundanga é tida como país de exílio ou mais do que isso: como uma ilha de Juan Fernández, onde os humanos perdem a fala, por não terem com quem conversar e não poderem entender o que dizem os pássaros, os animais silvestres e mesmo as cabras semi-selvagens. (Barreto, 2021, p. 57)

A comparação com uma “ilha de Juan Fernández” citada por Barreto sugere que a sociedade é deixada em um estado de isolamento, sem acesso a um discurso crítico ou a uma comunidade de apoio. A necropolítica pode criar distanciamento cultural ao deixar a população desconectada de sua própria cultura e identidade: “A primeira coisa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e sangue diferente do resto da população” (Barreto, 2021, p. 45). Muitos que chegam aos cargos políticos se fazem alheios a sua própria origem, o que demonstra o caráter necropolítico de desarticular a sociedade e mantê-la incapaz de resistir à dominação. Um exemplo emblemático disso se realiza na figura de

Sérgio Camargo, à época, presidente da Fundação Palmares, a única instituição federal criada por um movimento negro em homenagem a Zumbi dos Palmares:

A pauta chamada “antivitimista” era uma constante no discurso de Camargo. Ele também era crítico da militância racial no Brasil e levou essa atitude crítica para sua atuação como presidente da Palmares.

Durante sua presidência no órgão, fez ataques à memória, cultura e população negra. Ele também disse que não existe racismo estrutural no Brasil, sugeriu que negros deveriam cortar o cabelo, excluiu nomes da lista de Personalidades Negras da Palmares e queria doar todas as obras de suposta “dominação marxista. (G1, 2023b).

Barreto critica a incompetência governamental e o distanciamento político das necessidades reais da população: “O povo tem em parte razão. Os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a cousas estranhas à terra que dirigem, para achar solução às dificuldades do governo” (Barreto, 2021, p. 45). O autor pondera sobre as ideias desatualizadas ou irrelevantes propostas como solução para os problemas enfrentados pela nação, tal qual Bolsonaro e sua insistência reiterada ao uso de cloroquina e ivermectina como “tratamento precoce” da covid-19 (CNN, 2021b).

O nepotismo em Bruzundanga parece também ser uma constante: “Lá, na Bruzundanga, os mandachugas, quando são eleitos, e empossados, tratam logo de colocar em bons lugares os da sua clientela. Fazem reformas, inventam repartições, para executarem esse seu alto fim político” (Barreto, 2021, p. 132). Essa conduta envolve a consolidação e concentração do comando nas mãos de poucos por meio da distribuição de favores e posições dentro do governo. Isso cria uma rede de lealdades que sustenta a elite no poder e marginaliza aqueles que não são parte do círculo privilegiado. No Brasil, o perfil do “mandachuva” não era diferente:

Quando era deputado, Bolsonaro nomeou 13 parentes em gabinetes da família. Além disso, o clã Bolsonaro empregou 102 pessoas com laços familiares, segundo levantamento feito pelo jornal O Globo, ao longo dos 28 anos em que o atual presidente foi parlamentar.

No primeiro ano à frente do governo, em 2019, Bolsonaro chamou de “hipocrisia” as críticas de que seria ‘nepotismo’ a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), seu filho “03”, para o cargo de embaixador nos Estados Unidos. O presidente chegou a criticar a decisão do Supremo que proibiu contratações de parentes na administração pública.

“Acho que quem tem de decidir sobre essas coisas é o Legislativo. Teve um parlamentar contra o nepotismo que foi pego na Lava Jato. E tem ministro, com toda certeza, que tem parente empregado, com DAS (função comissionada). E daí?”, questionou ele, na ocasião. “Que mania (vocês têm de dizer) que tudo que é parente de político não presta.” (Correio Braziliense, 2021).

Bruzundanga, para Barreto pode ser explicada como um misto de ingenuidade e ignorância: “Os costumes daquele longínquo país são assim interessantes e dignos de acurado estudo. Eles têm uma curiosa mistura de ingenuidade infantil e idiotice senil. Certas vezes, como que merecem invectivas de profeta judaico; mas, quase sempre, o riso bonachão de Rabelais” (Barreto, 2021, p. 43). A descrição de uma população que merece tanto "invectivas de profeta judaico" quanto "riso bonachão de Rabelais" indica uma sociedade que é simultaneamente objeto de crítica severa e de ridículo. O Brasil, assim como Bruzundanga, foi alvo de crítica severa e de ridículo quando o residente do país, Bolsonaro, fez chacota da aparência da primeira-dama francesa. O presidente Macron, por sua vez, manteve o decoro esperado de seu cargo e fez duras críticas:

O que eu posso dizer? É triste, é triste. Mas é triste, em primeiro lugar, para ele e para os brasileiros. Eu penso que as mulheres brasileiras têm, sem dúvida, vergonha de ler isso de seu presidente.

Creio que os brasileiros, que são um grande povo, têm também vergonha de ver esse comportamento – eles esperam, quando se é presidente, que nos comportemos bem em relação aos outros.

Como tenho uma grande amizade e respeito pelo povo brasileiro, espero que eles rapidamente tenham um presidente que se comporte à altura. (G1, 2019c).

Historicamente, as práticas necropolíticas foram empregadas em contextos coloniais, com imposição regimes de morte aos povos subjugados por meio de extermínios, escravizações e segregações raciais. No cenário contemporâneo, a necropolítica permanece vigente, com políticas de segurança que legitimam o uso da força letal, negligência em crises humanitárias e exclusão econômica de comunidades inteiras.

A obra *Os Bruzundangas* é utilizada exemplificativa como governos corruptos exploram economicamente suas populações, além da hipocrisia dos que detêm o poder ser destacada, especialmente na legislação e nas práticas administrativas. Frequentemente, políticos e figuras de autoridade impõem leis que beneficiam uma elite restrita, mantendo uma fachada de legalidade e justiça. O exemplo do ex-ministro do meio ambiente Ricardo Salles ilustra como a manipulação das leis serve a interesses privados em detrimento do bem público.

A figura do “reitor do Asilo de Enjeitados” em *Os Bruzundangas* mostrou como a aliança entre o poder religioso e o político pode ser usada para controlar e disciplinar a sociedade. Isso é comparável ao cenário político brasileiro recente, onde o governo buscou o apoio da comunidade evangélica para consolidar sua base de poder.

A marginalização de talentos e idealistas, frequentemente forçados a emigrar ou ignorados pelo sistema de Bruzundanga, é outro ponto relevante, dado que resulta em uma significativa perda de capital humano e intelectual. O caso de Ricardo Galvão, cientista exonerado por não se alinhar com a agenda governamental, exemplifica como a retaliação política pode levar à exclusão de vozes dissidentes e competentes.

A manipulação das massas por meio de promessas ilusórias e a manutenção da ignorância como ferramenta de controle são também discutidas em ambas as nações, a fictícia e a real. O conceito de “superstição do ouro” de Barreto ilustra como se pode manter um estado de passividade e esperança ilusória nos indivíduos, a ponto de deixá-los alheios às realidades de exploração e opressão. O nepotismo e a concentração de poder também permeiam o período de 2019-2022 e a obra barretiana, mostrando como a elite utiliza cargos públicos para beneficiar seus aliados e familiares para perpetuar um ciclo de privilégios e exclusão.

A análise de interseção entre *Os Bruzundangas* e o que o Brasil viveu nos anos 2019-2022 revela as profundas desigualdades e injustiças promovidas pelas estruturas de poder e nos convida à reflexão sobre a necessidade de resistência e transformação social. A continuidade dessas práticas, ainda após tanto tempo da obra de Barreto, evidencia um sistema de dominação necropolítico que se mantém pelo controle sobre a vida e a morte, sobre o conhecimento e a economia, e nos desperta para a importância de questionar e desafiar essas dinâmicas para uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação, por meio do conceito de Necropolítica, Biopolítica e Racismo Estrutural, realizou apontamentos tendo como suporte a obra *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto. Traçando paralelos entre a crítica satírica da sociedade brasileira do início do século XX, representada na ficção, realidades políticas contemporâneas de 2019 a 2022. Enfatizou-se como Barreto utiliza personagens caricatos e situações absurdas para expor a corrupção, a incompetência e as práticas de exclusão que prevalecem na elite política e social do Brasil. A obra foi interpretada como uma crítica poderosa às estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a marginalização por meio da necropolítica.

O Capítulo I discorreu sobre as obras de Lima Barreto e a tecnologia de poder presentes em seus escritos, as quais superaram a passagem do tempo e se confundiram com os acontecimentos recentes do Brasil, especificamente, o período de 2019-2022, que surpreendeu por seus eventos vivenciados na política, na atuação dos poderes governamentais, que adotaram práticas que se esperava não mais fazerem parte da vida contemporânea de forma tão consistente. Entre os mais representativos, destacou-se o período da pandemia do Sars Covid 2, que dividiu a opinião popular sobre a imunização e foi responsável pelo aumento no número de mortes de cidadãos que se basearam nas falas e orientações do ex-presidente bolsonarista, declaradamente negacionista, o que levou o país a estar entre as nações mais atingidas e com alto índice de mortalidade pela doença.

No capítulo II, direcionou-se os conceitos de biopolítica à obra de Barreto e a visão contemporânea de outros autores sobre o tema. Procurou-se ampliar os conceitos da biopolítica para terem consonância com a política atual e, sob essa perspectiva, avaliou-se a obra *Os Bruzundangas* considerando a biopolítica em uma dimensão amplificada, com inserção, por exemplo, dos conceitos de “vida nua” de Agamben e da necropolítica de Mbembe, destacando em que momentos os conceitos e a obra se interseccionavam.

No capítulo III, traçou um perfil comparativo entre o presidente Bolsonaro e o “Mandachuva” de Bruzundanga, os quais surpreenderam pelas semelhanças, seja nas atitudes ou no histórico de vida política. Em seguida, delineou-se a necropolítica sob o olhar de Mbembe e se discutiu as evidências desse fenômeno no período de 2019-2022. O capítulo foi então

“entrelaçado”, conectando Necropolítica, a obra de Barreto e os acontecimentos do período de tempo pesquisado.

Com isso, verificou-se como a crítica literária de Barreto permanece relevante no contexto político contemporâneo. As questões abordadas pelo autor continuam a influenciar e moldar as práticas políticas e sociais no Brasil. O racismo permanece sistematicamente implementado como uma tecnologia de poder e permite a exploração e marginalização de determinados grupos sociais.

A pesquisa demonstrou como Barreto, ao empregar a sátira, desafiou as percepções normativas e questionou as bases da moralidade e da justiça social em sua época. A obra não apenas iluminou as injustiças de seu tempo, mas também serviu como espelho crítico para as realidades contemporâneas, revelando a continuidade de práticas discriminatórias e opressivas.

O conceito de necropolítica, central na análise da obra de Barreto, foi imprescindível para entender as estratégias de gestão da vida e da morte aplicadas pelo Estado brasileiro. Essa noção foi fundamental para, de alguma forma, tentarmos racionalizar os últimos acontecimentos no país que, de outra maneira, recairiam no limbo da negação, dada a dificuldade de aceitar a existência de políticas públicas contemporâneas que priorizam interesses econômicos ou políticos e, para isso, negociam a vida humana.

A pandemia de COVID-19, com as falhas deliberadas do governo brasileiro na resposta do combate ao vírus, expôs as vísceras da necropolítica em sua mais pútrida forma. Pôde-se perceber como o Estado usou a crise como tecnologia de reforço às estruturas da desigualdade. A negligência e o desdém demonstrados foram uma manifestação clara da necropolítica, com o Estado escolhendo quem era digno de viver e quem pode ser deixado à própria sorte sufocando sem oxigênio.

Os Bruzundangas expôs como as políticas de controle populacional e de disciplina são utilizadas para manter a ordem social e econômica tanto no país criado por Barreto, como no Brasil. A crítica ao domínio manipulador da elite sobre as leis e as instituições para proteger seus interesses, com custas às liberdades e direitos daqueles que não fazem parte do círculo de influência, pôde ser aplicada com sucesso sobre o contexto do Brasil contemporâneo, onde políticas de austeridade e reformas econômicas frequentemente resultam na redução de direitos e na precarização do trabalho para grande parte dos cidadãos.

A análise da obra de Barreto também foi capaz de atravessar o tempo e mostrar a sofisticação da necropolítica não se realiza apenas pela de violência física direta, mas pela criação de uma zona de morte que seleciona àqueles que não devem viver pela negação de oportunidades e de acesso a recursos essenciais. É de grande relevância para o Brasil

contemporâneo, na obra do autor, a forma como as narrativas hegemônicas são utilizadas para justificar a desigualdade e criarem uma ideologia que naturaliza a posição subalterna de certos grupos. As disparidades de renda e de oportunidades continuam a crescer e as políticas governamentais permanecem contribuindo para isso.

Os Bruzundangas é um exemplo de como a ficção pode ser uma ferramenta de resistência que questiona e desafia as estruturas de poder. A obra encerra em si o poder de ser, ainda hoje, uma voz que ecoa pela desarticulação do sistema opressor que se estruturou no país. A relação entre a literatura e a identidade nacional desmistifica a imagem idealizada do Brasil como uma nação harmoniosa e igualitária, expõe as profundas mazelas sociais e é essencial na atualidade, quando o nacionalismo e o patriotismo são utilizados para censurar e excluir. Essa pesquisa reitera o papel da Literatura como uma arte formadora de senso crítico e um meio de se promover resistência e mudança social. *Os Bruzundangas* é um chamado à ação, instiga-nos a confrontar a injustiça e lutar por uma sociedade mais inclusiva e sem racismo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Tainá. *Trabalho análogo à escravidão: 212 trabalhadores são resgatados em Goiás*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/03/5081154-novo-caso-de-trabalho-analogo-a-escravidao-resgata-212-pessoas-em-go.html>. Acessado em: fev/2024

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*. Traducción de Antonio Gimeno Cuspinera. Valencia: Pre-Textos, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. *O Estado Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AVERSA, Victor Pereira. *Necropolítica e cristofascismo: soberania, violência e religião na manutenção da política bolsonarista*. ESPAÇOS-Revista de Teologia e Cultura, v. 29, n. 2, p. 33-50, 2021.

AYALA, Jesus. *Viropolítica e governamentalidade capitalista: Sobre a gestão da pandemia do início do século 21*. Desde elSur, v. 12, n. 2, p. 377-395, 2020

BADIOU, Alain. *Em busca do real perdido*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 2016.

BARBOSA, J. S.; Gonçalves, J. Pereira; ALVES, H. P. *Os Bruzundangas e a crítica social de Lima Barreto: uma abordagem sobre a crônica no ensino médio*. In: V Enlije, 2014, Campina Grande. ANAIS V Enlije, 2014

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 7ed. São Paulo: EdUSP, 1988.

BARDI, Giovanna et al. *Pandemia, desigualdade social e necropolítica no Brasil: reflexões a partir da terapia ocupacional social*. Rev Interinstitucional Bras Terapia Ocupacional, v. 4, n. 3, p. 496-508, 2020.

BARRETO, Lima; DE HOLLANDA, Diogo; LUCAS, Fábio. *O cemitério dos vivos*. 1956.

BARRETO, Lima. *Impressões de leitura e outros textos críticos*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro, Editora Record, s/d.

BARRETO, Lima. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. RESENDE, Beatriz (org.) *Cronista do Rio*. 1a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. 2017. Versão E-pub, 252p.

Correspondências: ativa e passiva. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1956.

Diário íntimo. São Paulo: Brasiliense, 1956

Correspondências: ativas e passivas. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1956

BARRETO, Lima. *Vida e morte de MJ Gonzaga de Sá*. Mérito, 1949.

BARRETO, Lima. *Contos completos de Lima Barreto*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2010.

BARRETO, Lima. *Clara dos anjos*. Editora Companhia das Letras, 2012.

BARRETO, Lima. *Sátiras e outras subversões: textos inéditos*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. Editora Companhia das Letras, 2010.

BARRETO, Lima. *Triste fim de policarpo quaresma*. Editora Companhia das Letras, 2011.

BARRETO, Lima. *Numa e a ninfa*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2021.

BARRETO, Lima. *Maió*. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 77, 05/1911

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: obras escolhidas v. 2*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho, José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOBBIO, Norberto; *ESTADO, Governo. Sociedade: Para uma teoria geral da política*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 15.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. Editora Cultrix, 2006.

BRASIL. DECRETO n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acessado em: fev/2024

BRAIT, Beth. *Problemas da poética de Dostoiévski e estudos da linguagem*. Bakhtin: dialogismo e polifonia, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*; Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BBC. *Por que a carne continuará mais cara em 2020 (e pode piorar)*, 2020a. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50610025>>. Acesso em: jul. 2024.

BBC. *Quem é Nise Yamaguchi, a médica que aconselha Bolsonaro, defende a cloroquina e vai depor na CPI da Covid*, 2021a. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57124296>>. Acesso em: jul. 2024.

BBC. *Silvinei Vasques: quem é o ex-diretor da PRF preso em investigação sobre interferência nas eleições*, 2023a <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cq52xx78yqyo>

CAMPOS, Maria Tereza. *Lima Barreto. Coleção ponto a ponto*. São Paulo: Ática, 1988.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Dialética da malandragem: caracterização das Memórias de um sargento de milícias*. In: Revista IEB, n.8, São Paulo, USP, 1970.

COSTA, Thiago Venícius de Sousa. *A cidade jurídica da República da Bruzundanga: a burocracia e o espaço em Lima Barreto (1900-1922)*. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CARDOSO, Zélia de Almeida; *A representação da realidade na obra literária. Língua e Literatura*. São Paulo: Ano XI, v.14, p.161-167. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1985.113970>. Acessado em: fev/2024

Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves – CIC/BG. Disponível em: <http://www.cicbg.com.br/noticia/nota-de-posicionamento/1699>. Acessado em: fev/2024.

Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves – CIC/BG. Disponível em: <http://www.cicbg.com.br/institucional>. Acessado em: fev/2024.

CERQUEIRA, Diego. *Um estudo introdutório sobre a escravidão contemporânea. Escravidão contemporânea Vol. I*. Brasília, 2017

Correio Braziliense. *Câmara: Líder do governo defende nepotismo no setor público*, 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/02/4908254-camara-lider-do-governo-defende-nepotismo-no-setor-publico.html>>. Acesso em: jul. 2024.

CORTEZ, Glauco. *Banco Central facilitou o genocídio yanomami ao comprar ouro e aumentar o lucro do garimpo ilegal*. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2023/02/banco-central-facilitou-o-genocidio-yanomami-ao-comprar-ouro-e-aumentar-o-lucro-do-garimpo-legal/#:~:text=Em%202021%2C%20o%20Banco%20Central,reservas%20em%20ouro%20e%20m%202021>. Acessado em: fev/2024.

COSTA, Ligia Militz da. *A poética de Aristóteles: mímese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 1992.

COSTA, João Cruz. *Pequena história da República*. São Paulo: Brasiliense, 3º edição, 1989. p.52

CNN. *Refinaria da Petrobras foi vendida abaixo do preço de mercado para árabes durante gestão Bolsonaro, aponta CGU*, 2021a. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/refinaria-da-petrobras-foi-vendida-abaixo-do-preco-de-mercado-para-arabes-durante-gestao-bolsonaro-aponta-cgu/>>. Acesso em: jul. 2024

CNN. *Refinaria da Petrobras foi vendida abaixo do preço de mercado para árabes durante gestão Bolsonaro, aponta CGU*, 2021b. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-defende-hidroxicloroquina-e-ivermectina-apos-criticas-na-cpi/>>. Acesso em: jul. 2024.

CNN. *O que é “rachadinha”? Entenda a prática e por que é considerada crime*, 2024a. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/o-que-e-rachadinha-entenda-a-pratica-e-por-que-e-considerada-crime/>>. Acesso em: jul. 2024.

CRUZ COSTA, João. *Contribuição à História das Idéias no Brasil: O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 484 p

DUARTE, André. *Vidas em Risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. RJ: GEN/Forense Universitária, 2010.

El País. *No auge da pandemia, Governo Bolsonaro censura professores e acelera desmonte ambiental e de direitos humanos*, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-06/desmote-ambiental-manobra-de-damares-e-censura-contraprofessores-e-no-ipea-sao-as-novas-ofensivas-do-governo-bolsonaro-em-pleno-auge-da-pandemia.html>>. Acesso em: jul. 2024.

ESPOSITO, Roberto. *Bíos. Biopolítica y filosofía*. Traducción de Carlo R. M. Marotto. Buenos Aires e Madrid: Amorrortu editores, 2010.

FACIOLI, Valentin. *República dos bruzundangas: Por que não me ufano de meu país*. Série Bom livro. São Paulo: Ática, 1985.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Augusto. *Sérgio Camargo: Sou o terror dos 'afromimizentos' e da negrada vitimista*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4947634-sergio-camargo-sou-o-terror-dos-afromimizentos-e-da-negrada-vitimista.html>. Acessado em: fev/2024.

FERREIRA, Luciana da Costa. *Um personagem chamado Lima Barreto*. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação de. FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes: 2008.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits, III*. Paris: Gallimard, 1994

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20.^a Edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel; GALVÃO, Maria Ermantina. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade, V. 1 A vontade de Saber*. 22.^a edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 479. Lemke, J. (2006). Investigar para el futuro de la educación científica: nuevas formas de aprender, nuevas formas de vivir. *Revista Enseñanza de Las Ciencias*, 24 (1), 5 -12.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits, III*. Paris: Gallimard, 1994.

FRAZÃO, Dilva. *Lima Barreto*. Disponível em: https://www.ebiografia.com/lima_barreto/. Acessado em: fev.2024

FREITAS, Viviane Rodrigues de. *Da utopia à sátira: as ironias de um "país ideal" em Os Bruzundangas de Lima Barreto*. Monografia de Graduação, Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Pesquisa mostra os retrocessos nas políticas para mulheres no Brasil*, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13870-pesquisa-mostra-os-retrocessos-nas-politicas-para-mulheres-no-brasil>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *Em vídeo, Damares diz que “nova era” começou: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”*, 2019a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *Após embate com Bolsonaro sobre desmatamento, diretor do Inpe anuncia exoneração*, 2019b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/08/02/apos-embate-com-bolsonaro-sobre-desmatamento-diretor-do-inpe-anuncia-exoneracao.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *Após comentário de Bolsonaro sobre primeira-dama francesa, Macron diz esperar que brasileiros “tenham presidente que se comporte à altura”*, 2019c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/26/apos-comentario-de-bolsonaro-sobre-primeira-dama-francesa-macron-diz-esperar-que-brasileiros-tenham-presidente-que-se-comporte-a-altura.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *Caixões serão empilhados em valas comuns de Manaus para suprir demanda de enterros; famílias criticam medida: “Não é digno”*, 2020a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/27/corpos-serao-empilhados-em-valas-comuns-de-manauas-para-suprir-demanda-de-enterros-familias-criticam-medida-nao-e-digno.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome*, 2021a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *Ricardo Salles: 10 “canetadas” e polêmicas que marcaram a gestão no Meio Ambiente*, 2021b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/06/23/ricardo-salles-10-canetadas-e-polemicas-que-marcaram-sua-gestao-no-meio-ambiente.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *Ricardo Salles é investigado por esquema de exportação ilegal de madeira; entenda*, 2021c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/23/ricardo-salles-entenda-operacao-contr-exportacao-ilegal-de-madeira-que-mira-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina*, 2021d. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *Governo federal volta a 'zerar' verba de universidades e institutos no mesmo dia em que tinha recuado de bloqueio*, 2022a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/12/01/governo-federal-volta-a-retirar-verba-de-universidades-e-institutos-no-mesmo-dia-em-que-tinha-recuado-de-bloqueio.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *Falta de verbas e cortes no Orçamento no fim do governo Bolsonaro: quais serviços e setores já foram comprometidos*, 2022b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/07/falta-de-verbas-e-cortes-no-orcamento-no-fim-do-governo-bolsonaro-quais-servicos-e-setores-ja-foram-comprometidos.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *Ex-diretor da PRF Silvinei Vasques é preso em operação sobre blitz no 2º turno das eleições*, 2023a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/camila-bomfim/post/2023/08/09/silvinei-vasques-e-presos.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

G1. *Fundação Palmares foi encontrada 'devastada fisicamente e moralmente', diz novo presidente*, 2023b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/19/fundacao-palmares-foi-encontrada-devastada-fisicamente-e-moralmente-diz-novo-presidente.ghtml>>. Acesso em: jul. 2024.

GILBERTO, João. *Desafinado*. Rio de Janeiro. Gravadora: EMI-Odeon, 1958

GOMES, Laurentino. *Escravidão–Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Globo Livros, 2019.

GOMES, Laurentino. *Escravidão–Vol. 3: Da independência do Brasil à Lei Áurea*. Globo Livros, 2022.

GREGO, Maurício. *Piada de Bolsonaro sobre sua filha gera revolta nas redes sociais*. Disponível em: <https://exame.com/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha-gera-revolta-nas-redes-sociais/>. Acessado em: fev.2024

GUYAU, Jean-Marie. *A arte do ponto de vista sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HOLANDA, Sérgio. Buarque. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JAMES, Henry. *A outra volta do parafuso*. Editora Companhia das Letras, 2011.

KOHAN, Walter Omar. *Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica*. Praxis educativa, v. 15, 2020.

LEMKE, Thomas. *Marx sincomillas': Foucault, lagubernamentalidad y la crítica del neoliberalismo*. In: LEMKE, T. et. all. *Marx y Foucault*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 2006.

LEBRUN, Gérard. *O microscópio de Michel Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEBRUN, Y. 1983. *Tratado de Afasia*. São Paulo, Panamed.

LEMKE, J. (2006). *Investigar para el futuro de la educación científica: nuevas formas de aprender, nuevas formas de vivir*. Revista Enseñanza de Las Ciencias, 24 (1), 5 -12.

LIMA, Elizabeth Gonzaga de. *Avesso de utopias: Os bruzundangas e aventuras do doutor Bogóloff*. Campinas, SP, 2001.

LOTTA, Gabriela Spanghero et al. *A resposta da burocracia ao contexto de retrocesso democrático: uma análise da atuação de servidores federais durante o Governo Bolsonaro*. Revista Brasileira de Ciência Política, p. e266094, 2023

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e decolonialidade*. In SANTOS, B. De S; MENESES, M. P. (Orgs.), *Epistemologias do Sul*, p. 337-382. Coimbra: Almedina. 2009.

MARTINS, Thays. *Quase metade da população vê "ameaça comunista" no Brasil, aponta Ipec*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/03/5081369-quase-metade-da-populacao-ve-ameaca-comunista-no-brasil-aponta-ipecc.html>. Acessado em: fev/2024.

MATOS, Thaís. *Trabalhadores pretos ganham 40,2% menos do que brancos por hora trabalhada*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/15/trabalhadores-pretos-ganham-402percent-menos-do-que-brancos-por-hora-trabalhada.ghtml> . Acessado em: fev.2024

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. *Relações Internacionais*, n. 73, 2022.

MAZUI, Guilherme. *Bolsonaro chama de idiota aqueles que dizem que é melhor comprar feijão do que fuzil*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/27/bolsonaro-chama-de-idiota-quem-diz-que-tem-que-comprar-feijao-tem-que-todo-mundo-comprar-fuzil.ghtml>. Acessado em: fev.2024

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Melusina, 2020.

MC, Bob Rum. *Funk do Silva*. Rio de Janeiro: Gravadora: Furacão 2000, 1995

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Movimentos sociais no governo Bolsonaro*. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 490-521, 2020.

MIRÁS, Denise. *Tragédia dos Yanomami se configura como genocídio e pode levar Bolsonaro a tribunal internacional*. Disponível em: <https://istoe.com.br/nao-e-tragedia-humanitaria-e-genocidio/>. Acessado em: fev/2024

MEIRELLES, Matheus. *Aluna de medicina da USP volta aos estudos e é separada de colegas em sala de aula e estágio*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/aluna-volta-aos-estudos-e-e-separada-de-colegas-em-sala-de-aula-e-estagio/>. Acessado em: fev/2024

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva SA, 2016.

NOGUEIRA, Rômulo Filizzola. *Identidade nacional e experiência urbana vivenciada no Rio de Janeiro de Lima Barreto*. *Revista Literatura em Debate*, v. 4, n. 7, p. 106-125, ago.-dez., 2010

O globo. *Enquanto Bolsonaro come picanha a R\$ 1.799 o quilo, brasileiro troca a carne pelo ovo*, 2021a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/enquanto-bolsonaro-come-picanha-r-1799-quilo-brasileiro-troca-carne-pelo-ovo-25013634>>. Acesso em: jul. 2024.

OLIVEIRA, Francisco. *O ornitorrinco*. In: OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013

PAIM, Elison Antônio; ARAÚJO, Helena. Maria Marques *Memórias outras, patrimônios outros, e decolonialidades: Contribuições teórico-metodológicas para o estudo de história da África e dos afrodescendentes e de história dos Indígenas no Brasil*. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, [S. l.], v. 26, p. 92, 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3543>. Acesso em: fev/2024

PASOLD, Bernadete. *Utopia x Satire in English Literature*. Florianópolis: UFSC, 1999.

PAULA, Carolina de et al. *Bolsonarismo no Brasil: Pesquisa qualitativa nacional, junho de 2021*. Rio de Janeiro: IREE, LEMEP. Disponível em: <https://iree.org.br/wpcontent/uploads/2021/08/Pesquisa-Bolsonarismo-no-Brasil.pdf>. Acesso em, jul. 2024.

PEREIRA, Juliana Martins. MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2019. 80 p. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; *História & literatura: uma velha-nova história*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>. Acessado em: fev/2024

PINHO, Angela. *Material que originou fake news sobre 'kit gay' apareceu em 2010; entenda*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/material-que-originou-fake-news-sobre-kit-gay-apareceu-em-2010-entenda.shtml>. Acessado em: fev/2024

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

QUEIROGA, Luísa. *Medida Provisória assinada por Bolsonaro não explicita diretrizes para população LGBTI. 2023*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/medida-provisoriaassinada-por-bolsonaro-nao-explicita-diretrizes-para-populacao-lgbti-23341254>. Acesso em: fev/2024

QUINALHA, Renan. *Menino veste azul, menina veste rosa: uma polêmica inútil?* Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/menino-veste-azul-menina-veste-rosa/>. Acessado em: fev/2024

REIS, Aparecido Francisco dos. *Da bio à necropolítica: a política de saúde, narrativas e ações do neoliberalismo do governo Bolsonaro e seus impactos junto aos idosos na pandemia de Covid-19*. Revista Katálysis, v. 25, p. 392-403, 2022.

RIBEIRO, Guilherme. *Entre armas e púlpitos: a necropolítica do Bolsonarismo*. Revista Continentes (UFRRJ), ano 9, n. 16, 2020.

RIBEIRO, Antônio Sousa. *Da escrita antropofágica: teorias e práticas da sátira moderna*. Revista de Estudos Literários, 7, 2019. p.49-69.

RODRIGUES, Henrique. *Mamadeira de Piroca: Perfis que espalharam boato em 2019 seguem atuando contra o PT*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/8/25/mamadeira-de-piroca-perfis-que-espalharam-boato-em-2019-seguem-atuando-contra-pt-122234.html>. Acessado em: fev/2024

ROMÃO, Ana Paula de Freitas. *Os Bruzundangas: uma alegoria da 1ª República*. 2012.

SANTANA, Vitor. *Ação resgata 86 trabalhadores em situação análoga à escravidão em fazenda de café, em Sítio D'Abadia, GO*. Disponível em:

<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/08/11/acao-resgata-86-trabalhadores-em-situacao-analoga-a-escravidao-em-fazenda-de-cafe-em-sitio-dabadia-go.ghtml>. Acessado em: fev/2024

SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização, Quilombo: modos e significados*. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SILVA, Ivandilson Miranda. *O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia*. Revista brasileira de pesquisa (auto) biográfica, v. 5, n. 16, p. 1478-1488, 2020.

SILVA, Marcelo Martins da; SILVA, Eliane Alves da. *O Brasil Frente à Pandemia de COVID-19: da bio à necropolítica. Confluências* | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 22, n. 2, p. 361-383, 2020.

SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. *O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro*. Mediações-Revista de Ciências Sociais, p. 86-107, 2021

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. Editora Companhia das Letras, 2017.

SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar. In: Ao vencedor, as batatas: forma literária e processo social no início do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense 1983.

SENELLART, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)* / Michel Foucault, 2008.

SILVA, Ludmila. *Há cinco anos, em Costa Barros, cinco jovens eram assassinados pela Polícia Militar; 111 tiros foram disparados contra os rapazes*. Disponível em: <https://www.anf.org.br/ha-cinco-anos-em-costa-barros-cinco-jovens-eram-assassinados-pela-policia-militar-111-tiros-foram-disparados-contra-os-rapazes/>. Acessado em: fev/2024

SILVA, Raphael Frederico Acioli Moreira da. *A "moléstia da cor": a construção da identidade social de Lima Barreto (1881-1922)*. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como um país se deixa manipular por sua elite*. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

TEODORO, Plínio. *Militares do Exército tinham grupo de WhatsApp com garimpeiros para avisar sobre ações no território Yanomami*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2023/1/26/militares-do-exercito-tinham-grupo-de-whatsapp-com-garimpeiros-para-avisar-sobre-aes-no-territorio-yanomami-130593.html>. Acessado em: fev/2024

TOLSTÓI, Liev. *O que é arte?* São Paulo: Experimento, 1994.

VASCONCELLOS, Eliane. *Lima Barreto: Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

VIANA, Shirlen do Nascimento. *BLITZKRIEG BOLSONARISTA: uma análise foucaultiana da ascensão da necropolítica no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2022.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; MARCHT, Laura Mallmann; DE MELLO, Letícia. *Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo*. Revista de Direito da Cidade, v. 12, n. 2, p. 1053-1083, 2020.

WOLFGANG Iser. Trad. de Bluma W. Vilar e João C. de C. Rocha. Rio de Janeiro: EdUERJ. 1999g. p. 47-62; 89-104; 131-144; 223-236

ŽIŽEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.